MEC
Ministério da Educação e do Desporto

INEP
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

REGIÃO NORDESTE

Brasília
1997

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Fernando Luís Oliveira Brandão

EDITORAÇÃO DA CAPA
Rodrigo Godinho A. da Silva

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Rejane Dias Ferreira Ribeiro
Regina Helena Azevedo de Mello

REVISÃO
Antonio Bezerra Filho

TIRAGEM: 2.100 exemplares

INEP — SGAS, Quadra 607, Lote 50 — 70200-670 Brasília-DF
Fone: (061) 244-2612, 242-0822 — Fax: (061) 244-4712

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Educação: educação infantil e ensino fundamental: Região Nordeste / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. - Brasília: O Instituto, 1977.

142 p. : il. ; tabs. (Série Documental. Estudos de Políticas Governamentais, ISSN 1414-6908; n. 3, v. 2).

1. Educação - planejamento - Região Nordeste - Brasil. 2. Educação infantil. 3. Ensino fundamental. I. Título. II. Série.

CDU 37.014.542

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5
OF. CIRCULAR/MEC/GM/GAB/Nº 140 7
PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PNE
INTRODUÇÃO 11
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 11
ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DO PNE 13
SISTEMÁTICA DE TRABALHO 14
CRONOGRAMA PREVISTO 18
GLOSSÁRIO 19
PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1993-2003
ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 23
Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica 23
Metas Globais 26
Linhas de Ação Estratégica 27
MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO 33
Consolidação de Alianças e Parcerias 33
Eficiência e Equalização no Financiamento 34
Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional 35
Intensificação das Ações Governamentais em Curso 35
COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 41
ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1994
APRESENTAÇÃO 45
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese ALAGOAS 47
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese BAHIA 53
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese CEARÁ 69
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese MARANHÃO 77
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese PARAÍBA 87

Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese PERNAMBUCO 91
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese PIAUÍ 101
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese SERGIPE 115
Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese REGIÃO NORDESTE 131

APRESENTAÇÃO

O processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), ora iniciado, oferece uma grande oportunidade de mobilizar todos os agentes do Poder Público e os diversos segmentos sociais em torno de uma agenda de reformas que assegure ao sistema educacional brasileiro um novo perfil de eficiência e eqüidade. Mas, para alcançar esta amplitude, será necessário transcender o simples cumprimento de uma exigência legal e fazer do PNE verdadeira síntese dos compromissos assumidos pelas três esferas de governo e expressão maior das aspirações democráticas da sociedade brasileira por uma educação de qualidade para todos.

Este Plano, o primeiro a ser elaborado sob a égide da Constituição de 1988 e da nova LDB, deverá fixar os objetivos e metas da educação nacional para os próximos dez anos. Portanto, terá a importância histórica de delinear e instruir a política educacional do País até as vésperas do final da primeira década do próximo século. Dentro desta perspectiva, é função do PNE hierarquizar prioridades, a partir de um diagnóstico realista do quadro atual, e propor estratégias adequadas à realização das metas estabelecidas. Como resultado do planejamento público setorial, deve responder às demandas e carências educacionais da sociedade.

Com a responsabilidade precípua de liderar este esforço, o MEC está convidando as secretarias estaduais e municipais de educação para cooperar na elaboração do PNE, ao mesmo tempo que lança uma ampla convocação às organizações, associações, entidades sindicais e ONGs representativas dos setores sociais ligados à área educacional. Trata-se, portanto, de uma tarefa complexa que envolve múltiplos interlocutores e requer a colaboração de todos para ser cumprida com êxito.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) recebeu do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, delegação para coordenar este processo. Cabe-lhe, portanto, seguindo orientação dada pelo ministro, a tarefa de articular e promover a participação efetiva das três esferas de governo e dos segmentos representativos da sociedade civil na construção do PNE. Compete ainda ao INEP oferecer subsídios aos diferentes interlocutores, de forma a auxiliá-los na formulação das suas propostas e sugestões.

Esta publicação, compilada de forma a atender as cinco regiões do País, é a primeira dentre os materiais de apoio que serão elaborados e distribuídos pelo INEP para orientar a discussão da educação infantil e do ensino fundamental. Além do documento que apresenta a metodologia e as estratégias de elaboração do PNE definidas pelo MEC, estão sendo divulgados os relatórios estaduais e as sínteses regionais e nacional resultantes dos debates realizados ao longo do processo de consultas ensejado pelo Plano Decenal de Educação para Todos, no período de junho de 1993 a agosto de 1994.

Tais relatórios, produzidos num ambiente de grande mobilização do setor educacional, são abrangentes e concentram informações da maior importância, servindo como ponto de partida para o PNE. Com a iniciativa de republicá-los, o MEC pretende valorizar os esforços de

todos aqueles que tomaram parte naquela rica experiência. Ao mesmo tempo, a revisão das metas fixadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos permitirá avaliar os avanços realizados pelos sistemas de ensino nos últimos anos, o que deve estimular a proposição de metas ainda mais eficazes no novo plano.

O INEP publicará, na sua série **Políticas Governamentais**, vários textos, conforme previsto no roteiro sobre os *Procedimentos de Elaboração* do PNE, enviando aos vários interlocutores informações destinadas a subsidiar a elaboração das propostas dos ensinos fundamental, médio e superior. Também serão disseminados subsídios úteis à discussão de temas específicos que perpassam diferentes níveis de ensino, como educação tecnológica, educação especial, educação indígena, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação a distância.

Por fim, é compromisso do INEP atuar como facilitador da participação de todos os agentes do Poder Público e de todos os setores sociais que tenham contribuições relevantes a dar na elaboração do PNE. O MEC espera que a proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, como corolário deste processo, esteja legitimada num amplo consenso dos segmentos representativos da área educacional.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Presidente do INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

OF. CIRCULAR/MEC/GM/GAB/Nº 140 **Brasília, 12 de agosto de 1997**

Senhor(a) Secretário(a):

O Ministério da Educação e do Desporto, em cumprimento ao disposto no artigo 87, § 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), está deflagrando o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Como estratégia básica para a realização desta tarefa, consoante com o espírito da nova LDB, deverá prevalecer o regime de colaboração entre os três níveis de governo.

Neste sentido, convocamos todas as instâncias da gestão educacional e todos os segmentos da sociedade civil engajados na causa da educação para participar do esforço de discussão e formulação do projeto de PNE, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até o final de dezembro. É nosso entendimento que o vigor e a legitimidade desta iniciativa dependerão da base de consenso e representividade que será alcançada no processo de consulta ora iniciado. Por isso, é indispensável que todos nós, dirigentes e educadores, reservemos a esta atividade um lugar de destaque entre as prioridades com as quais estaremos envolvidos neste segundo semestre de 1997.

Ao definir as responsabilidades educacionais das três esferas do Poder Público, a Lei nº 9.394/96 destacou entre as competências da União "*elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios*". Os Estados, por sua vez, receberam, entre outras, a atribuição de "*elaborar e executar políticas educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios*". Completando o círculo federativo, os Municípios foram incumbidos da tarefa de "*organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados*".

Portanto, o PNE deverá garantir a coerência das políticas educacionais, promovendo uma ação coordenada e solidária das instâncias de governo - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - em torno dos grandes objetivos e metas da educação nacional, em todos os níveis e modalidades de ensino. Além disso, o PNE deverá atualizar e convalidar os compromissos assumidos pelo Brasil nas conferências internacionais promovidas pela UNESCO, especialmente com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) terá um papel central neste processo de elaboração do PNE. As estratégias que estão sendo propostas pelo MEC aos Estados e Muni-

cípios foram discutidas, previamente, com o CNE, a quem compete, de acordo com as atribuições conferidas pela Lei nº 9.131/95, "*subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação*". Portanto, suas câmaras de Educação Básica e de Educação Superior deverão prestar imprescindível colaboração na formulação de propostas no âmbito da sua atuação. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) também já foram consultados e são parceiros fundamentais do MEC nesta empreitada.

Por fim, delegamos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a tarefa de coordenar o processo de elaboração do PNE, com a recomendação expressa de que sejam adotadas as providências necessárias para assegurar e incentivar ampla participação dos sistemas estaduais e municipais de ensino e de todos os setores da área educacional. Obviamente, esta colaboração não se esgotará nesta fase inicial de concepção do PNE; ao contrário, deverá corresponder a um compromisso efetivo com a sua implementação.

PAULO RENATO SOUZA

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PNE

INTRODUÇÃO

A formulação de um Plano Nacional de Educação - PNE, a ser apresentado ao Congresso Nacional, cumpre exigência prevista na Constituição de 1988 e reforçada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, a qual estabeleceu, simultaneamente, a Década da Educação e o dever, atribuído ao Ministério responsável por esta área, de elaborar, com a colaboração das demais esferas de governo, um plano que orientará as ações educativas nesse período.

De acordo com o disposto no art. 87, § 1º, da referida lei, o PNE deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, impreterivelmente, até 23 de dezembro deste ano. Portanto, essa tarefa terá que ser cumprida no prazo de seis meses, o que representa um grande desafio para o MEC e para todos os segmentos que serão convidados a dar sua parcela de contribuição.

É definitivamente intenção do MEC desencadear um amplo processo de consultas e debates, envolvendo diferentes instâncias e segmentos da área educacional. Porém, dada a rigidez dos prazos, dificilmente será possível repetir, com o mesmo grau e intensidade, a mobilização e participação que acompanharam a discussão do Plano Decenal, entre junho de 1993 e agosto de 1994. Exatamente em face dessa limitação, pretende-se recuperar aquela rica experiência como subsídio básico para a elaboração do PNE.

Este documento estabelece o roteiro dos procedimentos a serem seguidos, apresenta a legislação básica concernente à elaboração do Plano e identifica os principais interlocutores a serem consultados.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

São as seguintes as disposições legais - constitucionais e infraconstitucionais - que definem a natureza do PNE, balizam seu conteúdo e abrangência, atribuem a responsabilidade pela sua elaboração e fixam o prazo da sua vigência:

I - Constituição Federal

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

.....

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

II - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9.394/96)

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

.....

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

.....

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

.....

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

.....

III - Lei n.º 9.131, de 24/11/95 (Altera dispositivos da Lei nº 4.024/61)

Art. 1º Os arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

" Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;

....."

" Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno.

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica:

.....

d) colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

.....

f) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;

.....

§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

.....

b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

.....”

2. ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DO PNE

O simples exame da legislação compilada neste documento já demonstra que o PNE deverá perpassar os sistemas de ensino como elemento de articulação das suas políticas, hierarquizando as prioridades nacionais e comprometendo as diferentes esferas de governo com seus objetivos e metas. Nessa perspectiva, pretende-se que o projeto a ser apresentado no Congresso Nacional expresse os compromissos assumidos por todas as instâncias administrativas - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - e por todos os agentes da ação educativa - professores, dirigentes, famílias e organizações da sociedade civil.

Um plano como este, para se constituir realmente um instrumento eficaz de enquadramento e resolução dos múltiplos problemas da educação brasileira, precisa basear-se num sólido diagnóstico da situação atual, construído a partir de uma série de informações estatísticas e de indicadores, detalhando a situação educacional de cada Estado e de cada Município.

Com este objetivo, o MEC vai preparar e enviar a todos os interlocutores um conjunto de informações, acompanhado de um roteiro básico para estruturação das sugestões a serem apresentadas. Além disto e paralelamente, o INEP, com o auxílio de especialistas, deverá elaborar um diagnóstico nacional geral, que servirá para embasar a formulação do documento final.

Trata-se, como se vê, de um processo verdadeiramente cooperativo, uma vez que a elaboração do PNE exige a participação e o compromisso dos principais atores responsáveis pela ação educativa, assim como, na medida do possível, da própria sociedade. Sem isso, qualquer Plano se reduziria a um documento burocrático formal, incapaz de orientar e organizar a ação conjunta necessária para melhorar a educação no País.

Seguindo o delineamento estabelecido pela LDB, ao assumir a responsabilidade que lhe cabe de coordenar o processo de elaboração do PNE, o MEC está propondo uma metodologia e estratégias para que seja assegurada ampla participação de todos os segmentos representativos da área educacional.

Os atores são múltiplos e diferenciados. Por esta razão, sugere-se um calendário de reuniões, precedidas da elaboração de propostas e metas concretas de todos os setores envolvidos, cabendo ao MEC, com a colaboração do CNE, a consolidação das sugestões apresentadas e a formulação do documento final.

Consideramos também que os agentes e os atores do processo educativo diferenciam-se de acordo com cada nível de ensino. Por isso mesmo, as consultas devem ser organizadas por nível de ensino, o qual definirá os interlocutores a serem ouvidos. Além dos níveis (educação infantil, ensino fundamental, médio e superior), devemos considerar ainda temas e

problemas específicos que incluem ou perpassam diferentes níveis, a saber: educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos, erradicação do analfabetismo, formação de professores, educação profissional e educação a distância.

No que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental, já existe um documento básico, resultado de um longo e amplo processo de consultas: trata-se do Plano Decenal de Educação para Todos, o qual decorreu da reunião realizada pela UNESCO em Jomtien, Tailândia, em 1993, e corresponde a compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Além do mais, resultou de amplo consenso nacional. Para estes níveis de ensino, portanto, trata-se apenas de atualizar o referido Plano. Além disto, a série de seminários regionais, nacionais e internacionais realizada durante 1996-1997, como parte dos procedimentos preparatórios da participação do Brasil nas conferências da UNESCO, constitui subsídio importante para a proposição de objetivos e metas relativas à educação infantil, à formação de professores e à educação de jovens e adultos.

Neste processo de consultas, particularmente importante é a participação do Conselho Nacional de Educação - CNE: em primeiro lugar, como Conselho de Especialistas, o CNE é órgão consultivo do Ministério da Educação; simultaneamente, coloca-se como representante da sociedade civil em matéria educativa; além disso, constitui atribuição específica do CNE o contato permanente com os conselhos estaduais e municipais de educação, os quais se destacam como interlocutores importantes neste processo.

Também são interlocutores privilegiados o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que representam as instâncias governamentais às quais caberá, em grande parte, a execução do Plano.

Além destes, as diferentes organizações, associações e sindicatos que congregam os setores sociais envolvidos com o processo educativo também deverão participar da elaboração do PNE.

Finalmente, a sociedade deve ser informada sobre o PNE, sendo relevante a contribuição que os meios de comunicação social poderão dar neste sentido. Emissoras de rádio deverão ser mobilizadas para este fim, sob a coordenação da Rádio MEC. O mesmo poderá ser feito com as emissoras de televisão, especialmente contando com a veiculação de programas dedicados a este tema pelo sistema de TVs Educativas, pela TV Escola e pela TV-Executiva MEC. Os jornais e revistas, por outro lado, podem muito contribuir para generalizar as discussões sobre o Plano entre os formadores de opinião.

Para a elaboração do projeto de PNE é necessário, portanto, trabalho complexo de consultas e negociações, para que se possa atingir a consolidação de um documento final que esteja apoiado em amplo consenso nacional. Além disso, após esta fase, o Executivo enviará a proposta ao Congresso Nacional, ao qual caberá, legitimamente, o papel de ampliar o debate, de forma a abranger o conjunto da sociedade brasileira.

3. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

O presente documento propõe a sistemática e a pauta dessas discussões, discriminando os participantes a serem consultados.

I - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Embora se caracterizem como níveis separados, a discussão deve ser integrada, uma vez que ambos estão contidos no Plano Decenal de Educação para Todos.

problemas específicos que incluem ou perpassam diferentes níveis, a saber: educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos, erradicação do analfabetismo, formação de professores, educação profissional e educação a distância.

No que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental, já existe um documento básico, resultado de um longo e amplo processo de consultas: trata-se do Plano Decenal de Educação para Todos, o qual decorreu da reunião realizada pela UNESCO em Jomtien, Tailândia, em 1993, e corresponde a compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Além do mais, resultou de amplo consenso nacional. Para estes níveis de ensino, portanto, trata-se apenas de atualizar o referido Plano. Além disto, a série de seminários regionais, nacionais e internacionais realizada durante 1996-1997, como parte dos procedimentos preparatórios da participação do Brasil nas conferências da UNESCO, constitui subsídio importante para a proposição de objetivos e metas relativas à educação infantil, à formação de professores e à educação de jovens e adultos.

Neste processo de consultas, particularmente importante é a participação do Conselho Nacional de Educação - CNE: em primeiro lugar, como Conselho de Especialistas, o CNE é órgão consultivo do Ministério da Educação; simultaneamente, coloca-se como representante da sociedade civil em matéria educativa; além disso, constitui atribuição específica do CNE o contato permanente com os conselhos estaduais e municipais de educação, os quais se destacam como interlocutores importantes neste processo.

Também são interlocutores privilegiados o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que representam as instâncias governamentais às quais caberá, em grande parte, a execução do Plano.

Além destes, as diferentes organizações, associações e sindicatos que congregam os setores sociais envolvidos com o processo educativo também deverão participar da elaboração do PNE.

Finalmente, a sociedade deve ser informada sobre o PNE, sendo relevante a contribuição que os meios de comunicação social poderão dar neste sentido. Emissoras de rádio deverão ser mobilizadas para este fim, sob a coordenação da Rádio MEC. O mesmo poderá ser feito com as emissoras de televisão, especialmente contando com a veiculação de programas dedicados a este tema pelo sistema de TVs Educativas, pela TV Escola e pela TV-Executiva MEC. Os jornais e revistas, por outro lado, podem muito contribuir para generalizar as discussões sobre o Plano entre os formadores de opinião.

Para a elaboração do projeto de PNE é necessário, portanto, trabalho complexo de consultas e negociações, para que se possa atingir a consolidação de um documento final que esteja apoiado em amplo consenso nacional. Além disso, após esta fase, o Executivo enviará a proposta ao Congresso Nacional, ao qual caberá, legitimamente, o papel de ampliar o debate, de forma a abranger o conjunto da sociedade brasileira.

3. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

O presente documento propõe a sistemática e a pauta dessas discussões, discriminando os participantes a serem consultados.

I - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Embora se caracterizem como níveis separados, a discussão deve ser integrada, uma vez que ambos estão contidos no Plano Decenal de Educação para Todos.

- CRUB: ANDIFES, ABRUEM, ABRUC e ABM
- CNPq e FINEP
- ANPED
- ANDES
- FASUBRA
- UNE
- SBPC e ABC
- Representação das FAPs
- Secretarias Estaduais de Educação ou Secretarias de Ciência e Tecnologia responsáveis por instituições de ensino superior estaduais e municipais

No caso do ensino superior, estão previstas reuniões setoriais, coordenadas pela **SESu** e pela **CAPES**.

IV - Educação Tecnológica e Formação Profissional

Principais interlocutores:

- Comissão Especial do CNE
- Ministério do Trabalho
- Serviços Nacionais de Aprendizagem
- Representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores
- Representantes de órgãos patronais nacionais
- Representante das Escolas Técnicas Federais
- Secretários de Educação ou de C&T envolvidos com educação profissional

Coordenação da reunião : **SEMTEC**

V - Educação Especial

Principais interlocutores:

- Federação das APAEs
- CONSED
- UNDIME
- Sociedade Pestalozzi

Coordenação da reunião: **SEESP**

VI - Educação Indígena

A Comissão de Educação Indígena da SEF será o interlocutor principal, cabendo a ela designar outros participantes, se necessário.

Coordenação da reunião: **SEF**

VII - Formação de Professores

Principais interlocutores:

- Representantes do CNE
- Representantes do CONSED
- CNTE
- Fórum dos Diretores de Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas
- ANFOP

Coordenação da reunião: **INEP**

VIII - Educação de Jovens e Adultos e Erradicação do Analfabetismo

Principais interlocutores:

- Câmara de Educação Básica do CNE
- CONSED
- UNDIME
- Representação do empresariado
- Representações das Centrais Sindicais
- Comissão de EJA da SEF

Coordenação da reunião: **SEF**

IX - Educação a Distância

Principais interlocutores:

- CNPq/RNP Ministério da Ciência e Tecnologia
- CNE
- ABED
- Fundação Roquete-Pinto
- FIA/USP
- ABT
- Cátedra Unesco de Educação a Distância
- Ministério das Comunicações
- Representante do Setor Privado de Educação a Distância

Coordenação da reunião: **SEED**

3.1 - Reuniões Auxiliares

Além das reuniões gerais, os Estados e Municípios poderão alargar, na medida do possível, as consultas à sociedade civil. Do mesmo modo, o INEP e as Secretarias do MEC poderão promover pequenas reuniões especializadas para auxiliar na formulação das questões referentes aos temas que perpassam diferentes níveis de ensino ou se referem a problemas especificamente mencionados pela LDB. Assim, durante o processo de consultas, poderão ser integrados também, nas reuniões gerais, outros interlocutores relevantes.

3.2 - Documento Final

Após as reuniões, o INEP coordenará a consolidação das sugestões e propostas que serão apresentadas para discussão à SEF, SESu/CAPES, SEMTEC, SEESP, SEED, Gabinete do Ministro, FNDE, Presidentes do CNE e das suas Câmaras, antes da elaboração do documento final a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

4. CRONOGRAMA PREVISTO

Período: julho a dezembro de 1997

- Julho - Consulta preliminar ao CNE, CONSED e UNDIME e preparação do documento sobre procedimentos para elaboração do PNE.
- Agosto - Envio, pelo INEP, do roteiro e documentos de apoio aos principais interlocutores.
- Setembro e outubro - Preparação das propostas e sugestões pelos interlocutores, as quais deverão ser encaminhadas ao INEP, impreterivelmente, até 15 de outubro.
- Novembro - Realização das reuniões gerais e consolidação de documentos por nível de ensino e temas especificos.
- Dezembro - Consolidação do documento final e seu envio ao Congresso Nacional até 23 de dezembro.

GLOSSÁRIO

ABC - Academia Brasileira de Ciência

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

ABM - Associação Brasileira das Mantenedoras

ABRUEM - Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais

ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias

ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANFOP - Associação Nacional para Formação de Professores

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APAEs - Associações de Pais e Amigos de Excepcionais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

FAPs - Fundações de Amparo à Pesquisa

FASUBRA - Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras

FIA/USP - Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

PNE - Plano Nacional de Educação

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SEF - Secretaria de Educação Fundamental

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SESu - Secretaria de Ensino Superior

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO PARA TODOS
1993 - 2003

(Documento de subsídio I)

ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO*

A - Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica

Em resposta às determinações constitucionais e legais, às legítimas demandas sociais ao sistema educativo, ao Compromisso Nacional firmado na Semana Nacional de Educação para Todos e às Recomendações e Acordos assumidos no âmbito internacional, estabelecem-se os seguintes objetivos:

1. **Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho:**

   a) definindo padrões de aprendizagem a serem alcançados nos vários ciclos, etapas e/ou séries da educação básica e garantindo oportunidades a todos de aquisição de conteúdos e competências básicas:

      » no domínio cognitivo: incluindo habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como aprender;

      » no domínio da sociabilidade: pelo desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, de senso de respeito ao próximo e de domínio ético nas relações interpessoais e grupais;

   b) estabelecendo, em nível apropriado, os objetivos e metas de desempenho dos respectivos planos curriculares, correspondentes aos objetivos socioculturais, antes mencionados, e que deverão ser alcançados pelas unidades escolares;

   c) adequando, no plano normativo e curricular, as articulações entre o ensino fundamental e médio e entre modalidades escolares e extra-escolares de educação;

   d) revisando e atualizando as concepções e normas de organização e estruturação do ensino médio de modo a constituí-lo como continuidade do processo de educação básica e aprofundamento da aquisição de competências cognitivas e sociais, e integradamente às várias modalidades de educação no e para o trabalho;

   e) melhorando a qualidade do livro didático e o desempenho e formação dos docentes.

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.35-50, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

2. Universalizar, com eqüidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento:

a) assegurando a todas as unidades de ensino padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e tecnologias instrucionais, de competências pedagógicas e de gestão, para o desenvolvimento de processos de ensino de boa qualidade;

b) reduzindo os diferenciais de progressão escolar e de desempenho cognitivo e social entre regiões, locais de domicílio e grupos sociais em situações específicas;

c) oferecendo a estudantes de dez a 14 anos, em risco de deserção escolar, oportunidades apropriadas para mantê-los no sistema até à conclusão da educação fundamental, com eficaz educação no e para o trabalho;

d) oferecendo ao trabalhador oportunidades educacionais no próprio local de trabalho, ou próximo a ele, de preferência antes da jornada de trabalho;

e) implementando estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno, assegurando a todos uma educação de qualidade que respeite e promova a construção da identidade da criança e do adolescente;

f) diferenciando modalidades, métodos e estratégias educativas apropriadas às necessidades de aprendizagem de indígenas, crianças de áreas rurais pobres e de expansão de fronteiras, bem como de trabalhadores de setores informais;

g) ampliando a jornada escolar e o ano letivo.

3. Ampliar os meios e o alcance da educação básica:

a) situando a escola como espaço privilegiado e autônomo de gestão e desenvolvimento da aprendizagem e da formação do cidadão, incentivando-lhe a criatividade, a capacidade de inovação e de ajustamento cultural ao seu entorno social;

b) proporcionando atenção integral à criança e ao adolescente, especialmente nas áreas de concentração de pobreza e fortalecendo as redes de educação infantil;

c) enriquecendo o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes;

d) provendo modalidades diversificadas de educação continuada a jovens e adultos subescolarizados, incluindo capacitação socioprofissional, educação para a saúde e nutrição, o fortalecimento familiar e a integração ambiental;

e) disseminando meios de informação, comunicação e ação social, em apoio às redes escolares locais, incluindo, entre outros, programas de educação aberta e a distância, centros de difusão cultural, bibliotecas, núcleos de multimeios e espaços de ação comunitária.

4. Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem:

a) adequando e articulando equipamentos sociais existentes para desenvolvimento de estratégias de atenção integral à criança e ao adolescente;

b) consolidando a apropriação dos espaços socioculturais e os recursos das unidades de serviço do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente pelas comunidades locais e organizações da sociedade civil, a fim de concretizar ações relativas à pedagogia da atenção integral;

c) estimulando experiências de organização escolar que ampliem a jornada escolar e o acesso a meios e processos de enriquecimento curricular, e que se destinem prioritariamente a crianças carentes;

d) incentivando e apoiando experiências alternativas de integração de serviços de apoio ao educando, visando a integrá-las ao Sistema Nacional de Atenção Integral previsto na Lei nº 8.642/93;

e) incrementando a participação da família e da comunidade no processo educativo.

5. Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso:

a) consolidando as parcerias entre o Ministério, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, para sistematizar e racionalizar os esforços e recursos para a educação fundamental;

b) articulando a ação das universidades, dos Conselhos de Educação e de outras organizações governamentais e não-governamentais, dos políticos, dos empresários, trabalhadores e outros segmentos sociais, no sentido de alcançar os objetivos do Plano;

c) articulando a ação das universidades, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no sentido de rever os cursos de formação do magistério, de definir mecanismos de aperfeiçoamento em serviço e de identificar formas de acesso ao ensino superior aos professores no exercício do magistério sem esse nível de formação;

d) fortalecendo a gestão democrática da escola mediante a constituição e aperfeiçoamento de colegiados de pais e membros da comunidade escolar que participem ativamente da definição dos objetivos de ensino e da avaliação de seus resultados.

6. Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e eqüidade em sua distribuição e aplicação:

a) reestruturando o atual quadro de distribuição, entre níveis de governo, dos recursos fiscais e dos encargos de expansão e desenvolvimento e de manutenção e operação, para reduzir os efeitos dos diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;

b) criando fundos e mecanismos não convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de médio porte e áreas rurais críticas);

c) incrementando, em função das disparidades definidas, os gastos públicos acima dos níveis mínimos constitucionalmente determinados e ampliando mecanismos que assegurem amplo controle social de sua aplicação;

d) definindo instrumentos para controle dos gastos públicos em educação de forma a evitar que os recursos que, legal e constitucionalmente, são destinados a essa área sejam aplicados em outros programas. Para tanto, deve-se recorrer a todas as instituições que podem contribuir nesse processo, inclusive as universidades.

7. **Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional:**

   a) ampliando a aquisição, transferência e adaptação de conhecimentos, informações e experiências institucionais;

   b) expandindo e redirecionando os programas de formação e capacitação, inclusive no exterior, de recursos humanos para a educação básica;

   c) intensificando os mecanismos de interação e cooperação educacional e cultural com países latino-americanos;

   d) estreitando a cooperação com organismos internacionais, de forma a viabilizar um intercâmbio permanente sobre os avanços e tendências da política de educação básica.

B - Metas Globais

As metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, ou em períodos intermediários, deverão atender aos seguintes escopos mínimos:

» incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum, tomando como referência os novos padrões de conteúdos mínimos nacionais e de competências básicas a serem nacionalmente determinadas com a participação dos sistemas de ensino;

» elevar a, no mínimo, 94% a cobertura da população em idade escolar;

» assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo as repetências, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo que 80% das gerações escolares, no final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento, cumprindo uma trajetória escolar regular;

» criar oportunidades de educação infantil para cerca de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais pobre;

» proporcionar atenção integral a crianças e adolescentes, sendo que 1,2 milhão através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), em áreas urbanas periféricas;

» ampliar o atendimento de jovens e adultos de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente ao ensino fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados;

» ampliar progressivamente a participação porcentual do gasto público em educação no PIB brasileiro, de modo a atingir o índice de 5,5%;

» implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica;

» promover a revisão crítica dos cursos de licenciatura e da escola normal de forma a assegurar às instituições formadoras um novo padrão de qualidade, compatível com os requerimentos atuais da política de educação para todos;

» dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento;

» aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure seu compromisso com a produtividade do sistema, ganhos reais de salários e a recuperação de sua dignidade profissional e do reconhecimento público de sua função social;

» descentralizar progressivamente os programas de livro didático e de merenda escolar.

C - Linhas de Ação Estratégica

O alcance dos objetivos e metas propostos requer o desenvolvimento de duas linhas de atuação, a partir das quais podem ser geradas condições de reversão do quadro educacional.

A primeira diz respeito à atuação sobre a demanda, correspondendo ao esforço empreendido, junto aos vários setores sociais, de elevar o reconhecimento da importância política e estratégica da educação fundamental, tanto na construção da ética e da cidadania quanto na condução de um desenvolvimento sustentado, socialmente justo.

O desenvolvimento que se pode imprimir à educação básica depende da importância que a Sociedade Civil e o Estado atribuam ao projeto educacional do País. Torna-se, assim, necessária a criação de espaços para que todos os movimentos organizados, associações de pais e ex-alunos, grupos empresariais e sindicatos possam contribuir e desempenhar um papel ativo na melhoria da educação oferecida em todo o País.

Torna-se imperioso, ainda, que os poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário - assegurem eficaz cumprimento dos mandatos constitucionais e legais e dos compromissos assumidos para a implementação do Plano Decenal de Educação.

Do mesmo modo, configura-se como essencial um amplo e consciente engajamento político dos profissionais de educação neste esforço, seja pela efetiva inserção de suas representações nos processos decisórios e de controle e avaliação do desempenho do sistema, seja pelo estabelecimento de acordos para sua valorização social e profissional.

A mobilização social em torno da qualidade e eqüidade da educação básica exige, ainda, participação organizada dos meios de comunicação de massa, na difusão dos debates públicos sobre o tema e na criação de clima favorável às mudanças educacionais que o País requer.

A segunda linha corresponde à atuação sobre a oferta. Seu eixo norteador é o reordenamento do binômio QUALIDADE E EQÜIDADE, visando a atingir novos padrões educacionais compatíveis com o direito social de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Nesta dimensão, constitui prioridade consensual o atendimento à população em idade escolar, na educação fundamental, tendo em vista a necessidade de concentrar energias, meios e recursos na melhoria do ensino, propiciando escolaridade básica completa para eliminar o analfabetismo e a subescolarização dos jovens e adultos.

Para tanto, serão enfatizadas as seguintes ações:

1 - Estabelecimento de padrões básicos para a rede pública

Todas as escolas deverão ter garantidas as condições básicas de oferta, a serem definidas e pactuadas pelos diversos níveis de governo, para assegurar ambiente apropriado ao desenvolvimento do processo de ensino.

2 - Fixação dos conteúdos mínimos determinados pela Constituição

O MEC, com o concurso das representações educacionais e da sociedade, deverá propor e especificar os conteúdos nacionais capazes de pautar a quantidade de educação socialmente útil e de caráter universal a ser oferecida a todas as crianças, consideradas suas diferenças. Complementações curriculares serão propostas em cada sistema de ensino e escola, respeitando a pluralidade cultural e as diversidades locais. Igualmente pesquisas serão desenvolvidas para fundamentar avanços no âmbito das competências sociais, visando a enriquecer o processo curricular da escola.

3 - Profissionalização e reconhecimento público do magistério

A fixação e implementação de política de longo alcance para o magistério é condição precípua para que se atinja os objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional. Sendo uma questão complexa, sua elaboração deverá ser objeto de agenda especial de acordos e compromissos de co-responsabilidade, entre as administrações educacionais, econômico-financeiras e de relações de trabalho dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios), com o envolvimento de instituições formadoras, sindicatos, associações profissionais e demais segmentos sociais interessados.

Paralelamente, devem ser intensificadas as ações voltadas para a reestruturação dos processos de formação inicial e continuada, abrangendo a revisão dos currículos dos cursos médios e superiores do magistério e dos programas de capacitação dos profissionais em exercício. Esse processo deve se estender a todas as categorias, destacando-se, inclusive, a dos dirigentes escolares, agentes importantes na melhoria da gestão do ensino.

Devem ser adotadas medidas legislativas e administrativas para tornar realidade o dispositivo constitucional que determina a valorização dos profissionais da educação. Planos de carreira capazes de promover a efetiva profissionalização do magistério, com base em referencial comum de padrões de remuneração e qualificação, devem ser assegurados.

4 - Desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional

O sucesso do Plano Decenal pressupõe o reordenamento da gestão educacional, conferindo à escola a importância estratégica que lhe é devida como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços educacionais de boa qualidade. Fortalecer a sua gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional.

Ao mesmo tempo, faz-se necessária uma ampla redefinição das funções, competências e responsabilidades de cada nível da administração educacional, buscando descentralizar e integrar suas ações e possibilitar gestão articulada dos programas de educação fundamental.

A União, através do MEC, desempenhará papéis de coordenar e articular a formulação e avaliação das políticas nacionais, a indução de inovações e o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para corrigir diferenças e garantir a prevalência do princípio da eqüidade no atendimento à escolaridade obrigatória.

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, aos Estados e Municípios cumprirá explicitar seus respectivos encargos e compromissos em Planos Estaduais e Municipais de Educação, conforme as especificidades e características regionais e locais.

Estados e Municípios, através de seus órgãos representativos (Conselhos de Secretários de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), com o apoio e coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, definirão uma metodologia de atuação integrada, de forma a permitir uma consistente integração da rede física e dos recursos, com vistas a possibilitar a unificação de ofertas de vagas (chamada escolar) e do atendimento escolar a todas as crianças.

Da mesma forma, em nível da normalização das ações educacionais, procurar-se-á definir com maior clareza o papel e a competência dos Conselhos, com o objetivo de desburocratizar a função educativa e ampliar o papel da escola.

5 - Estímulo às inovações

As diferentes clientelas a serem atendidas trazem consigo necessidades de aprendizagem igualmente variadas, exigindo das escolas grande flexibilidade e capacidade de adaptação em seus planos de ensino e métodos de gestão. Para incentivar estas qualidades da escola, experiências inovadoras serão objeto de acompanhamento, avaliação, apoio e disseminação, tendo em vista estimular seu efeito de demonstração para o desenvolvimento de estratégias educativas aptas a suplantar as questões críticas do sistema, especialmente as que dizem respeito à "cultura da repetência", à avaliação da qualidade e à eficiência e democratização da gestão escolar. Atenção deve ser dada ao resgate das experiências bem sucedidas, muitas vezes abandonadas em decorrência da descontinuidade administrativa.

6 - Eliminação das desigualdades educacionais

O princípio de equalização de oportunidades educacionais com qualidade requer especiais cuidados no planejamento e na administração de recursos do sistema. Será preciso criar mecanismos de discriminação positiva entre regiões, redes e escolas mais carentes, visando a compensar as diferenças nas disponibilidades e programação de insumos e nos resultados de aprendizagem. Assim, o MEC deverá dar continuidade às políticas, já em curso, de aperfeiçoamento dos critérios de distribuição de recursos aos Estados e Municípios, de implementação do Projeto Nordeste de Educação e do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), bem como de estímulo aos programas de capacitação docente em áreas críticas de baixo desempenho em aprendizagem.

7 - Melhoria do acesso e da permanência escolar

Do conjunto de esforços sobre a oferta de ensino, a permanência com sucesso na escola talvez constitua o maior desafio a ser enfrentado neste final de século, pois, além de elevar o nível de produtividade escolar, terá amplo impacto sobre o acesso. O desenvolvimento de medidas de melhoria da qualidade da iniciação escolar (quatro séries iniciais), associado a avanços resultantes de programas curriculares inovadores, permitirá ganhos progressivos no fluxo escolar.

Contribuirá para este resultado, também, o aperfeiçoamento dos processos de avaliação escolar, estimulando o progresso do aluno e superando a "cultura da repetência", que constitui um considerável obstáculo a ser vencido.

De outra parte, a implementação de programas de enriquecimento curricular da 5ª à 8ª série, para atendimento aos alunos com atraso escolar, poderá ser combinada com a educação para o trabalho, ajudando a evitar a evasão precoce e aumentando a escolaridade média dos jovens.

Estas medidas, aliadas às anteriormente mencionadas (padrões de qualidade, currículo, magistério, gestão), permitirão obter impactos positivos sobre os níveis gerais de desempenho e rendimento. No entanto, esforços adicionais deverão ser empreendidos para determinados segmentos da clientela escolar (indígenas, crianças de áreas rurais pobres, meninos de rua, trabalhadores por conta própria, entre outros), mediante adoção de planos, métodos e instrumentos apropriados à satisfação de suas necessidades específicas de aprendizagem.

Destacam-se, neste caso, os que visem:

a) ao atendimento da educação infantil a crianças provenientes de famílias em situação de pobreza, tendo em vista evidentes impactos que isto exerce sobre as oportunidades posteriores de educação fundamental. Em sua operacionalização será indispensável a participação de entidades não-governamentais, bem como aperfeiçoamentos na legislação que regula a participação de empresas na assistência aos filhos de seus empregados;

b) à atenção integral à criança e ao adolescente, em unidades do PRONAICA e/ou em associação com outras organizações governamentais e não-governamentais;

c) à integração à escola de crianças e jovens portadores de deficiência e, quando necessário, o apoio a iniciativas de atendimento educacional especializado;

d) à oferta de programas diferenciados de avanço escolar para alunos já integrados ao mercado de trabalho, com regimes especiais de freqüência, alternância pedagógica, educação a distância, entre outros;

e) ao atendimento da criança indígena, com programa de ensino bilíngüe e pluricultural.

8 - Sistematização da educação continuada de jovens e adultos

Faz-se necessário estruturar e institucionalizar programas alternativos de educação continuada, com o objetivo de reduzir o contingente atual de analfabetos e elevar os níveis médios de escolaridade dos jovens e adultos subescolarizados. Entretanto, eles deverão resultar de amplos acordos de articulação entre as administrações estaduais e municipais de ensino, instituições especializadas de formação profissional e organizações não-governamentais aptas a operá-los em sistemas descentralizados, com elevada flexibilidade e versatilidade. Nesses acordos é necessária a participação de associações representativas das clientelas a serem atingidas, sobretudo as de trabalhadores e as patronais.

A variedade de contextos da clientela requer grande mobilidade de meios de atendimento e constantes ajustamentos às disponibilidades de tempo e possibilidades dos educandos. Diante disso, a alternância entre atendimento presencial – em tempo e locais determinados, especialmente nos de trabalho ou próximo a ele – e atendimento a distância deve ser largamente adotada, com utilização intensa de programas de teleducação.

A variedade da clientela e de contexto requer também a disponibilidade de pessoal especialmente capacitado, principalmente alfabetizadores.

9 - Produção e disseminação do conhecimento educacional e das informações em educação

Os sistemas de ensino serão mais efetivos e relevantes na medida em que melhor dominem os processos de desenvolvimento e de aprendizagem de suas diferenciadas clientelas, os

recursos técnicos e científicos com que podem ser inovados e melhorados e as alternativas de constituição e gestão das unidades educacionais. Para tanto, faz-se necessário integrar e coordenar as políticas e mecanismos de estímulo e apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Educação, enfatizando a produção de investigações e de estudos voltados para a natureza e dinâmica dos processos de aquisição de competências humanas, para os métodos, técnicas, recursos didático-pedagógicos e estratégias de ensino e para o desenvolvimento de métodos e processos de gestão escolar. Bem assim, faz-se necessário ampliar a disponibilidade e a qualidade das informações sobre o desenvolvimento dos sistemas educativos, permitindo melhor monitoramento e avaliação de sua distribuição social e espacial, qualidade e eficiência.

Correspondentemente, cumpre fazer avançar os sistemas de disseminação destes conhecimentos e informações, de modo a torná-los francamente acessíveis a todos os segmentos da sociedade e, em particular, aos professores e demais agentes educativos atuantes nas bases dos sistemas. E oportuna e agilmente disponíveis em todos os níveis e setores da administração educacional.

10 - Institucionalização dos Planos Estaduais e Municipais

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, compete aos Estados e Municípios, articuladamente:

» implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais, tendo como referência os objetivos, metas e estratégias contidas no Plano;

» institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público;

» engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo comissões permanentes de mobilização e acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

11 - Profissionalização da administração educacional

A melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação e do Desporto e dos demais níveis da administração educativa como a ação nos estabelecimentos de ensino. Esta profissionalização implica a definição de competências específicas e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais como nos descentralizados, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer também a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e produtividade.

MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO*

A - Consolidação de Alianças e Parcerias

Impõe-se como medida prioritária de implementação do Plano Decenal a consolidação da aliança formada entre o MEC, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Fórum dos Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação.

A experiência obtida na formação dessa aliança, no seu processo de trabalho e na formulação do Compromisso firmado na Semana Nacional de Educação para Todos deve ser objeto de ação continuada visando à sua institucionalização. Sendo o Brasil uma República Federativa, esta parceria entre os níveis de governo é condição imprescindível para a eficiente condução do processo de implementação e a avaliação dos resultados do Plano. Encontra respaldo constitucional no princípio de competências legais concorrentes da União e das unidades da Federação e no mandato de integração entre Estados e Municípios para provimento de serviços sociais.

Nestes mesmos moldes devem ser criados e institucionalizados, no âmbito dos sistemas de ensino, mecanismos para a gestão colegiada do Plano, envolvendo não apenas as representações governamentais, mas também as da sociedade civil. Em nível federal, o fortalecimento e ampliação do Comitê Consultivo do Plano configura medida de repercussões positivas sobre a implementação e sustentação política do Plano Decenal.

Como desdobramento dessa política, esforço haverá de ser feito por todas as instâncias de governo no sentido de, colegiadamente, definir e especificar o papel de cada entidade representativa da sociedade civil e das entidades governamentais e não-governamentais. Esta definição ensejará maior clareza e poderá potencializar inúmeras oportunidades existentes, institucionalizadas ou não.

No âmbito das unidades federadas, as alianças e parcerias deverão resultar em melhor compartilhamento de encargos e responsabilidades dos processos estaduais e municipais na manutenção e desenvolvimento dos sistemas de ensino. Cumpre salientar o papel a ser desempenhado, neste processo, pelos Conselhos Municipais, cuja criação e implantação se reconhece necessária, em estreita articulação com os Conselhos Estaduais de Educação.

Avançando a descentralização, pela integração dos sistemas e a participação social em sua gestão, dar-se-á maior consistência e efetividade aos Planos Decenais, contemplando as parcerias entre Estados e Municípios.

Releva notar que medidas de caráter legislativo e administrativo se farão necessárias para viabilizar as competências institucionais e as reformas propostas no domínio curricular,

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.51-65, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

na formação do magistério, nas políticas salariais, de carreira e de profissionalização. Do mesmo modo, serão requeridas agilidade e facilidades que permitam ajustes na legislação dos sistemas de ensino para as novas experiências curriculares, processos de avaliação de ensino e outras inovações pedagógicas, fortalecendo, para tanto, parcerias com os Conselhos de Educação e com as Comissões de Educação dos legislativos nacional, estaduais e municipais.

B - Eficiência e Equalização no Financiamento

A implementação deste Plano contará com os recursos legal e constitucionalmente previstos para o ensino fundamental, recursos externos e recursos que venham a ser adicionados através de parcerias. O cumprimento das metas exige a reestruturação, o fortalecimento e agilização desse sistema de financiamento da educação em duas direções essenciais.

A primeira, no sentido de, no mínimo, recuperar os níveis de investimentos públicos alcançados ao final dos anos oitenta, ou seja, de cerca de 4,3% do Produto Interno Bruto, elevando-o no correr da década a um patamar de 5,5%. Para isso, serão ampliados os controles sociais e institucionais, de modo a garantir que cada nível de governo aplique, efetivamente, na educação, os recursos constitucionalmente determinados.

Além disso, deve-se conduzir uma adequada política de captação de recursos externos, permitindo realizar, com rentabilidade, investimentos que, de outro modo, teriam que ser postergados. Será necessário, também, incrementar, de modo socialmente eqüitativo, os investimentos privados em educação, especialmente mediante o apoio de empresas, sociedades civis e organizações não-governamentais, a escolas e programas educacionais inovadores e de boa qualidade, dando prioridade àqueles que atendem às clientelas mais pobres.

A segunda direção terá o sentido de conferir maior eficiência e eqüidade aos processos de programação e gestão dos recursos públicos, eliminando o desperdício e a superposição de ações. Isto se fará, em especial, mediante firme coordenação dos programas de investimento e de manutenção, a cargo dos Estados e dos Municípios. Exigirá compromissos de atuação integrada, fundados em acordos prévios, institucionalizados mediante convênios ou outros instrumentos, em que as responsabilidades de cada parte sejam claramente definidas.

Para garantir eficiência e equalização na política de financiamento, mecanismos especiais de supervisão e fiscalização deverão ser criados, de forma a permitir que segmentos representativos da sociedade civil possam ter participação efetiva nos órgãos do Executivo responsáveis pela alocação e distribuição dos recursos.

O MEC, com os recursos de que dispõe, deve atuar como estimulador dessas parcerias e como instrumento de redução das desigualdades entre as redes, entre as regiões e entre as áreas urbanas e rurais, pautando suas transferências pela qualidade, caráter inovador e alcance social dos projetos a serem apoiados.

Medidas específicas deverão complementar tais ajustes, destacando-se:

1 - a revisão de critérios de transferências de recursos intergovernamentais, levando-se em conta os diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;

2 - a redefinição, clara e precisa, das reais prioridades estratégicas e funcionais dos programas e projetos em curso ou a iniciar, e dos ciclos temporais em que poderão ser

realizados, em face do estado atual de crise fiscal e das perspectivas de recuperação econômica;

3 - a implantação de mecanismos legais e institucionais que assegurem agilidade e eficiência nos financiamentos compartilhados (intergovernamentais e entre fontes governamentais e não-governamentais) e eqüidade em sua distribuição e programação;

4 - a implantação de fundos e mecanismos não convencionais de financiamento de programas inovadores de melhoria de qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de porte médio e áreas rurais críticas);

5 - a definição de mecanismos de controle da aplicação de recursos previstos, legal e constitucionalmente, para assegurar nível adequado de recursos para o setor;

6 - a retomada de propostas já aprovadas pelos países de que se organize fundo, com parte dos juros da dívida externa de países devedores, para o financiamento de programas de educação fundamental;

7 - melhoria e desenvolvimento da capacidade gerencial dos sistemas.

C - Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional

A cooperação internacional é uma fonte de contribuições de inegável alcance para a formulação e implementação de uma política de educação para todos. Os conhecimentos e tecnologias acumulados internacionalmente são imprescindíveis para ampliar os horizontes de concepção e inovação dos processos de ensino e de administração educacional, requeridos para superar os obstáculos que o País enfrenta para universalizar com qualidade a educação básica.

Todavia, é importante fazer convergir os programas e ações de cooperação internacional na área da educação, para atender às necessidades básicas de aprendizagem da população brasileira, respeitando sua história e sua cultura.

Assim, deve-se buscar, através de acordos de cooperação, a transferência e a adaptação de métodos e tecnologias, por meio de intercâmbio de conhecimentos e informações. Para melhor assimilação e aproveitamento dessas transferências, serão direcionados para esses pontos de convergência, programas destinados à formação e atualização técnico-científica de recursos humanos, ampliando estas oportunidades a administrações educacionais nos Estados e Municípios.

Considera-se também relevante o intercâmbio de experiências administrativas, cujos avanços, em vários países, serão úteis aos processos de descentralização do sistema educacional e de democratização da gestão escolar.

D - Intensificação das Ações Governamentais em Curso

Não obstante o porte e complexidade dos problemas que se enfrentam e as dificuldades socioeconômicas e políticas apontadas, estão sendo desenvolvidas importantes ações corretivas e inovadoras. Uma das medidas de implementação do Plano Decenal consiste em intensificar essas ações e programas em andamento, compatibilizando-as com linhas de estratégias adotadas. Neste sentido, destacam-se:

1 - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA)

O PRONAICA é um instrumento para alcançar os objetivos de atenção integral à criança e ao adolescente, compreendendo a defesa da criança e do adolescente, a promoção e defesa da saúde, creche, pré-escola e educação escolar, esporte e lazer, difusão cultural, educação para o trabalho, alimentação e teleducação.

Esses subprogramas são executados em estruturas físicas especiais – os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – ou mediante adequação ou articulação de equipamentos sociais já existentes.

As estratégias do PRONAICA incluem mobilização das comunidades; administração compartilhada por União, Estados e Municípios e organizações comunitárias não-governamentais; participação de universidades e outras agências na formação e capacitação dos recursos humanos; e implantação de mecanismos nacionais e estaduais de acompanhamento, controle e avaliação.

2 - Projeto Nordeste de Educação

O Projeto tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação fundamental, com ênfase no segmento da 1ª à 4ª série, aumentando as taxas de aprovação e o nível de aprendizagem dos alunos, tornando mais eficiente a gestão educacional e o suprimento de materiais de ensino-aprendizagem e recuperando infra-estruturas escolares. O Projeto conta com o financiamento de US$ 418,6 milhões do Banco Mundial e de US$ 317,9 milhões do governo federal e estaduais da Região.

O Componente Nacional do Projeto visa a consolidar a capacidade institucional do MEC para formular e implementar políticas no âmbito da educação básica – com o desenvolvimento e consolidação de sistemas de informações gerenciais e de acervos bibliográficos e capacitação das equipes técnicas do Ministério –, bem como, desenvolver o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e reestruturar os sistemas de distribuição do livro didático e da merenda escolar.

Suas metas – beneficiando a 6 milhões de alunos do ensino fundamental – incluem a capacitação de 625 mil professores, a distribuição de 100 milhões de exemplares de livros didáticos e a recuperação e/ou construção de 119 mil salas de aula. Para tanto, deverão ser implementados novos padrões de administração em nove Secretarias de Educação e aproximadamente duas centenas de projetos de inovação pedagógica e educacional nos Estados dessa Região.

3 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Articulando a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a Coordenação de Planejamento Setorial (CPS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vem sendo desenvolvido e implementado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional.

Seus objetivos compreendem a pesquisa e desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação escolar, a implementação, em universidades e centros de pesquisa, de núcleos ou centros regionais de estudos em avaliação, a formação e capacitação de recursos humanos para a área e, por fim, a produção de pesquisa aplicada para subsidiar políticas públicas de qualidade educacional.

O projeto congrega a cooperação técnica internacional, além do Componente Nacional do Projeto Nordeste de Educação, que financiará, com US$ 5 milhões, parte das operações do sistema. Isto permitirá realizar avaliação de desempenho da educação básica em diferentes níveis e segmentos do sistema escolar.

4 - Programa de Capacitação de Professores, Dirigentes e Especialistas

O programa tem como objetivo promover mudanças substantivas na qualificação técnico-profissional dos docentes e especialistas, bem como dos métodos de gestão e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Inclui duas dimensões: (1) reestruturar a formação inicial dos profissionais; e (2) rever, sistematizar e expandir a formação continuada dos profissionais da educação básica.

A implementação dessas linhas de ação envolve projetos de iniciativa do próprio Ministério da Educação e do Desporto e, sobretudo, aqueles propostos pelos sistemas de ensino e financiados Pelo MEC. As universidades brasileiras e outras agências de formação estão sendo estimuladas a se integrarem ao programa, por meio de projetos de alta efetividade e com custos compatíveis com as necessidades e possibilidades das administrações dos sistemas de ensino.

Destaca-se, entre as ações em curso, o Programa Um Salto para o Futuro, dirigido a professores das quatro primeiras séries. O programa é produzido pela Fundação Roquette Pinto e veiculado pela Televisão Educativa, via satélite, contando com uma rede de telepostos aparelhados com telefone e fac-símile, o que permite integração e resposta imediata às questões dos professores. O Ministério também vem articulando ações de cooperação educativa internacional na área de formação e capacitação docente.

5 - Programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais

A consciência do agravamento da crise educacional gerou um amplo movimento, em administrações locais e em escolas, para superar a limitação dos meios, melhorar a gestão e o desempenho das unidades escolares e obter qualidade e eqüidade de oportunidades de aprendizagem. Para estimular e suprir recursos a tais iniciativas, o MEC criou o programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais, coordenado pela SEF e o INEP, no âmbito federal, articulando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, organismos internacionais, organizações não-governamentais e centros especializados de estudos e pesquisas.

O Programa envolve um amplo levantamento nacional de ações inovadoras em gestão e processos pedagógicos escolares, o estudo e avaliação dos casos mais relevantes e a disseminação de informações para as organizações públicas e civis que conduzem iniciativas. Alocando recursos significativos da quota federal do Salário-Educação e do Componente de Inovações do Projeto Nordeste de Educação, o programa permite financiar projetos selecionados por sua criatividade e potencial de reprodução e por suas contribuições à melhoria da qualidade e à universalização da educação básica.

O Programa inclui ainda o fortalecimento e a ampliação da Coleção SEF/MEC intitulada "Textos Básicos para uma Reforma Educacional", que tem o objetivo de colocar ao alcance de todos os Estados e Municípios textos considerados fundamentais para o desenvolvimento da educação básica, no que se refere à divulgação tanto de experiências inovadoras quanto de atualidades pedagógicas oriundas de autores nacionais e estrangeiros.

6 - Desenvolvimento da Leitura e da Escrita

Tendo como pressuposto básico que o domínio da leitura e escrita constitui a base para se assegurar o êxito dos alunos no ensino fundamental e, conseqüentemente, o exercício pleno de sua cidadania, ações vêm sendo desenvolvidas pelo MEC, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com vistas à promoção da lecto-escritura na escola, de forma articulada à Política Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, coordenada pela Fundação Biblioteca Nacional.

Neste sentido, cabe destacar, ao lado dos programas sistemáticos da Fundação de Assistência ao Estudante – Programas Nacional do Livro Didático, de Salas de Leitura e de Biblioteca do Professor – a implantação pela Secretaria de Educação Fundamental, com a cooperação do Governo Francês, do Projeto Pró-Leitura na Formação dos Professores para a Educação Fundamental, que objetiva elevar a qualidade da formação profissional dos docentes, mediante a estreita integração entre a sua formação teórica e prática.

Para desenvolver a prática diária do ler, do escrever e do dizer, o Pró-Leitura busca instrumentalizar professores e alunos de instituições de formação de professores de nível médio e superior e de escolas de aplicação (pré-escolar e ensino fundamental), mediante a realização de seminários, oficinas de trabalho, reuniões técnicas e, sobretudo, através do apoio à organização e dinamização das salas de leitura e bibliotecas escolares

7 - Expansão e melhoria da Educação Infantil

Considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa do processo educativo e é integrante da Educação Básica, o MEC vem desenvolvendo ações de articulação com os sistemas de ensino e outros órgãos envolvidos no atendimento das crianças de zero a seis anos, visando à definição e execução de estratégias de expansão e melhoria da qualidade deste segmento da educação.

Destacam-se, como ações prioritárias na área, o desenvolvimento de propostas pedagógicas e curriculares para a educação nessa faixa etária e a implementação de ações de formação inicial e continuada de profissionais que nela atuam. Constitui preocupação especial a promoção da função educativa da creche (crianças até quatro anos), segmento que tem se caracterizado por atendimento predominantemente assistencial, deficitário no aspecto pedagógico.

A atuação do Ministério na área da Educação Infantil, em articulação com os órgãos executores, visa a favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social; promover a ampliação das experiências e conhecimentos da criança pequena; e contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

8 - Sistema Nacional de Educação a Distância

Encontra-se em fase de estruturação o Sistema Nacional de Educação a Distância que, conforme previsto no Protocolo de Cooperação assinado pelo MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do CRUB, do CONSED e da UNDIME, deverá aprimorar e ampliar o programa de capacitação e atualização dos professores, monitorar e avaliar os programas e projetos de educação a distância, bem como desenvolver projetos de multimeios e de apoio à sala de aula. Estas ações abrangerão o ensino fundamental e pré-escolar, a educação especial, o ensino médio e tecnológico, além de prover suporte ao PRONAICA.

No âmbito do Sistema, está sendo instituído um consórcio de universidades, em articulação com o CRUB, visando a desenvolver programas de formação e educação continuada para discentes e docentes de todos os níveis de ensino, bem como a implementar ações de pesquisa e desenvolvimento para o uso de novas tecnologias de Telecomunicações e Informática na Educação. Programas de intercâmbio e de cooperação técnica deverão ser firmados com organismos nacionais e internacionais.

Buscar-se-á, ainda, ampliar e aprimorar a produção, edição e transmissão dos programas de educação a distância, por intermédio da Fundação Roquette Pinto, das emissoras que compõem o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), das emissoras de rádio e televisão educativos. O Sistema terá como suporte uma rede teleinformacional que se interligará à rede nacional de pesquisa e a uma rede teleinformacional de suporte ao desenvolvimento cultural. Esta rede poderá ser acionada desde um simples telefone público a um sistema avançado de computador, permitindo a qualquer cidadão o acesso ao conhecimento. Com o Sistema deverão ser incrementados projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, constituindo prioridade o desenvolvimento dos recursos humanos do setor educacional.

9 - Programa de Integração da Universidade com a Educação Fundamental

Tem por objetivo estimular o comprometimento e apoiar a participação das instituições de ensino superior na implementação das políticas de melhoria da qualidade e do desempenho dos sistemas estaduais e municipais de ensino fundamental.

A capacitação e a atualização de professores, por meio de variados processos e estratégias, concebidos e executados por equipes universitárias qualificadas e articuladas às administrações educacionais locais, tem sido sua principal forma de atuação. Ademais, experimentos e estudos para desenvolvimento de processos de ensino e de livros e meios didáticos estão sendo estimulados.

A continuidade desta cooperação entre instituições de ensino superior e sistemas de ensino deverá conduzir, primordialmente, à melhoria do domínio dos conteúdos básicos pelos alunos do ensino fundamental, em particular os das séries iniciais, contribuir para um equacionamento mais decisivo de questões como a repetência e evasão e apoiar os esforços para o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos.

A coordenação do programa está a cargo da Secretaria de Educação Superior (SESu) em articulação com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), e financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10 - Descentralização dos Programas de Assistência ao Estudante

Buscando integrar seus esforços aos dos Estados e Municípios, no objetivo de universalização da educação, O MEC, através da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), vem descentralizando seus programas de assistência ao estudante, especialmente os relativos à merenda e ao livro didático.

O regime de colaboração estabelecido entre União, Estados e Municípios, em que cada instância assume responsabilidades e custos, tem possibilitado maior eficiência na oferta dos serviços, evitando-se superposição de ações e desperdícios de recursos.

11 - Eficiência, Equalização e Agilização do Sistema de Financiamento

As contribuições do Salário-Educação constituem um vigoroso instrumento de financiamento da educação fundamental brasileira, aportando mais de dois bilhões de dólares aos orçamentos da União e das unidades federadas. Os recursos da Quota Federal – correspondente a um terço de sua arrecadação – são aplicados segundo critérios redistributivos, de modo a reduzir as desigualdades regionais de capacidade de financiamento educacional, destinando-se não menos de 25% a programas municipais de ensino.

Para contrabalançar os efeitos da crise fiscal, várias medidas estão em curso, sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestor desse sistema. Visam a tornar mais eficiente a arrecadação, aperfeiçoando seu processamento e procurando eliminar os focos de sonegação, bem como para modernizar e agilizar seus métodos de gestão, tornando mais rápidos e oportunos os repasses de recursos aos projetos apoiados pelo Fundo.

Faz-se necessário, em função de sua importância para o estimulo às inovações educacionais, à descentralização da gestão e ao aumento da eficiência dos sistemas de ensino, desenvolver seu potencial compensatório das diferenças sociais e regionais, reduzindo a concentração de seus benefícios nas áreas mais ricas do País, e aprimorar os mecanismos de definição e alocação de recursos através de uma “quota municipal”, fortalecendo-se, assim, a gestão local de ensino.

Esforços adicionais são feitos, também, para tornar mais rentável o gerenciamento financeiro dos recursos do Fundo, incrementando, deste modo, as suas disponibilidades e inovando suas fontes de captação, de modo a atender às necessidades postas pelo Plano Decenal de Educação.

No exercício de sua função equalizadora e de correção das disparidades educacionais entre regiões, Estados e Municípios, o MEC formulou e vem implementando uma sistemática de financiamento de projetos na área de educação básica. Essa sistemática adota novos procedimentos e critérios de equalização para a concessão de recursos provenientes do Tesouro Nacional e do Salário-Educação, destinados aos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Protocolos de cooperação entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação são firmados, visando a assegurar padrões básicos de oferta de serviços educacionais e redução de índices de repetência e evasão. A sistemática permite que Estados e Municípios mais pobres recebam maior volume de recursos, compensando deficiências de arrecadação e corrigindo, em parte, as desigualdades existentes.

COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS*

O período de aguda crise social e econômica que vive a Nação brasileira exige redobrados esforços para a consolidação da democracia e da cidadania. Nosso sistema escolar, de baixa qualidade e produtividade, não consegue responder às exigências de uma sociedade democrática e cidadã.

Apesar do avanço quantitativo do ensino fundamental observado na década de 80, o direito de todos à Educação, consagrado na Constituição de 1988, permanece ainda um desafio para o presente e o futuro.

Os compromissos assumidos necessitam, portanto, de uma reafirmação efetiva pela ação do Poder Público e de todos os segmentos da sociedade. Não podemos mais tolerar: de cada 1.000 crianças que ingressam na primeira série, apenas 45 concluem o ensino fundamental em 8 anos e sem repetência; da população de 15 anos e mais, 18,3% são ainda analfabetos.

A conquista de um padrão de escolarização de melhor qualidade, que permita inserir o Brasil em novo patamar de desenvolvimento, depende de ampla mobilização da sociedade. Neste sentido, os participantes da Semana Nacional de Educação para Todos, reunidos em Brasília - DF, de 10 a 14 de maio de 1993, decidiram propor a seguinte agenda de compromissos para orientar o Plano Decenal de Educação para Todos e, assim, responder aos reclamos da democracia e da cidadania no Brasil.

1 - Institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e a articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público.

2 - Assegurar eficiente e oportuna aplicação dos recursos constitucionalmente definidos, bem como outros que se fizerem necessários, nos próximos 10 anos, para garantir a conclusão do ensino fundamental para, pelo menos, 80% da população em cada sistema de ensino.

3 - Elevar a qualidade do ensino fundamental, reconhecendo a escola como espaço central da atividade educativa, dotado de estrutura material, pedagógica, organizacional e financeira capaz de oferecer á comunidade escolar condições de realizar o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem das crianças e adolescentes.

4 - Atribuir às unidades escolares, nos sistemas de ensino, crescente autonomia organizativa e didático-pedagógica, propiciando inovações e sua integração no contexto local.

5 - Valorizar social e profissionalmente o magistério, por meio de programas de formação permanente, plano de carreira, remuneração e outros benefícios que estimulem a melhoria do trabalho docente e da gestão escolar.

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.85-87, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

6 - Definir as competências e responsabilidades das diferentes instâncias e setores do Poder Público, em regime de colaboração, incorporando a participação de entidades, grupos sociais organizados e da família no processo de gestão das políticas educacionais e da escola.

7 - Engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo um organismo permanente de mobilização, assessorado por grupo técnico de acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1994

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1993-2003

Sínteses dos Estados

REGIÃO NORDESTE

(Documento de subsídio II)

APRESENTAÇÃO

O debate ocorrido nas escolas sobre o Plano Decenal constituiu a primeira etapa da Conferência Nacional de Educação para Todos. Em 1993, ele tinha sido discutido no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de educação, sem, no entanto, ter chegado às instituições escolares, a não ser em alguns poucos exemplos. Nas reuniões, tanto do Comitê Consultivo quanto do Grupo Executivo do Plano, havia a nítida consciência de que ele precisava ser debatido pela comunidade escolar.

Com o apoio da iniciativa privada, fez-se uma grande edição do Plano (200.000 exemplares), remetendo, em seguida, para cada uma das 45.000 maiores escolas do País (acima de 100 alunos), 3 (três) exemplares, acompanhados de roteiro-sugestão para orientar a discussão.

Cada unidade federada, a partir da compatibilização progressiva do relatório-síntese da escola, elaborou o seu relatório, que foi posteriormente sintetizado, por Região, e apresentado na Conferência.

Em todo esse processo, contou-se com a participação e apoio do CONSED e da UNDIME, além de outras entidades representativas da sociedade civil.

Ao debater o Plano, a comunidade escolar teve duplo objetivo: colher críticas e sugestões, oriundas do interior da escola, e dar início a um conjunto de ações para o fortalecimento institucional da escola, a fim de adquirir condições e meios de fazer o seu projeto pedagógico e definir os seus compromissos no marco do Plano Decenal.

A existência de um plano referencial, em nível da União, e de planos correspondentes em nivel dos estados e dos municípios, não é suficiente para garantir uma educação de qualidade para todos. O engajamento da escola é condição imprescindível e insubstituível. Cada escola precisa ter o seu plano, isto é, o seu projeto pedagógico, em parceria com a comunidade.

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

ALAGOAS

APRESENTAÇÃO

O Plano Decenal de Educação para Todos - Alagoas (versão preliminar) contém as diretrizes, estratégias e mecanismos necessários à recuperação da escola pública, ao mesmo tempo que reconhece as dificuldades de ordem técnico-político-administrativa para o seu desenvolvimento, principalmente considerando o descrédito da sociedade diante da situação precária em que ainda se encontra a educação no estado, carecendo de maior prioridade na decisão política.

A metodologia definida para elaboração do referido plano - planejamento ascendente - não atingiu o grau de participação desejada, em face dos inúmeros problemas nos diversos níveis de execução, os quais podem ser assim discriminados:

- insatisfação dos técnicos, docentes e pessoal administrativo do sistema, em face do processo de desvalorização profissional, dificultando uma participação efetiva nas diversas fases de elaboração do plano;
- falta de sintonia nas relações estado/município, gerando duplicidade de ações, em detrimento da racionalização dos bens públicos;
- falta de maior integração entre os setores técnico-pedagógicos da SED, as Coordenadorias Regionais de Ensino - CRE e os Órgãos Municipais de Educação - OME, além da carência de recursos humanos nas estruturas intermediárias, principais vias de acesso à escola;
- dificuldades no estabelecimento de parcerias entre a SED/DEMEC/UNDIME/universidade para uma ação conjunta e mais eficaz;
- falta de integração escola/comunidade, impedindo a real participação dos pais na definição de propostas de solução para os problemas locais da educação.

Apesar das dificuldades citadas, em plena consciência de que os problemas da educação extrapolam essa esfera meramente administrativa, o Plano Decenal de Educação para Todos - AL se constitui uma tentativa de, gradativamente, durante os próximos 10 anos, envolver todo o corpo técnico-docente-administrativo do sistema educacional, em parceria com as demais instituições públicas e/ou privadas responsáveis pela educação de crianças, adolescentes e adultos, em todos os níveis, e as entidades da sociedade civil organizada, para, através de um processo amplo e contínuo de discussão, resgatar a qualidade da escola pública do Estado de Alagoas.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.55-61, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

As ações desenvolvidas para cumprimento das etapas de elaboração do plano obedeceram ao seguinte cronograma:

Maio-93

a) reunião com técnicos das instituições envolvidas com educação de jovens e adultos, a fim de preparar a Semana de Educação para Todos e discutir o Plano Decenal de Educação para Todos;

b) elaboração do documento *Alfabetização dos Jovens e Adultos: Trabalho e Modernidade* - tema para o grupo em que o Estado de Alagoas estava inserido e que serviu como contribuição para o documento preliminar do Plano Decenal de Educação para Todos. Equipe de elaboração: SED/UPC - UFAL/CEDU;

c) participação na Semana Nacional de Educação para Todos - 10 a 14/5/93.

Agosto/setembro-93

a) reuniões com equipes técnicas da SED para discussão sobre o roteiro de elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos:

- definição da metodologia de trabalho com as coordenadorias regionais de ensino e órgãos municipais de educação;

- definição do cronograma de trabalho nas 12 CRE com os órgãos municipais de educação que compõem cada coordenadoria;

b) reunião com coordenadores regionais de ensino para apresentação da filosofia do Plano Decenal de Educação para Todos e discussão da metodologia de trabalho para o Estado de Alagoas.

Outubro/novembro-93

a) comunicação às prefeituras e órgãos municipais de educação sobre o Plano Decenal de Educação e a metodologia a ser utilizada para a elaboração dos planos municipais;

b) reunião com técnicos da SED, a fim de aprofundar a abordagem dos objetivos, diretrizes e estratégias do plano nos encontros com as CRE e OME;

c) encontros com técnicos representantes das CRE e dos órgãos municipais de educação, a fim de discutir a filosofia do Plano Decenal e responder ao roteiro para elaboração dos planos municipais - período: 14/10 a 10/11/ 93;

d) reunião com equipes da SED para análise dos relatórios encaminhados pelos municípios, resultado de reuniões locais.

Novembro-93

a) seminário, com técnicos da SED, para elaboração de relatório-síntese das atividades desenvolvidas no processo de elaboração dos planos decenais dos municípios.

Dezembro-93

a) recebimento e análise dos planos municipais.

Janeiro-94

a) elaboração do Plano Decenal do Estado (versão preliminar);

b) encaminhamento, ao MEC, dos planos elaborados (estado e municípios).

Junho-94

a) designação da Comissão Tripartite do Plano Decenal de Educação para Todos - SED/UNDIME/DEMEC;

b) designação da Comissão Executiva para implementação do Plano Decenal de Educação para Todos - 3ª etapa: SED/UFAL/UNDIME/ETFAL/ DEMEC;

c) reuniões com a Comissão Tripartite e a Comissão Executiva do Plano para discussão do plano (versão preliminar) e elaboração dos relatórios nas escolas (roteiro para as escolas);

d) reunião com coordenadores de ensino para definição da metodologia de acesso às escolas, através dos órgãos municipais de educação:

- discussão com o corpo técnico-docente-administrativo da escola sobre o Plano Decenal e as expectativas e possibilidades para elaboração do seu projeto pedagógico/administrativo;
- envolvimento da comunidade (pais, movimentos religiosos, sindicatos, entidades civis dos municípios, etc.) para discussão sobre o Plano Decenal/escola/comunidade.

Julho-94

a) distribuição, pelas CRE e OME, dos roteiros para elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos nas escolas com mais de 100 (cem) alunos;

b) reuniões, nas escolas, com pais, alunos e pessoal técnico/docente/administrativo;

c) elaboração dos relatórios das escolas e encaminhamento às CRE e OME;

d) elaboração dos relatórios-síntese, pelas CRE e DME, e envio à SED.

Agosto-94

a) análise, pelas equipes da SED, UFAL e DEMEC, dos relatórios enviados pelas CRE e OME e elaboração do relatório final, utilizando a seguinte amostragem:

Rede estadual	-	40 escolas de 1ª a 4ª série
	-	60 escolas de 1ª a 8ª série
	-	15 escolas de 1º e 2º graus
Rede municipal	-	90 escolas de 1ª a 4ª série
	-	20 escolas de 1ª a 8ª série
	-	13 escolas de 1º e 2º graus
Escolas particulares	-	30 escolas de 1ª a 4ª série
	-	25 escolas de 1ª a 8ª série
	-	20 escolas de 1º e 2º graus

As escolas selecionadas abrangem graus e modalidades diversas de ensino, desde o pré-escolar, classes de alfabetização, classes regulares de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, educação especial, ensino supletivo, até o 2º grau - magistério e educação geral.

Para discussão do Plano Decenal de Educação para Todos, conforme os relatórios-síntese das coordenadorias regionais de ensino e dos órgãos municipais de educação, as escolas envolveram, no seu conjunto, um grande número de alunos, docentes, técnicos, pessoal administrativo, pais, sindicatos, grupos de igrejas, associações de moradores, etc., de acordo com o maior ou menor grau de envolvimento da escola com a comunidade local.

Os resultados obtidos retratam a situação precária em que se encontra o sistema educacional, nos seus aspectos fundamentais.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

- alto percentual de professores leigos nas escolas municipais, principalmente na zona rural;
- corpo técnico-docente-administrativo das escolas desatualizado para o uso de novos métodos de ensino e/ou necessitando de reciclagem dos conteúdos disciplinares básicos e, principalmente, de capacitação para o acompanhamento e avaliação do ensino-aprendizagem;
- desestímulo para o desempenho profissional em face das defasagens salariais e inexistência de uma política que recupere o poder aquisitivo dos salários e, conseqüentemente, gere indicação para o bom funcionamento da escola pública, em todos os níveis do sistema educacional.

ACOMPANHAMENTO DA REDE ESCOLAR

- deficiência das condições de trabalho e de estudo, em grande parte da rede física instalada, destacando-se as escolas municipais e rurais, de difícil acesso;
- falta de equipamentos, mobiliários, áreas de recreação, cozinhas e/ou cantinas, salas de leitura e laboratórios em grande parte das escolas;
- materiais didático-pedagógicos e de apoio escassos e/ou inexistentes, ou inadequados a uma proposta pedagógica adequada;
- merenda escolar insuficiente, com atraso, além de não atender plenamente ao cardápio regional;
- inexistência de programas de saúde escolar na grande maioria das escolas;
- desarticulação entre a escola e os níveis intermediários das redes estadual e municipal, dificultando o acompanhamento da distribuição da merenda escolar e do material didático, ambos indispensáveis à permanência do aluno na escola;
- currículos inadequados às necessidades e possibilidades dos alunos, especialmente o aluno-trabalhador;

- inexistência de mecanismos de acompanhamento do aluno, na escola e na família, para identificação das causas da evasão e da repetência;
- carência de professores qualificados, especialmente para as séries iniciais do 1º grau, para as disciplinas de Língua Portuguesa, Física, Química, Biologia, Matemática e Educação Física nas últimas séries do 1º e 2º graus e para os conteúdos específicos da educação indígena, educação sexual e preparação do aluno para a participação no desenvolvimento da sociedade;
- inexistência de um fluxo de informações entre a escola, as CRE, os OME e o nível central.

GESTÃO EDUCACIONAL

- desorganização da estrutura e funcionamento do sistema educacional, com reflexos graves na escola, especialmente no acompanhamento e avaliação do ensino-aprendizagem;
- equipes técnicas desorganizadas e desmotivadas, inclusive em nível central, estruturas intermediárias e escola;
- dificuldades no nível técnico-docente-administrativo para elaboração do planejamento das atividades escolares;
- dificuldades das CRE e OME para acompanhamento técnico das escolas e alunos, na maioria das vezes por falta de pessoal;
- relacionamento precário entre o corpo técnico-docente-administrativo da escola, alunos e comunidade, na discussão dos conteúdos curriculares;
- grandes dificuldades da escola para a elaboração do seu projeto de gestão pedagógico-administrativo;
- grande ingerência político-eleitoreira na indicação dos dirigentes em todos os níveis, impedindo uma prática mais democrática na gestão do sistema educacional;
- inexistência de conselhos municipais e escolares e grêmios estudantis na quase totalidade dos municípios e escolas, caracterizando uma organização frágil da escola e da sociedade;

Os relatórios-síntese apresentam sugestões especificadas para a resolução dessa problemática e conseguem resumir, em uma única proposta, a saída para a resolução desta problemática: "decisão política" dos governantes, elegendo a educação como prioridade e, conseqüentemente, criando as condições necessárias para a recuperação da escola pública de qualidade.

Além das atividades desenvolvidas para cumprimento das etapas de elaboração, a SED/AL, através de suas equipes técnicas, tem participado de encontros nacionais promovidos pela Coordenação/MEC e, tanto na sua programação normal (PTA convencional) como no Projeto Nordeste, enfatizado as mesmas diretrizes e estratégias, na tentativa de consolidar o seu Plano Estadual de Educação.

Como resultados alcançados, frutos da metodologia utilizada para elaboração do Plano Decenal - AL, podemos citar entre outros:

- maior entrosamento entre as equipes técnicas em nível central e as CRE;
- maior interface entre as equipes técnico-pedagógicas dos diversos setores da SED;
- estabelecimento de parcerias SED/UNDIME/DEMEC/UFAL;
- indícios de integração entre as CRE e os OME.

Certamente, o processo de recuperação do ensino público será alcançado no momento em que a sociedade, juntamente com a escola, conscientes do seu papel, exigirem as transformações que lhes são necessárias. O Plano Decenal de Educação para Todos tem função importante nesse processo de organização.

Manoel Augusto de Azevedo

Secretário de Educação e do Desporto

Presidente da Comissão Tripartite

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

BAHIA

APRESENTAÇÃO

O presente documento sintetiza os debates sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, realizado nas escolas da rede pública do Estado da Bahia, no período de fevereiro a agosto de 1994, a ser apresentado na Conferência Nacional de Educação para Todos, a realizar-se de 29 de agosto a 2 de setembro de 1994, em Brasília.

O desafio lançado pelo Ministério da Educação e do Desporto, nessa etapa do Plano Decenal, foi amplamente atendido, com a participação efetiva das instituições educacionais e dos vários segmentos da sociedade civil dos diversos municípios que acreditam nas mudanças da educação básica, para garantir a qualidade e a universalização do ensino, resgatando, assim, os direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

Entendemos que essas propostas devem ser assumidas não só pela sociedade em geral, mas, principalmente, pelas instâncias públicas responsáveis pela educação, comprometendo-se com a concretização das metas expressas neste documento.

INTRODUÇÃO

A preocupação mundial com a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, aliada à baixa qualidade e produtividade dos sistemas educacionais dos países em desenvolvimento, levou a UNESCO, o UNICEF, o PNUD e o Banco Mundial à convocação da Conferência de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, congregando os nove países mais populosos do planeta - Bangladesh, Brasil, China, Egito, índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão -, quando foi firmado o compromisso de elaboração de planos decenais de educação, ratificado na Declaração de Nova Delhi em dezembro de 1993.

No Brasil, a educação configura-se como um dos problemas sociais mais graves. Segundo informações do Relatório Nacional de Avaliação de Educação Básica - INEP/PNUD, o percentual de crianças em idade escolar sem acesso à escola atinge 11%, e apenas um terço das crianças entre quatro a seis anos recebem atenção educativa de boa qualidade. Na faixa etária de 7 a 14 anos, cerca de 32,5 milhões de crianças ainda permanecem sem oportunidade de acesso ao ensino fundamental, apenas dois quintos concluem as quatro séries iniciais e menos de um quarto as concluem sem repetência. O índice de analfabetismo da população

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.83-99, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

com mais de 14 anos em 1991 foi de 20,2%, percentual superado na América Latina apenas pela Bolívia (22,5%).

Diante dessa realidade, coube ao MEC desenvolver o trabalho de coordenação que deflagrou o Plano Decenal de Educação para Todos, com o objetivo de reverter esse quadro no período de dez anos.

Dentre as estratégias adotadas, destaca-se o debate nas escolas como um esforço compartilhado entre os órgãos governamentais e não-governamentais que respalda o compromisso da efetiva implementação e consolidação das metas estabelecidas nos planos decenais.

A situação educacional da Bahia não difere da realidade brasileira, uma vez que, de acordo com os dados do IBGE/Censo 1991/UNICEF, ela se encontra em vigésimo lugar entre os estados classificados segundo o índice de melhoria da taxa de analfabetismo, contrastando fortemente com sua posição em relação ao PIB, o sexto maior do País.

Esse panorama é fortemente marcado pela presença do esforço municipal na oferta de educação básica, principalmente nas séries iniciais do 1º grau. Em relação à rede física, constata-se que, dos 28.014 estabelecimentos de ensino em atividade, 23.040 (82,2%) pertencem à rede municipal, sendo que, desses, 79,9% têm apenas uma sala de aula.

No entanto, evidencia-se uma divisão de responsabilidade entre as duas esferas governamentais (estadual e municipal) no ensino de 1º grau, considerando que, dos 2.766.000 alunos matriculados no 1º grau, 41,7% são da rede estadual, atendidos em 3.465 escolas, e 49,5% municipais.

A Comissão Tripartite, ao desenvolver o debate nas escolas com a ampla mobilização das três esferas governamentais e sociedade civil, permitiu que todos os envolvidos no processo educativo formulassem as metas abaixo indicadas e melhor detalhadas no item três do relatório, que, se concretizadas, irão transformar a realidade educacional do Estado e garantir o êxito do Plano Decenal de Educação:

- Universalização do ensino, através da ampliação da rede física, visando ao atendimento de 100% da demanda existente.
- Melhoria da qualidade de ensino, através do estabelecimento de diretrizes curriculares que viabilizem o sucesso do aluno.
- Democratização das escolas, pela adoção de medidas que permitam a ampla participação da comunidade e a viabilização de projetos adequados às suas demandas (conselhos, gestão democrática, grêmios, cooperativas, colegiados e articulações diversas).
- Valorização dos professores e profissionais de ensino, através da implantação de uma política de valorização financeira e social dos professores e profissionais de ensino, em curto prazo. Além disso, pela adoção de medidas que viabilizem a efetiva profissionalização do magistério.
- Financiamento da educação, pela garantia de recursos orçamentários para a função educacional e busca de parcerias que garantam os recursos necessários à execução dos projetos educativos indispensáveis à universalização e democratização do ensino, com qualidade.

Nesse processo de construção dos planos das escolas, ficou evidenciado o amadurecimento da sociedade atual, através de sua efetiva participação no levantamento das dificuldades e indicação de soluções e metas, em quase seis meses de debates.

Como resultante deste processo participativo, aguarda-se a continuidade das ações na perspectiva de conquista de uma escola comprometida com a gestão democrática, a qualidade e produtividade do ensino, a finalidade na distribuição dos recursos e o cumprimento dos

dispositivos constitucionais, em função de um ensino universalizado que permita a revelação do homem em sua essência e totalidade.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS SELECIONADAS

1 - Aspectos físicos

Dos 415 municípios baianos, 222 (53,49%) participaram dos encontros realizados pela DEMEC/UNDIME para elaboração do relatório-síntese do Plano Decenal de Educação para Todos, por escola, envolvendo um total de 1.250 escolas, sendo 45,54% na zona urbana e 54,46% na zona rural, todas com mais de 100 alunos matriculados em 1994.

Na rede estadual, das 3.878 escolas, o debate foi desenvolvido em 2.562 (67%), sendo assessorado pelas Diretorias Regionais de Educação - DIREC (capital e interior). As condições são precárias em cerca de 70% das escolas, que apresentam espaço físico insuficiente; iluminação, instalações elétricas e hidráulicas deficitárias; inexistência de áreas de lazer, esporte e recreação; dependências inadequadas para administração; falta de espaço para armazenagem e preparo da merenda escolar, de mobiliário e equipamento; abastecimento de água insuficiente.

2 - Recursos humanos

Na rede municipal verificou-se um quadro docente de 18.610 profissionais, sendo 82,69% habilitados e 17,31% não-habilitados, para atender a um universo de 572.794 alunos.

A média salarial do professor habilitado com 20 horas semanais é de 1,10 salário-mínimo (SM) e de 0,74 SM para o não-habilitado. Constatou-se como o maior salário 2,04 SM, e o menor, o valor irrisório de 0,24 SM. A rede estadual possui 55.358 professores (julho/94) para atendimento a 1.784.987 alunos. Desses professores, 26.759 (48,33%) possuem habilitação em 2º grau; 8.183 (14,78%), estudos adicionais; 4.006 (7,2%), licenciatura curta; 14.744 (26,64%), licenciatura plena; e 1.666 (3,8%), pós-graduação ou mestrado. O piso salarial para professores de nível 1-20 horas é de 1,48 SM.

3 - Desempenho

Em termos de desempenho, verificou-se que o índice de aprovação nas escolas municipais, em 1993, foi de 59,84%, 20,14% de evasão e 19,97% de repetência. Na rede estadual, numa amostragem com dados fornecidos por dez DIRECs (interior), em 1993, apresentou um índice de 57,80% de aprovação, 18,17% de evasão e 24,03% de repetência.

4 - Gestão

A gestão da escola vem sendo exercitada através do conselho de classe, associação de pais e mestres, órgãos colegiados e unidades gestoras. Nas escolas municipais, a gestão democrática é quase inexistente. Nas escolas estaduais, torna-se necessária a consolidação e expansão das ações já implantadas.

O conselho de classe não é realizado pela maioria das escolas municipais. Quando existe, visa apenas à aprovação ou reprovação do aluno, acontecendo ao final do ano letivo. Na rede estadual, embora ocorra em todas as escolas, o seu funcionamento é idêntico ao da municipal.

A associação de pais e mestres quase não existe. Nos casos existentes, funciona apenas para oficializar os eventos da escola, colaborando com a parte financeira.

Os colegiados estão em fase de implantação em algumas escolas municipais e são 154 os existentes nas escolas estaduais.

O grêmio estudantil é praticamente inexistente na rede pública, funcionando apenas em 95 unidades escolares da rede estadual e, na rede municipal, em 4 cidades.

Unidades gestoras existem apenas na rede estadual, estando em funcionamento em 146 escolas.

5 - Programas de apoio

Livro Didático - distribuído pela FAE da 1ª à 4ª serie, em todos os municípios, embora com irregularidade quanto à quantidade e ao período de distribuição.

Material Didático - insuficiente, e nem todos os municípios foram contemplados.

Merenda Escolar - na maioria dos municípios, o sistema de distribuição ainda é centralizado pelo estado, sendo que os gêneros repassados são insuficientes e de má qualidade, em grande número de escolas.

Transporte Escolar - constitui-se um dos mais graves problemas enfrentados pela clientela rural. Onde existe, em sua maioria é feito através de veículos alugados e inadequados.

Biblioteca Escolar - por falta de espaço e de acervo, não chega a 1% o índice de bibliotecas existentes na rede municipal. Na rede estadual, estão em funcionamento 134 bibliotecas e 95 salas de leitura.

Saúde Escolar - o atendimento é muito precário ou inexistente na maioria dos municípios. Na rede estadual, foram implantados, a partir de 1991, 15 gabinetes odontológicos.

6 - Projetos especiais

Alguns municípios desenvolvem projetos voltados para a consciência do exercício da cidadania, tais como: Atenção Integral à Criança e ao Adolescente; Menino de Rua, Oficinas Populares, Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, Projeto do Menor Trabalhador, Educação Especial, Aulas de Reforço, Horta Comunitária e Alimentação Alternativa, Educar e Disciplinar na Capoeira, Reciclagem de Lixo, Sexualidade nas Escolas, Direitos e Deveres dos Estudantes, além de 132 projetos de cursos livres nas áreas de literatura, desportos, artes e línguas estrangeiras nas escolas estaduais.

Para o educador são oferecidas as seguintes opções: Projeto Crescer, Um Salto para o Futuro, Curso Delta, parceria com o MOC, PROLER, convênios com universidades (UEFS, UESB e UNEB), cursos do IRDEB, além do Programa de Capacitação desenvolvido pela SEC/ Instituto Anísio Teixeira.

O DEBATE NAS ESCOLAS: SITUAÇÃO E PROPOSTAS

1 - Acesso

Situação/dificuldades

- Oferta de vagas incompatível com a demanda da rede pública.
- Insuficiência do atendimento a crianças de 0 a 4 anos.
- Má distribuição geográfica das unidades escolares e distância entre a escola e a residência do aluno.
- Baixo poder aquisitivo dos pais e/ou exploração do trabalho da criança na complementação do orçamento familiar.
- Alto índice de analfabetismo na comunidade.

Necessidades/soluções

- Integração entre as redes municipal e estadual para atender a demanda de vagas na pré-escola, nos diversos graus e modalidades de ensino.
- Garantia de espaços e serviços adequados para o pleno atendimento da demanda existente.
- Avaliação das escolas mal localizadas, visando à redefinição de suas funções.
- Adequação dos espaços e a redistribuição dos alunos para escolas mais acessíveis.
- Criação e implantação de projetos que alternem períodos de permanência dentro e fora da escola.
- Aquisição de transporte escolar para o deslocamento de professores e alunos.
- Conscientização dos pais da importância da educação.
- Proibição de qualquer exigência que dificulte o acesso, permanência e material (fardamento) do aluno.
- Adequação do currículo e calendário escolar às necessidades do aluno.
- Oferta de oportunidades de alfabetização para jovens e adultos com garantia de permanência na escola.

Metas

- Atender 100% da demanda para escola pública, a partir de1995, na pré-escola, nos diversos graus e modalidades de ensino, através do fluxo contínuo de comunicação entre as redes, censo escolar anual e planejamento das vagas, distribuição racional, ampliação da rede e uso de espaços alternativos.
- Atender 100% da demanda por creches, durante a vigência do plano, através da construção de novos espaços, adequação dos existentes e utilização de alternativas.
- Construir escolas somente em locais com efetiva demanda, a partir de 1995.

- Eliminar a evasão escolar dos alunos residentes distante da escola, a médio prazo.
- Garantir o acesso e permanência, na escola, dos alunos da zona rural, a médio prazo.
- Realizar reuniões, palestras e seminários bimestrais com a comunidade, em todas as unidades escolares, visando ao acesso e permanência do aluno.
- Oferecer cursos profissionalizantes para os pais dos alunos em pelo menos uma escola por município, através de parcerias com os órgãos governamentais e não-governamentais, a partir de 1995.
- Implantar projetos de alfabetização para jovens e adultos, em um prazo de dois anos, para 100% da clientela, visando erradicar o analfabetismo.
- Adequar, a curto prazo, currículos de educação básica à realidade das classes de jovens e adultos.

2 - Sucesso escolar

Situação/dificuldades

- Insuficiência e inadequação dos recursos técnico-pedagógicos.
- Falta de professores qualificados.
- Falta de alimentação escolar e distribuição irregular em quantidade, qualidade e tempo hábil.
- Incidência de problemas de saúde na clientela.
- Precariedade e inadequação das condições físicas dos espaços escolares, inclusive para a prática de atividades culturais e de lazer.

Necessidades/soluções

- Aquisição qualitativa e quantitativa de equipamentos e recursos técnico-pedagógicos.
- Dotação às escolas de condições necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento tecnológico do mundo atual.
- Ampliação do corpo docente.
- Realização de concursos públicos unificados (estado e prefeitura).
- Descentralização irreversível da merenda escolar e/ou revisão do programa, em qualidade e quantidade insatisfatórias.
- Desvinculação da liberação dos recursos destinados à merenda escolar dos convênios inadimplentes relativos a outros programas, a curto prazo.
- Buscar alternativas para minimizar os problemas de saúde física, visual, auditiva e bucal.
- Substituição dos espaços inadequados.
- Provimento de alternativas de enriquecimento do processo ensino/aprendizagem.

Metas

- Implantar e/ou implementar bibliotecas e salas de leitura nas unidades escolares de ensino fundamental, a curto prazo.
- Adquirir, através de parcerias, equipamentos e recursos técnico-pedagógicos, inclusive de informática, a curto prazo, para 100% das unidades escolares.
- Realizar concurso público, a partir de 1995, sempre que necessário.
- Promover, urgentemente, a desburocratização e municipalização do programa de merenda escolar, conforme as necessidades dos municípios.
- Propor, a curto prazo, aos órgãos governamentais, o atendimento médico-odontológico preventivo e curativo do aluno (quando possível, psicológico).
- Buscar aprovação imediata, pelo MEC/FAE, dos projetos de saúde escolar.
- Construir e/ou ampliar unidades escolares para substituírem 100% dos espaços inadequados, a partir de 1995.
- Construir e/ou equipar espaços adequados para as práticas cultural e esportiva em 100% das unidades escolares com mais de 100 alunos, a partir de 1995.

3 - Aprendizagem

Situação/dificuldades

- Alto índice de reprovação e evasão.
- Relação autoritária da escola.
- Superlotação de alunos nas salas de aula.
- Desinformação e falta de acompanhamento familiar.
- Inexistência e/ou insuficiência de orientação e acompanhamento técnico-pedagógico.
- Ineficiência do programa do livro didático.
- Carência de material didático-pedagógico.

Necessidades/soluções

- Diagnóstico da situação curricular (objetivos, conteúdos e metodologia) e do calendário escolar.
- Revisão e reestruturação do sistema de avaliação escolar vigente.
- Democratização das relações interpessoais.
- Redução e/ou distribuição dos alunos, conforme o número definido em cada segmento de ensino.
- Integração da família ao processo pedagógico.
- Melhoria das funções técnico-pedagógicas da escola.

- Realização do planejamento, considerando princípios de interesse nacional, prioridades regionais e metas exeqüíveis.
- Análise e escolha criteriosa do livro didático, considerando a universalidade e qualidade que garanta o resgate da identidade da cultura brasileira.
- Dotação suficiente e adequada de material didático-pedagógico para as escolas.

Metas

- Desenvolver e executar programas e projetos, visando elevar para 95% o índice de aprovação e permanência do aluno na escola, ao longo da execução do plano.
- Rever, elaborar e implantar proposta curricular e calendário escolar, adequando-os à realidade e necessidades do aluno e às diversas modalidades do ensino, para atingir 100% das escolas no prazo de 2 anos, a partir da implantação do plano.
- Implantar, em 2 anos, uma metodologia de avaliação escolar permanente que: defina critérios; valorize os aspectos qualitativos do aluno; defina carga horária específica para recuperação paralela, conforme calendário escolar ou conforme projeto pedagógico da escola.
- Incluir, nos programas de capacitação de professores e profissionais do ensino, a partir da implantação do plano, atingindo 100% da clientela, concepções pedagógicas que abordem a construção coletiva do conhecimento, o homem como ser integral e sujeito da história, o pensamento dialético e o conhecimento da realidade.
- Ampliar a rede física, para atender à demanda em 100% dos municípios no prazo de 2 anos, a partir da implantação do plano.
- Estimular a criação e/ou reativação de associações de pais e mestres e/ou colegiados escolares em 100% da rede pública, durante a implantação do plano.
- Criar e/ou renovar, em 100% das escolas, programas de orientação e coordenação pedagógica, durante a vigência do plano, executados por profissionais habilitados.
- Investir em programas de capacitação permanente para 100% dos professores e profissionais de ensino, a partir de 1995.
- Propor ao MEC/FAE a revisão, a curto prazo, do programa do livro didático, quanto á distribuição (forma, quantidade e preço) em tempo hábil e aos conteúdos programáticos, para atender a 100% da clientela a partir da implantação do plano.
- Adquirir, através de parcerias e/ou convênios, material didático-pedagógico para 100% dos alunos e das escolas, a partir da implantação do plano.

4 - Professores e profissionais de ensino

Situação/dificuldades

- Despreparo dos professores e profissionais do ensino e/ou desconhecimento do seu papel social.
- Descompromisso funcional e má remuneração de professores e profissionais de ensino.
- Inadequação da prática pedagógica.

Necessidades/soluções

- Melhoria da qualidade das instituições de formação de professores.
- Fortalecimento da articulação entre a educação básica e a universidade.
- Qualificação específica para professores com maior experiência e habilidade.
- Substituição gradativa dos professores leigos, respeitando seus direitos trabalhistas ou oferecendo-lhes oportunidade de mudança de função.
- Qualificação de professores para atenderem às diversas clientelas existentes nas escolas.
- Resgate do papel do educador, enquanto agente crítico da transformação da sociedade.
- Valorização de professores e profissionais de ensino, tanto no aspecto financeiro como no social.
- Revisão dos objetivos da prática pedagógica, resgatando a dignidade da escola pública e valorizando a diversidade da clientela.

Metas

- Promover, urgentemente, ampla discussão com os envolvidos no processo educacional para revisar e adequar à realidade regional os currículos dos cursos de formação de professores.
- Capacitar 100% dos docentes dos cursos de formação dos professores, a partir da implantação do plano.
- Implantar, a curto prazo, um programa de coordenação pedagógica, diário (acompanhamento e assessoramento), da prática pedagógica.
- Habilitar 100% dos professores leigos, a curto prazo (4 anos) e a médio prazo (8 anos), em cursos de formação de professores.
- Elaborar, a curto prazo, programas especiais voltados para o atendimento da diversidade cultural.
- Elaborar e/ou reativar e executar programas de capacitação e atualização, através de parcerias, de 100% dos professores e profissionais de ensino, durante a vigência do plano.
- Promover encontros periódicos de professores e profissionais de ensino.
- Elaborar e/ou revisar e implantar, num prazo máximo de dois anos, em 100% dos municípios, juntamente com as entidades competentes (sindicatos e outros), uma política de valorização dos professores e profissionais de ensino que garanta, no Estatuto do Magistério e Plano de Cargos e Salários, piso salarial digno, estabelecimento de vale-refeição, ganhos de produtividade, insalubridade, dedicação exclusiva e trabalho noturno, definição de regime de carga horária, buscando a isonomia salarial dos funcionários da rede pública.

- Elaborar, a curto prazo, projeto pedagógico específico em cada unidade escolar, numa abordagem interacionista/construtivista, com participação da comunidade escolar e dos segmentos da comunidade onde se encontra inserida.
- Usar, de forma diversificada e imediata, matérias e instrumentos didático-pedagógicos, priorizando o social e o real.
- Acompanhar e avaliar, constantemente, a prática pedagógica dos professores e profissionais de ensino.

5 - Gestão

Situação/dificuldades

- Falta de autonomia financeira e administrativa dos secretários municipais de educação.
- Estruturas inadequadas e subdimensionadas da maior parte das secretarias estaduais e municipais de educação.
- Falta de autonomia financeira, pedagógica e administrativa das unidades escolares e DIREC.

Necessidades/soluções

- Sensibilização dos prefeitos para a necessidade de ação planejada, voltada para a melhoria da qualidade do ensino.
- Fortalecimento do poder de decisão da Secretaria Municipal de Educação para a implantação do Plano Decenal.
- Reestruturação das secretarias, dotando-as de condições para gerenciar o sistema e pessoal técnico qualificado.
- Descentralização gradativa de funções assumidas pelo poder gestor central, que podem ser transferidas para a escola e DIREC.
- Criação de mecanismos que garantam recursos financeiros com base nos cálculos de custo/aluno, gerenciado pela direção, com acompanhamento dos órgãos colegiados escolares.
- Reestruturação do sistema de ensino para fortalecer a escola e garantir a autonomia do projeto pedagógico.
- Promoção de autonomia às unidades escolares para buscarem recursos junto às empresas privadas e organizações não-governamentais.

Metas

- Realizar, de imediato, seminários e fóruns de discussões com secretários de educação e prefeitos, com a participação da SEC, DEMEC e UNDIME, para:
  - apreciar o Plano Decenal de Educação do Estado;
  - assinatura de uma carta de intenções proposta no Plano Decenal;

- definir, após a conferência, comissão representativa dos pólos regionais para acom panhamento e avaliação do Plano Decenal do Estado;
- implantar uma rede de informatização, integrada com um banco de dados, que facilite o intercâmbio de informações e experiências entre os municípios (a curto prazo);
- adotar medidas democráticas no provimento de cargos de diretores e vice, tais como: eleição direta, seleção por mérito, etc. (a curto prazo);
- realizar concurso público para ocupação de vagas de professores, pessoal de apoio administrativo, pessoal técnico-pedagógico, etc. (a partir da implantação do plano).

- Elaborar projetos de reestruturação das secretarias de educação para formação de um quadro técnico qualificado nas funções de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação, informação e gerenciamento de programas, a partir da implantação do plano.
- Capacitar os recursos humanos das secretarias.
- Criar escolas unidades-gestoras na rede municipal e ampliar as da rede estadual para descentralização de poderes administrativo, financeiro e pedagógico, a médio prazo.
- Incluir no orçamento de educação do município o repasse de verbas para a escola, adotando as medidas legais necessárias (a curto prazo).
- Dimensionar e promover o repasse regular de verbas para as escolas, destinadas a pequeno gastos, com base no cálculo dos custos por aluno.

6 - Relacionamento com a comunidade

Situação/dificuldades

- Carência de intercâmbio de informações e comprometimento da comunidade para com a escola e vice-versa.
- Inexistência de tipologia escolar para dimensiomento do pessoal, material, equipamento, etc., favorecendo o clientelismo e o excesso ou falta de pessoal.
- Desvalorização financeira dos cargos comissionados.
- Desarticulação dos órgãos administrativos nos diversos níveis envolvidos, direta ou indiretamente, com a educação.
- Desorganização/ausência da documentação da escola, particularmente do registro da vida do aluno.
- Inexistência de planos de ação com definição de diretrizes e prioridades, ocasionando ações fragmentadas.
- Descontinuidade do trabalho iniciado na gestão anterior.

Necessidades/soluções

- Criação de mecanismos que possibilitem a integração da comunidade no processo pedagógico, bem como a discussão do papel político, econômico e social da escola.

- Buscar parcerias para implementação de projeto educacionais.
- Definição ou revisão dos critérios para dimensionamento de pessoal, cargos, etc., visando à criação de uma tipologia escolar.
- Rever os estatutos do magistério e plano de cargos e salários.
- Integração entre os três níveis de governo e inter-secretarias.
- Regularização da documentação de todas as unidades escolares.
- Definição do planejamento participativo e integrado, com ampla discussão, detalhando ações, projetos e metas.
- Criação de mecanismos que minimizem os efeitos da descontinuidade administrativa e pedagógica.

Metas

- Elaborar e executar, no prazo máximo de 2 anos, um plano de trabalho em 100% da rede municipal, onde a comunidade seja envolvida como co-responsável pelo processo educativo.
- Incentivar a criação e/ou reativação de conselhos escolares, associações de pais e mestres, etc., em 100% da rede, durante a implantação do plano.
- Implantar os conselhos municipais de educação em todos os municípios do Estado da Bahia, a curto prazo.
- Estabelecer parcerias com outros órgãos públicos e privados para viabilizar a conscientização e a participação efetiva da comunidade, durante a vigência do plano.
- Realizar estudos para definição da tipologia escolar, em cada município, a curto prazo.
- Elaborar cronograma de reposição e manutenção de equipamentos básicos, a prazo imediato.
- Criar comissão, com participação dos diversos segmentos interessados, para revisão periódica dos estatutos do magistério e plano de cargos e salários, com vistas à valorização dos cargos comissionados.
- Realizar reuniões de integração com dirigentes estaduais, municipais e federais para acompanhamento das ações de educação, a partir da implantação do plano.
- Realizar levantamento das irregularidades e adotar medidas administrativas que regularizem e agilizem (informatização) a situação do aluno, a curto prazo.
- Elaborar o plano de ação anual, a partir de 1995, com representantes da comunidade e sociedade civil, em que estejam garantidas as metas estabelecidas no Plano Decenal do Estado e Municípios asseguradas na Lei Orçamentária.
- Divulgar, através de relatórios periódicos à comunidade, prestação de contas dos serviços educacionais (a curto prazo).
- Dar continuidade a 100% dos planos e projetos aprovados e/ou em execução.

7 - Cidadania na escola

Situação/dificuldades

- Insuficiência de informação na escola sobre cidadania e como exercê-la.
- Exploração da criança em idade escolar pelo mercado de trabalho.

Necessidades/soluções

- Conhecimento, pela comunidade escolar, dos documentos legais que lhe permita exercer os seus direitos e deveres.
- Elaboração de um plano de trabalho educativo, dentro e fora da escola, de eliminação do preconceito e construção da cidadania.
- Esclarecimento junto à comunidade sobre a exploração das crianças.
- Conscientização dos pais sobre o valor da educação como investimento futuro.

Metas

- Divulgar em 100% das escolas da rede pública, através de recursos pedagógicos e dos meios de comunicação social possíveis, os direitos e deveres essenciais ao pleno exercício da cidadania.
- Incentivar a implantação e/ou reativação, em 100% das unidades escolares, de grêmios estudantis, colegiados, associações de pais e mestres, etc., na vigência do plano.
- Implantar atendimento ao alunos portadores de necessidades especiais, atingindo 20% a curto prazo, 30% a médio e 50% a longo prazo.
- Assegurar a 100% da criança trabalhadora o acesso à educação básica, bem como seus direitos estabelecidos na Declaração dos Direitos da Criança da ONU.

8 - Financiamento e gastos com a educação

Situação/dificuldades

- Falta de participação e desconhecimento, por parte dos órgãos de educação, da proposta orçamentária anual e da destinação e aplicação dos 25% na educação.
- Centralização e burocratização dos recursos financeiros, através do caixa único do poder executivo municipal e estadual.
- Falta de autonomia financeira da unidade escolar, dificultando o gerenciamento administrativo.
- Má utilização e superposição de recursos financeiros pela falta de integração dos diferentes níveis de governo.
- Desconhecimento das fontes de recursos e possíveis parcerias para a implantação de projetos de educação.

- Dificuldades na aprovação dos projetos enviados aos órgãos competentes.
- Falta de autonomia financeira do município para investir na educação.

Necessidades/soluções

- Garantia de participação da Secretaria de Educação e órgãos representativos da comunidade na elaboração da lei orçamentária anual e de acompanhamento da sua aplicação.
- Reestruturação das secretarias de educação com vistas ao gerenciamento dos recursos financeiros destinados à educação.
- Descentralização e/ou repasse de recursos financeiros para as unidades escolares, permitindo autonomia financeira, gerenciada pela direção, e acompanhamento dos órgãos colegiados escolares.
- Promoção de autonomia às unidades escolares para buscarem cursos junto às empresas privadas e organizações não-governamentais.
- Redefinição imediata da responsabilidade entre União, estados e municípios, evitando superposição de ações e desperdício de recursos.
- Divulgação, pela Comissão Tripartite do PDE, das fontes de recursos possíveis, buscando parcerias para publicação.
- Empenho maior dos requerentes, bem como dos órgãos competentes, no que se refere à elaboração, análise, tramitação e acompanhamento dos processos.
- Autonomia financeira do município, para não depender exclusivamente dos repasses do estado e da União.
- Aumento da verba nacional para educação e distribuição justa entre estado e município.

Metas

- Criar e/ou reativar o Conselho Municipal de Educação (CME), até dezembro de 1995, em todos os municípios.
- Divulgar, periodicamente, relatório de execução orçamentária prevista no ano.
- Criar o Fundo Municipal e Estadual de Educação, a partir da implantação do Plano Decenal, a critério de cada município.
- Conquistar parcerias com as empresas privadas.
- Dimensionar e promover o repasse de verbas para as escolas, destinadas a pequenos gastos, com base no cálculo de custo por aluno.
- Reivindicar a imediata regulamentação dos dispositivos constitucionais que estabelecem o regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
- Distribuir e divulgar, em todos os municípios, informativos sobre fontes e mecanismos de financiamento.

- Reivindicar aos órgãos responsáveis pela análise e aprovação de projetos a sua agilização, a fim de garantir liberação de recursos em tempo hábil.
- Promover, a partir da implantação do plano, uma reforma tributária e outros mecanismos legais que visem ao aumento da arrecadação no município.
- Propor a ampliação de verbas para no mínimo 20% ao Orçamento da União os recursos destinados à educação e garantir o repasse aos estados e municípios na íntegra.

Secretária Estadual de Educação e Cultura

Dirlene Matos Mendonça

Delegada MEC/Bahia

Waldisia dos Reis Pereira Pinho

Presidente UNDIME/Bahia

Adeum Hilário Sauer

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

CEARÁ

APRESENTAÇÃO

A Secretaria da Educação do Ceará deu seqüência a todas as tarefas relacionadas à implantação e consolidação do Plano Decenal de Educação para Todos e acredita ter cumprido, em condições aceitáveis, todas as metas que deverão oferecer subsídios para análise e estudo por parte do MEC para, no final, estabelecer uma decidida operacionalização do Plano Decenal em nível nacional.

O presente relatório, conforme vai dito a seguir, não apresentará grande diferença do que está contido no Plano Decenal de Educação para Todos, do Estado do Ceará. A razão disso reside no fato de que este Plano do Estado tomou por base a realidade vivida nos diferentes níveis de execução da ação educativa: federal, estadual, municipal e particular. Foi o município que fez a consolidação dos níveis citados, sob a coordenação das delegacias regionais de ensino, para que se chegasse às conclusões que são apresentadas neste relatório final.

Um aspecto que deve ser observado aqui é que, embora não tenha sido o trabalho feito em relação às escolas com menos de 100 alunos, foram envolvidas muitas outras escolas, o que, no final, somou um total bem mais amplo daquele que seria abrangido com os estabelecimentos com mais de 100 alunos.

Um outro aspecto a ser observado é que fica patente a existência de uma distância, já por demais conhecida, entre as redes de ensino estadual e municipal, no que se refere à habilitação profissional do professorado, às condições da rede física e dos equipamentos, ao trabalho de manutenção desta rede e à valorização do trabalho do professor, no que diz respeito à problemática salarial e, também, embora em menor escala, à disponibilidade de recursos pedagógicos existentes nas escolas.

Com todo o acervo de informações que ficaram a partir do trabalho feito nas escolas, nas secretarias de educação e nas delegacias regionais de ensino, a equipe técnica estadual compatibilizou todos os relatórios, em trabalho conjunto com técnicos da Delegacia do MEC no Ceará, do que resultou o presente relatório apresentado a seguir.

1. ASPECTOS FÍSICOS DAS ESCOLAS/ACESSO

Grande parte das escolas públicas ainda enfrenta problemas crônicos com as condições da rede física, tais como:

- Salas superlotadas e escolas sem condições e/ou perspectivas de ampliação.
- Falta água, bebedouro, auditório, biblioteca, equipamentos.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.101-108, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

- Instalações elétricas e hidráulicas ultrapassadas e com defeitos constantes.
- Ausência de espaços para o desenvolvimento de atividades de recreação, educação física e culturais.
- Escolas funcionando em prédios alugados, cedidos e na casa da professora.
- Pouco investimento na recuperação e manutenção das escolas municipais.

2. SUCESSO ESCOLAR/QUALIDADE DO ENSINO

Analisando os níveis de rendimento e desempenho escolar da rede pública, os problemas apontados pelas escolas cristalizam-se, estando expressos nas seguintes dificuldades:

- Altos índices de reprovação e evasão/abandono escolar, especialmente na zona rural, em função da baixa qualidade de ensino ofertado.
- Inexistência de um trabalho de orientação educacional e supervisão pedagógica nas escolas.
- A prática pedagógica das escolas não traduz um compromisso com a realidade socioeconômica dos alunos.
- O sistema de avaliação praticado na quase totalidade das escolas é unilateral, conservador, retratando despreparo dos professores sobre o importante ato de avaliar.
- Vários fatores interferem no rendimento do aluno; dentre eles, a baixa condição social da maioria das famílias, a falta de material didático (livros desatualizados), a pouca assistência dos pais pela falta de instrução escolar.
- Inexistência de fontes de pesquisas, para o aluno e o professor.
- O planejamento pedagógico, na maioria das escolas, não consegue sair do “índice do livro”; não existe um embasamento filosófico e nem o compromisso de formar o cidadão crítico.
- Carência de professores na área de ciências, especialmente no 2º grau.
- Carência de vagas para alunos no ensino do 2º grau e evasão no turno noturno.
- Falta de trabalho diversificado nas escolas, para atendimento dos alunos, por falta de segurança e de manejo de classe do professor.
- Dificuldade das escolas trabalharem com a heterogeneidade de sua clientela.
- Mecanismos de avaliação superficiais, apenas para atender exigências burocráticas.
- O planejamento pedagógico continua falho, com baixa freqüência dos professores, pela falta de envolvimento da direção em dia de sábado.
- Não existe, por parte das escolas, diagnóstico sério sobre a vida dos alunos.
- Currículos desarticulados da realidade dos alunos.
- Os treinamentos e reciclagens não têm concorrido para a melhoria do desempenho do professor, em função de não trabalharem diretamente com as dificuldades dos professores e pela insuficiência em número de freqüência.

3. RECURSOS HUMANOS/VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Na área de recursos humanos, os relatórios das escolas apontam como problema central a desvalorização dos profissionais da educação, traduzida nos seguintes aspectos:

- Baixa escolaridade dos professores (poucos possuem 3º grau, principalmente na rede municipal).
- Remuneração salarial insatisfatória, desnivelada entre estado e municípios e incompatível com o exercício profissional.
- Descumprimento dos planos de cargos e carreira, gerando a discriminação social entre as diversas categorias profissionais, do estado e município, bem como a não observância dos estatutos do magistério, na maioria dos municípios.
- Mobilidade freqüente dos professores na rede municipal, pela instabilidade profissional, acarretando prejuízos ao sistema escolar, em termos de investimento nas reciclagens e desempenho pedagógico.
- Falta de compromisso político, na condução dos direitos e vantagens expressos em lei.
- Ausência de uma política de capacitação permanente para os profissionais dos diversos graus e modalidades de ensino, acentuadamente municipal.
- Descumprimento da legislação quanto à contratação de pessoal (via concurso público), com a utilização da prestação de serviços até em funções docentes.
- Número acentuado de professores leigos, sem um programa definido de habilitação e qualificação profissional.

4. GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE ENSINO

A gestão do sistema educacional aponta problemas que, de acordo com os dados levantados, são caracterizados nos seguintes pontos:

- Inexistência de estrutura administrativa para as escolas municipais.
- Gestão ainda muito autoritária nas escolas. Inexiste uma prática democrática.
- A formação de conselhos de classe, associações de pais, grêmios estudantis, etc., são uma prática que não tem atraído a grande parte das escolas públicas do estado.
- Carência de professores para suprir carga horária nas escolas públicas.
- Necessidade de um programa de educação para jovens e adultos/educação integrada.
- Falta de sinal da TVC na maioria dos municípios, além do atraso na entrega dos manuais e cadernos de atividades no decorrer do ano letivo; faltam televisores e alguns estão parados por defeito.
- Falta de autonomia financeira das DERE e UE.
- A merenda escolar, a cada dia que passa, baixa seu padrão de qualidade e desaparece das escolas em termos de dias de atendimento.
- Carência de água nas escolas/faltam poços e cisternas.

- Observa-se na maioria das escolas um quadro que se repete: carência de professor, professor descomprometido, diretor inoperante, atraso de liberação de recursos, escassez de material escolar, pedagógico e de consumo.
- Falta de integração da educação com órgãos como: de saúde, ação social e outros.
- Dificuldades no deslocamento dos alunos da zona rural para a sede do município, pela falta de transporte.
- Pouca criatividade do sistema escolar para atender a grupos em situações específicas, como jovens engajados na força de trabalho, deficientes, minorias e grupos em situação de extrema pobreza.
- Desigualdade e heterogeneidade da oferta do ensino entre redes, regiões, localidades e escolas.
- Dispersão e ineficiência na alocação e na gestão de recursos destinados à educação.
- Desarticulação entre níveis de Governo Federal e, particularmente, entre Estado e municípios.
- Baixa sustentação social de projetos pedagogicamente inovadores e de métodos mais eficientes da administração educacional.
- Baixa qualidade dos serviços prestados pelas empreiteiras na recuperação das unidades escolares, em conseqüência do material de péssima qualidade utilizado.
- Ausência de profissionalismo e competência nos profissionais da educação.
- Déficit de pessoal nos quadros das DERE, OME e UE.
- Falta de laboratórios para a formação científica e tecnológica dos alunos.

5. METAS ESCOLARES PARA O DECÊNIO

- Construção e/ou ampliação de salas, mediante planejamento da rede física.
- Construção de quadras esportivas.
- Aquisição de transportes escolares.
- Realização do censo escolar periodicamente para manter o controle da demanda e da oferta escolar.
- Redução dos índices de evasão e repetência nas escolas públicas, mediante a implantação de um programa de qualidade do ensino.
- Ampliação da oferta de vagas na pré-escola.
- Implementação do programa de capacitação dos profissionais da educação, assegurando avaliação e acompanhamento sistemáticos.
- Municipalização da merenda escolar.
- Realização de concurso para suprir as carências em áreas específicas e assegurar a estabilidade profissional.

- Redefinição do programa de cooperação estado x município.
- Reestruturação do plano de gestão, na perspectiva de descentralização para escolas, OME, DERE e SEDUC.
- Redefinição da gestão e função das escolas agrotécnicas do estado.
- Definição de uma política para a clientela infantil, jovens e adultos e da zona rural (áreas assentadas).
- Melhoria do ensino médio e tecnológico, garantindo a ampliação de vagas e maior empenho da SEDUC neste grau de ensino.

6. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS PROPOSTAS

- Promoção de um programa de acompanhamento e avaliação para obtenção de dados precisos de desempenho do professor e rendimento do aluno, objetivando sua recuperação paralela.
- Realização de encontros pedagógicos para o intercâmbio de experiências entre escolas, OME e DERE.
- Adoção de medidas gerenciais voltadas para os aspectos pedagógicos.
- Revitalização dos cursos de formação pedagógica junto à SEDUC e universidades e o desenvolvimento de projetos e/ou cursos de extensão que beneficiem as escolas nas questões educacionais mais críticas e urgentes.
- Aprimoramento do processo de planejamento e avaliação pedagógica.
- Revisão do processo de eleição de diretores e vice-diretores das escolas públicas, assegurando escolha democrática por via direta.
- Reativação dos programas de habilitação e qualificação de professores leigos.
- Realização de convênios com órgãos governamentais e não-governamentais (pacto pela educação) para estágios e/ou aperfeiçoamento da clientela da rede pública, na preparação para o trabalho e na formação tecnológica.
- Criação de fundo educacional sob gerência de um conselho representativo da sociedade civil, para manutenção e desenvolvimento das escolas públicas.
- Definição de um plano de capacitação dos orientadores de aprendizagem do telessistema de ensino, bem como dos professores de educação infantil.
- Adoção do planejamento participativo como um princípio de democratização nas relações entre os diversos órgãos (SEDUC, DERE, OME e UE).
- Ver a educação como investimento, não apenas como um problema crônico e sem solução.
- Fortalecimento do assessoramento técnico por parte da SEDUC, DERE e OME.
- Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle sobre a aplicação dos 25% dos orçamentos do estado e municípios na educação.

- Criação de mecanismos de articulação técnica e institucional para valorização dos profissionais da educação, assegurando o cumprimento dos salários constitucionalmente assegurados.

- Melhoria das condições e fluxos de repasse de recursos financeiros para as DERE, OME e UE.

- Desenvolvimento de um amplo trabalho de mobilização dos pais e comunidade para a participação efetiva na condução da gestão escolar e conscientização sobre o papel da escola na formação do aluno (formação de associações de pais e comunitárias, grêmios, colegiados, etc.).

- Desenvolvimento de um trabalho cooperativo e integrado com as secretarias da saúde, ação social, agricultura, ciência e tecnologia.

- Criação de um fórum de avaliação sistemático para acompanhamento das metas estabelecidas no plano decenal.

- Reestruturação técnico-administrativa e financeira das DERE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões do presente relatório não oferecem outras novidades em relação ao já explicitado no Plano Decenal de Educação para Todos, do Estado. Diferentes pontos podem ser retomados, que interferem, de fato, na qualidade da ação educativa:

- Os aspectos físicos do sistema escolar, aqui entendidos como prédios, equipamentos, material didático, rede elétrica, hidráulica, abastecimento de água, saneamento básico, dentre outros, comprometem decisivamente o atendimento à demanda, à permanência do aluno na escola e o sucesso escolar.

- A questão da qualidade do ensino, eixo central de todo o insucesso da educação, concorre para insistência geral quanto à necessidade de sua melhoria. É impossível conviver com os atuais índices de evasão, repetência e qualidade do ensino da rede pública.

- O desprestígio da educação, embora se faça dela cabeça de ponte para muitos movimentos no País, é um fato gritante e que se reflete na desvalorização do trabalho do professor, caracterizada no não crescimento técnico e intelectual e pelas condições de vida com padrões salariais vergonhosos.

- O gerenciamento do Sistema Educacional e Escolar é outro ponto que aparece com freqüência nos relatos das escolas. O autoritarismo enraizado como uma forma de consciência inata, em quantos administram, nos diferentes níveis, a ação educativa, é outro fator que concorre para os grandes males existentes na educação: insucesso escolar, evasão e repetência.

E então? Que estratégias podem ser indicadas para encaminhar soluções aos diversos problemas apontados?

Considerando que a educação precisa ser colocada a serviço de um processo de transformação social de democratização, não só no sentido político, como no social e econômico, sugere-se:

- articulação do trabalho educativo com os diversos segmentos que constituem o grupo social, quais sejam: as universidades e as diferentes áreas de trabalho no campo social, econômico, de saúde, de produção e outros;
- luta por uma tomada de decisão política de efetivar a opção democrática com uma descentralização responsável, fortalecendo-se, técnica, financeira e administrativamente, as instâncias intermediárias - DERE, OME e UE;
- implementação de uma política de valorização do magistério como condição de resgate da dignidade profissional;
- modernização do sistema estabelecendo uma releitura e proposição do novo papel da educação frente aos avanços tecnológicos.

Finalmente, os aspectos físicos, a má qualidade do ensino, a não valorização do magistério, o mau gerenciamento do sistema e da escola e o duro distanciamento da modernidade são, em suma, os responsáveis por uma educação que não chega para todos e não satisfaz aqueles que a recebem.

Coordenação dos trabalhos

Professora Guaraciara Barros Leal

Secretária em exercício

José Valdir Pereira

Coordenadoria de Planejamento

Comissão estadual

Maria Luzia Alves Jesuíno - SEDUC

Oswaldina Alcantara Weyne - SEDUC

Angélica Monteiro - SEDUC

João Batista Lima Cavalcante - DEMEC

Ivan de Oliveira - DEMEC

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

MARANHÃO

APRESENTAÇÃO

O presente relatório reúne, de forma simples e objetiva, os subsídios colhidos nos debates sobre o Plano Decenal de Educação junto às escolas do Estado do Maranhão.

Acreditamos que o esforço dispendido por todos para a concretização deste momento passe a se constituir, no dia-a-dia, um instrumento de luta em busca do compromisso público nacional - educação para todos.

Ressaltamos, aqui, o empenho das diretorias regionais e órgãos municipais de educação que, juntamente com as escolas e a sociedade civil, atenderam ao chamamento do governo para essa aliança em prol de uma sociedade mais justa.

CONTEXTO

O sistema educacional do Maranhão apresentava, em 1993, um total de 12.008 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo que 89 (4%) pertenciam à rede municipal, e, desses, 91,6% localizavam-se na zona rural.

Esses estabelecimentos de ensino se apresentam com características bastante diversificadas quanto a sua estrutura física e capacidade de atendimento: prédios com grandes estruturas - como CAIC, CIEP -, unidades integradas, unidades escolares e escolas isoladas com uma ou duas salas de aula. Além disso, existem as escolinhas que funcionam na casa da professora, bem como as escolas comunitárias (geralmente, em união de moradores ou em outros espaços, a maioria improvisada).

Diante dessa diversidade, torna-se bastante complexo descrever o perfil da escola que temos. Entretanto, pode-se afirmar que a predominância é de escolinhas com pequenas estruturas. Como se pode observar, a partir dos dados acima citados, a maioria das escolas se concentra na rede municipal e na zona rural.

Esses dados nos levam, ainda, à evidência de que grande parte dos problemas pertinentes ao ensino fundamental encontra-se na rede municipal, uma vez que é nessa esfera onde se registram as mais precárias condições de trabalho.

Nesse sentido, alguns aspectos foram destacados pelas escolas e merecem ser analisados, discutidos e repensados:

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.155-165, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

1. Aspectos físicos

- construção de escolas com estruturas inadequadas às condições climáticas da região (telhas de amianto, com combogós e outros);
- construção de escolas sem espaços adequados para o desenvolvimento de atividades de lazer e extraclasse: bibliotecas, salas de leitura, quadras de esportes, auditórios, etc.;
- escolas sem serviços de manutenção, gerando acúmulo de problemas que culminam com a paralização das aulas;
- reforma e/ou recuperação de prédios em pleno período letivo, sacrificando o calendário escolar;
- ocupação de espaços improvisados e inadequados para o funcionamento de escolas, principalmente na periferia e na zona rural;
- espaços físicos inadequados para atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais;
- equipamentos insuficientes e, na sua maioria, inadequados para o atendimento à clientela, especialmente de 1ª a 4ª série do ensino fundamental;
- falta de manutenção das instalações hidráulicas, notadamente no que se refere ao problema de bebedouros; e
- construções e/ou recuperações efetuadas com materiais de baixa qualidade, que se deterioram em curto prazo.

2. Recursos humanos

- não cumprimento da legislação no que se refere ao ingresso no serviço público através de concurso, principalmente na rede municipal;
- existência de elevado número de docentes sem habilitação específica para o exercício da função;
- existência de professores leigos na rede municipal, mais especificamente na zona rural;
- reduzido quadro de especialistas (supervisor, orientador, inspetor) para acompanhamento das ações educativas na escola;
- pessoal administrativo sem qualificação para o exercício de funções específicas na escola;
- administradores escolares sem formação para o exercício da função; e
- número de professores insuficiente para o atendimento à demanda escolar.

3. Quadro discente

O Estado do Maranhão apresentou, em 1993, uma matricula de 1.238.856 alunos no ensino fundamental, sendo que, dessa matricula, 193.976 era de alunos repetentes. O quadro abaixo demonstra a situação por série:

Matrícula de alunos repetentes - 1993

Zona	Total	Série							
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
U	101489	30500	19510	13789	9106	12731	8109	4968	2776
R	92487	59598	15793	8892	4710	1873	898	522	201
Total	193976	90098	35303	22681	13816	14604	9007	5490	2977

Fonte: COEST/SEEDUC/MA

Como se pode observar, na estrutura da matrícula, o peso da repetência recai com maior ênfase sobre as duas primeiras séries, fato esse que, além de afetar a auto-estima do aluno, impede o ingresso de novos escolares.

4. Gestão

No Maranhão, como no resto do País, tem sido deslanchada uma gama de projetos educacionais cujos resultados não têm sido alcançados nos níveis desejáveis, ou por dificuldades de operacionalização, falta de critérios técnicos de seleção de prioridades, ou em função de interesses clientelísticos, cooperativistas e outras ingerências políticas.

Essa situação é reflexo de uma base institucional fragilizada pelas constantes reformas administrativas que comprometem os sistemas gestores em seus diversos níveis. Alia-se a isso a rotatividade dos dirigentes, contribuindo, sobretudo, para a descontinuidade das ações educativas.

A centralização burocrática, no nível central da administração do sistema, deu origem a uma escola sem autonomia pedagógica e financeira. Como forma de minimizar tal situação, a Secretaria de Estado da Educação iniciou um processo de implantação dos conselhos escolares junto às escolas estaduais, a partir de 1991, existindo hoje um total de 665 conselhos em funcionamento.

Atualmente, a SEEDUC coordena e operacionaliza ações voltadas para a melhoria da qualidade pedagógica, através dos seguintes programas e/ou projetos especiais: Projeto de Educação Básica para o Nordeste, Expansão e Melhoria da Educação Infantil, PRONAICA, Programa do Livro Didático, Assistência ao Estudante, Vídeo Escola, Salto para o Futuro, Capacitação de Professores a Distância, SAEB, Bibliotecas Escolares, Produção de Textos Infantis, Desenvolvimento da Leitura e da Escrita.

PROPOSTAS PARA CONSOLIDAÇÃO DO COMPROMISSO - EDUCAÇÃO PARA TODOS

No sentido de atender os preceitos legais do Plano Decenal de Educação para Todos e, de acordo com as orientações estabelecidas no roteiro sugestão, as discussões se encaminharam a partir dos itens abaixo, suscitando as seguintes propostas:

1. Acesso

O acesso implica oferecer oportunidades educacionais a toda a população de crianças, jovens e adultos. Para tanto, faz-se necessário:

- expandir a rede física através da construção, ampliação e a utilização de espaços ociosos, com condições favoráveis para um bom rendimento escolar, tanto na zona urbana como na rural;
- melhorar a estrutura física das escolas existentes, bem como dotá-las de equipamentos e materiais necessários;
- aproveitar os espaços físicos no horário noturno para implantação de classes de alfabetização de adultos;
- expandir e adequar o atendimento à clientela portadora de deficiências, principalmente no interior do estado;
- realizar censo escolar nas comunidades para levantar e sensibilizar a população que se encontra fora da escola;
- proporcionar meios de locomoção aos alunos que moram em lugares mais distantes;
- substituir os espaços físicos inadequados, principalmente na zona rural;
- criar critérios para localização de escolas, evitando duplicidade de esforços; e
- estabelecer eqüidade nas duas redes de ensino público, no que se refere a obras, equipamentos e recursos materiais e humanos.

2. Sucesso escolar

A baixa produtividade do ensino tem sido evidenciada pelas elevadas taxas de evasão e repetência, geralmente apontadas como conseqüência das condições infra-estruturais e pedagógicas insuficientes e/ou inadequadas para a realização da prática escolar. Para reversão dessa situação, as escolas apresentaram como propostas:

- estabelecer critérios para definição do atendimento de alunos por sala, de acordo com o grau, série e modalidade de ensino;
- prever os critérios e práticas da avaliação escolar, no sentido de criar mecanismos que conduzam a um processo contínuo e global do desempenho do aluno e da escola;
- redefinir a organização curricular, tomando como referência a realidade socioeconômica e cultural do aluno;
- criar mecanismos que facilitem maior participação da família junto à escola;
- dotar as escolas de material de ensino-aprendizagem em tempo hábil, de qualidade e em quantidade suficiente;
- prever equipamento (carteira escolar) para as escolas, de forma adequada, considerando a faixa etária dos alunos;
- garantir a merenda escolar para todas as escolas públicas, durante o período letivo, em quantidade suficiente e de boa qualidade;

- criar e/ou dinamizar espaços educativos que favoreçam o desenvolvimento das atividades escolares, tais como: bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, quadras de esportes, áreas de lazer, refeitórios, auditórios e outros;
- assegurar meios de transporte para facilitar o acesso do aluno à escola, principalmente o da zona rural;
- incentivar a promoção de eventos socioculturais, permitindo ao aluno a participação em feiras, teatros, atividades esportivas, danças, gincanas, etc.;
- descentralizar os programas de assistência ao estudante, equalizando esse atendimento às escolas estaduais e municipais, capital e interior, zona urbana e rural;
- garantir a eficiência da prática pedagógica, a partir da capacitação e valorização dos profissionais do magistério;
- criar mecanismos para a elaboração e implantação da proposta pedagógica da escola, com vista ao atendimento das necessidades, a partir da realidade de cada comunidade escolar.

3. Aprendizagem

A qualidade de uma escola é avaliada pelo nível de aprendizagem alcançado por seus alunos; no entanto, as escolas públicas apresentam um baixo nível de rendimento escolar, fato atribuído a inúmeros fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem e contribuem para o insucesso escolar. Para reverter essa situação, a comunidade escolar e a sociedade civil propõem as seguintes medidas:

- enriquecer o currículo básico da escola com conhecimentos que ampliem a compreensão do aluno sobre a realidade cultural, econômica e política, de forma a possibilitar-lhe a participação na construção de uma sociedade mais justa;
- adotar mecanismos que possibilitem a escolha do livro didático pelo professor, observância aos aspectos regionais e disponibilidade no início do ano letivo;
- aproveitar melhor o tempo que o aluno permanece na escola, com atividades de ensino-aprendizagem;
- aparelhar as escolas com instrumentos que viabilizem a utilização de recursos audiovisuais para um melhor rendimento escolar;
- envolver o aluno no processo avaliativo onde ele perceba sua aprendizagem, em relação a ele próprio, ao grupo e à comunidade;
- envolver os pais no processo ensino-aprendizagem, permitindo-lhes o acesso à evolução dos seus filhos;
- dotar a escola de condições para avaliar e reformular seus objetivos, trabalhando-os efetivamente para a busca da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- valorizar o pessoal do magistério e administrativo da escola, através da capacitação permanente;
- promover a capacitação dos profissionais da educação através da extensão das universidades às sedes das diretorias regionais de educação; e

- criar e implantar programas de capacitação de professores leigos, considerando que a maior clientela de 1º grau reside na escola municipal, onde justamente existe o maior índice de desqualificação profissional.

4. Professores e profissionais do ensino

A construção de uma escola de qualidade requer a adoção de políticas que proporcionem a valorização de todos os profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Mas o que se vem verificando é o comprometimento desse nível de qualidade, atribuído, entre outros fatores, à desvalorização e desqualificação dos profissionais da educação em nosso País. Para reversão desse quadro, os participantes dos debates sobre o Plano Decenal de Educação apresentaram as seguintes propostas:

- estabelecer política salarial digna, com a implantação do Estatuto do Magistério contemplando o plano de carreira, incentivos salariais e avaliação de desempenho;
- promover, sistematicamente, cursos e/ou reciclagem para o aperfeiçoamento e atualização do conhecimento dos profissionais do ensino;
- oferecer oportunidade de continuação de estudos para os integrantes do sistema, através da implantação de programas de capacitação com terminalidade, em nível de 1º, 2º e 3º graus;
- normalizar e exigir o cumprimento da jornada de trabalho, fundamental para evitar faltas e substituições com visíveis prejuízos para o educando; e
- realizar estudos e avaliação dos cursos de formação para o magistério em nível de 1º e 2º graus, com vistas à redefinição de seus currículos na perspectiva de atender às necessidades da clientela.

5. Gestão

A administração pública vem buscando implantar uma gestão democrática, instrumentalizando o sistema de ensino para o desenvolvimento de ações capazes de sustentar um processo de gestão mais eficaz, viabilizando o atendimento das necessidades e expectativas da clientela. Para efetivação dessa proposta, os profissionais do ensino apresentaram as seguintes sugestões:

- adotar uma gestão mais democrática nas escolas, garantindo meios e condições para o exercício da autonomia, a partir de iniciativas colegiadas;
- criar e/ou implementar os conselhos municipais de educação;
- propiciar a descentralização administrativa e pedagógica das escolas, através da atuação mais efetiva das diretorias regionais de educação;
- criar mecanismos facilitadores ao cumprimento das normas necessárias à legalização das escolas públicas, notadamente da rede municipal;
- instrumentalizar os diretores de escolas para o exercício de uma administração moderna, dentro dos princípios democráticos;
- adoção de procedimentos que viabilizem a realização de processos para a escolha de diretores de escolas;

- estabelecer uma política de valorização que assegure o magistério através de concurso público, especificamente na esfera municipal.

6. Relacionamento com a comunidade

Considerando a comunidade como cliente da escola, a sua participação nas atividades escolares se torna inprescindível, uma vez que a escola interage permanentemente com a comunidade, influenciando e contribuindo e dela recebendo influência e contribuição. Para que essa relação se fortaleça ainda mais, faz-se necessário a adoção das seguintes medidas:

- criar mecanismos que favoreçam a participação da comunidade escolar na elaboração, execução e avaliação da proposta de trabalho da escola;
- implantar sistemas de informação que permitam o conhecimento rápido e eficaz das necessidades e resultados educacionais do município;
- estabelecer parceria entre a escola, sindicatos, igrejas, associações e outras organizações existentes no município;
- criar mecanismos de participação da comunidade nos assuntos da escola, através de reuniões, debates, palestras e outros eventos.

7. Cidadania na escola

A escola é responsável pela formação plena do indivíduo; para tanto, além do atendimento das necessidades de aprendizagem, é imprescindível o desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes que conduzam o homem ao exercício da cidadania. Nesse sentido, foram levantadas pelos professores as seguintes propostas:

- propiciar ao educando ensinamentos que permitam uma ampla visão de mundo e desenvolva sua criticidade perante os acontecimentos que o cerca;
- dotar a escola de condições para o exercício constante da cidadania;
- promover a integração da escola com a comunidade, de modo a permitir-lhe participação nas decisões, acompanhamento e avaliação das ações educativas;
- estabelecer ações para eliminar preconceitos de natureza política, social e religiosa existentes na escola, possibilitando manifestações livres por parte dos integrantes da comunidade escolar;
- valorizar e apoiar os grêmios estudantis e outras organizações escolares;
- implementar estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de aprendizagem do aluno especial;
- expandir as ações de educação especial, com a implantação de salas nos municípios, principalmente na rede municipal;
- promover modalidades de educação diversificada e continuada a jovens e adultos, incluindo capacitação profissional; e
- oferecer à clientela indígena uma educação que corresponda às suas reais necessidades, respeitando o seu universo sociocultural.

8. Financiamentos e gastos com a educação

A educação tem sido apresentada por todas as esferas governamentais como meta prioritária, o que implica, na verdade, a destinação de maiores recursos. Entretanto, o que se verifica na prática é uma conclamação geral da escassez ou má aplicação dos recursos destinados a esse segmento, comprometendo, dessa forma, a qualidade dos serviços educacionais oferecidos. Esse dado torna-se bastante evidente, uma vez que as necessidades da escola estão sempre acima dos recursos que lhe são destinados. Nesse sentido, as discussões foram encaminhadas, tendo em vista:

- divulgar os recursos destinados à educação nas esferas federal, estadual e municipal, para que a comunidade possa cobrar a sua aplicação;
- adotar estratégias para agilização de repasse dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- estabelecer ações que propiciem o fortalecimento dos conselhos escolares, permitindo-lhes planejar, acompanhar e avaliar os recursos destinados à educação;
- proceder a estudos preliminares para implantação de projetos na área educacional, com vistas a garantir sua objetividade e continuidade;
- estabelecer políticas com vistas à descentralização das ações educacionais nas três esferas, viabilizando, dessa forma, a autonomia pedagógica e financeira da escola.

SIGLAS

DEMEC - Delegacia do Ministério da Educação e Desporto.

UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação.

DRE - Diretorias Regionais de Educação.

OME - Órgãos Municipais de Educação.

SUDEP - Superintendência de Desenvolvimento Técnico Pedagógico.

SUPEN - Superintendência de Suporte ao Ensino.

COPLAN - Coordenadoria de Planos, Programas e Projetos Especiais.

COEMP - Coordenadoria de Ensino de 1º Grau.

COENS - Coordenadoria de Ensino de 2º Grau.

DAM - Divisão de Apoio aos Municípios.

PRONAICA - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Governador do Estado do Maranhão

José Ribamar Fiquene

Secretária de Estado da Educação

Angélica Fiquene Sobrinha

Delegada do MEC

Myrian de Magdalla Teixeira e Silva

Coordenação do Relatório

Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

Órgãos envolvidos

DEMEC, UNDIME, DRE, OME, escolas

Setores responsáveis pela compatibilização dos relatórios das escolas

DEMEC, DRE, OME, SUDEP, SUPEN, COPLAN, COEMP, COENS, DAM

Comissão de Sistematização do Relatório-Síntese em Nível Estadual

Eliza Flóra Muniz Araújo/SEEDUC

Enoi Celeste Sousa Botelho/SEEDUC

Maria da Graça Pinheiro Leda/SEEDUC

Norma Holanda Pereira/SEEDUC

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

PARAÍBA

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, através do DEPEN (Departamento de Ensino), promoveu, em ação conjunta com as escolas e a comunidade, debates e discussões sobre os problemas da educação pública municipal, surgindo, desses debates, propostas e alternativas de soluções a serem incluídas no Plano Decenal de Educação para Todos.

A seguir, síntese das propostas apresentadas pelas escolas da rede municipal de ensino referentes ao Plano Decenal:

ACESSO

As escolas municipais de João Pessoa não atendem à clientela por falta de espaços físicos, recursos materiais e humanos.

Propostas

- Realização do censo escolar no município de João Pessoa;
- Expandir gradualmente a capacidade das escolas para atender à clientela em idade escolar;
- Ampliar as escolas, oferecendo-lhes condições necessárias para a realização das atividades pedagógicas, administrativas e desportivas;
- Recuperação das escolas municipais em suas instalações elétricas, pisos, esquadrias, pinturas e outros;
- Construir escolas na zona rural para atender sua demanda;
- Garantir manutenção sistemática das unidades escolares;
- Implantar mecanismo legal para que a empresa privada, em regime de parceria, venha a investir na escola pública repassando recursos diretamente para a unidade escolar, com vistas a complementar as carências materiais que dificultam o bom andamento escolar;

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.219-223, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

- Garantir o bom funcionamento das escolas nos três turnos;
- Ampliar o programa de educação infantil nas escolas;
- Expandir gradualmente o ensino de 5ª a 8ª série nas escolas municipais; e
- Criar o serviço de vigilância permanente em todas as escolas.

SUCESSO ESCOLAR/APRENDIZAGEM

A prática pedagógica não tem correspondido aos anseios da comunidade escolar, uma vez que há um grande número de evasões e repetências. Para o sucesso no processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário o aperfeiçoamento da qualidade do ensino e da qualificação profissional.

Propostas:

- Manter, com regularidade, a distribuição de merenda escolar de boa qualidade, atendendo às peculiaridades do cardápio regional;
- Proporcionar um serviço de assistência médico-odontológica (saúde preventiva e curativa) à clientela escolar;
- Encaminhar às escolas, antes do início de cada ano letivo, os livros didáticos destinados aos alunos, selecionados pelas escolas;
- Criação de bibliotecas, com permanente atualização do acervo destinado à sua clientela docente e discente, subsidiando-as com livros técnicos, de literatura, didáticos, revistas e outras fontes de pesquisa e de estudo;
- Capacitação sistemática dos profissionais de educação, antes do início de cada período letivo, oferecendo-lhes incentivo salarial específico e condições favoráveis à freqüência exigida pelos cursos;
- Instalar laboratórios e oficinas pedagógicas em todas as escolas;
- Reformular a grade curricular e os conteúdos programáticos de acordo com a realidade política e sociocultural do aluno e da comunidade;
- Que sejam acrescidas ao currículo disciplinas que venham desenvolver a formação do educando, tais como: ecologia, educação sexual, educação para o trânsito, musical, etc.;
- Reformular o sistema de avaliação;
- Aquisição de material didático suficiente e diversificado;
- Realização de cursos de relações humanas para todos os segmentos da escola;
- Criação e implementação do conselho escolar; e
- Redução do número de alunos por série, notadamente nas turmas de alfabetização e de primeira série.

PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE ENSINO

Diante do descompromisso das autoridades para com esses profissionais, tendo em vista a má remuneração salarial que recebem, são obrigados a procurar outras atividades para suprir suas necessidades básicas.

Propostas:

- Atualização do Estatuto do Grupo do Magistério;
- Criação de incentivos específicos para o ensino noturno e outros; e
- Rever a função do especialista, considerando o papel que ele representa e a atuação junto ao corpo discente e docente da escola;

GESTÃO

As escolas já realizam eleições diretas para diretores, mas, apesar disso, as mesmas não têm nenhuma autonomia, quer seja econômica, financeira ou didático-pedagógica.

Propostas:

- Continuação das eleições diretas para diretor (com critérios estabelecidos pela escola);
- Reciclagem para pessoal de apoio;
- Criação e implementação do Conselho Escolar;
- Criação de grêmios estudantis;
- Curso de reciclagem para os diretores de escola (habilitando-se para o exercício da função);
- Descentralização de recursos financeiros; e
- Autonomia didático-pedagógica.

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

Existe a participação da comunidade nas decisões administrativas e pedagógicas, no entanto, temos consciência de que existem muitos analfabetos nas proximidades das escolas e que não se pode atender por falta de espaço físico.

Propostas:

- Criação de ciclo de pais e mestres em todas as escolas;
- Rever a proposta de ensino de jovens e adultos, incluindo a realização de cursos profissionalizantes;
- Propiciar a integração das escolas com os centros comunitários existentes no bairro.

CIDADANIA NA ESCOLA

Partindo do princípio de que a escola é responsável pelo trabalho de conscientização do exercício da cidadania, levando o indivíduo ao conhecimento pleno dos seus direitos e deveres, formulam-se as propostas:

- Formação global sobre cidadania a toda a comunidade escolar;
- Criação de centros de apoio e recuperação para os alunos viciados; e
- Trabalhar os profissionais da educação no sentido de conscientizá-los da igualdade para todos (indiferentemente de cor, raça, religião, sexo, etc.).

FINANCIAMENTO E GASTOS COM A EDUCAÇÃO

O financiamento e os gastos com a educação devem ser direcionados e revertidos em prol da mesma.

Propostas:

- Fiscalizar e exigir que as verbas destinadas à educação sejam realmente empregadas de forma justa;
- Lutar pela desburocratização e rapidez na liberação dos recursos para a educação;
- Prestação de contas, através do Conselho Deliberativo Escolar;
- Destinação de verbas repassadas diretamente às escolas, em nome da autonomia financeira; e
- Criação de um conselho fiscalizador para acompanhar a aplicação dos recursos, isento de envolvimento político-partidário.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Apesar de existir esse atendimento no município em uma minoria de escolas, percebe-se a necessidade de expandi-lo em todas as demais, visto que a necessidade de crianças com dificuldades especiais é em grande escala.

Propostas:

- Ampliação de espaço físico, tendo em vista a implantação de salas de recursos em toda as escolas; e
- Implementar a expansão da educação especial, promovendo a capacitação de profissionais para a área e a aquisição do material específico necessário.

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

PERNAMBUCO

APRESENTAÇÃO

O presente documento é fruto de um processo coletivo de discussão envolvendo, no seu bojo, vários segmentos, entre os quais destacamos as escolas estaduais e municipais, comunidades, setores da rede privada e instituições da sociedade civil, que ora respondem pela elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco.

No decorrer do processo, que culminou com a Conferência Estadual de Educação, foram encaminhadas, e aprovadas, propostas que revelam um salto qualitativo, merecendo destaque a consignação da formação de uma comissão interinstitucional para elaborar o plano, ficando decidida, para posterior deliberação, a definição de suas competências quanto à execução do plano.

Esse processo político-pedagógico conseguiu, pela convergência dos objetivos trabalhados, contextualizar o conjunto das necessidades educacionais programáticas, enfatizando a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental com qualidade, a ser atingido ao longo dos próximos dez anos.

Este relatório é uma síntese do que foi o trabalho nas escolas no seu conjunto, que também consta do Plano de Educação para Todos do Estado de Pernambuco - documento-referência.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco, atendendo às propostas do MEC, construiu uma metodologia de trabalho que, considerando as limitações estruturais e funcionais do sistema, compreendeu as seguintes fases:

1. O processo de discussão coletiva nas dezessete microrregiões educacionais do Estado de Pernambuco foi implementado após a Semana Nacional de Educação para Todos realizada no Recife, sob coordenação da SECE-PE.

2. Ampliação do processo de discussão em nível de mobilização municipal, com vistas à elaboração dos respectivos planos. Essa etapa teve a coordenação da UDIMEPE, com a participação da SECE-PE, DEMEC e UNICEF. No decorrer do processo foi criada a Comissão Interinstitucional.

3. A culminância do processo se deu na I Conferência Estadual de Educação, da qual participaram a SECE-PE, UDIMEPE, DEMEC, UNICEF, Conselho Estadual de Educação, universidade, organizações não-governamentais e sindicatos. Foram discuti-

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.231-242, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

dos os planos compatibilizados, representativos das quatro regiões do Estado - Sertão, Agreste, Mata e Região Metropolitana do Recife, que geraram a construção programática do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco, sob a coordenação da Comissão Interinstitucional.

4. O plano elaborado foi enviado ao Ministério para compor o plano nacional. Após a Conferência Internacional, o MEC solicitou um novo debate para aprofundamento das questões pedagógicas colocadas no plano. Essa fase teve a coordenação da Comissão Interinstitucional, que adotou o calendário sugerido pelo MEC, para discussão em todas as escolas, com vistas à elaboração do plano escolar. Esses planos foram compatibilizados pelas secretarias municipais e os departamentos regionais de educação (DERE), reunindo-os, novamente, segundo as macrorregiões do Estado. Posteriormente, a comissão ficou encarregada de gerar o presente relatório, que também teve por objetivo aprofundar e ampliar as proposições referentes aos eixos programáticos do plano de Pernambuco.

OBJETIVOS

O conjunto dos objetivos, abaixo, consubstancia os aspectos temáticos, quanto às questões educacionais explicitadas nos eixos programáticos, metas e medidas operacionais:

* satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos;
* universalizar, com eqüidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
* fortalecer os espaços institucionais de parcerias, acordos e compromissos;
* incrementar os recursos financeiros para manutenção e investimento na qualidade da educação básica; e
* estabelecer canais de cooperação e intercâmbio educacional e cultural.

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Foram adotadas, como princípios norteadores do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco, as diretrizes pedagógicas do Plano Decenal de Educação do Recife:

- concepção do homem, ser pensante, consciente de sua cidadania, participante de uma sociedade que reflete, decide e reivindica condições dignas de vida;
- educação como base para a formação do cidadão, favorecendo sua independência, auto-expressão, criatividade e construção do seu saber;
- unidade educacional que promova o desenvolvimento integral do educando;
- escola pública, enquanto espaço onde se desenvolvem ações, visando recuperar a concretude da ação pedagógica, colocando como centro do processo de ensino-aprendizagem as relações homem-natureza, trabalho/homem, numa perspectiva de reconstrução das relações ecológicas; e
- escola pública oferecendo ensino de boa qualidade, em todos os níveis e modalidades.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

As proposições municipais possibilitaram a construção dos grandes eixos programáticos norteadores do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco.

A - Proposta pedagógica

1. Revisão curricular e do sistema de avaliação.
2. Definição de padrões básicos de aprendizagem em todos os níveis de ensino.
3. Iniciação à profissionalização.
4. Programas alternativos para meninos de rua e povos indígenas.
5. Reordenação da política educacional para o meio rural.
6. Implantação e/ou expansão do ensino de 2º grau.
7. Programa de atendimento aos portadores de deficiências.

B - Valorização do magistério

1. Revisão dos cursos de formação para o magistério.
2. Formação continuada (capacitação permanente) do professor.
3. Habilitação do professor leigo.
4. Implantação e implementação do Plano de Carreira e Estatuto do Magistério.
5. Melhores condições de trabalho ao professor.

C - Apoio ao educando

1. Garantia de um programa permanente de distribuição de merenda, material didático e pedagógico para 100% da população escolar.
2. Assistência à saúde do escolar.

D - Expansão, reordenamento e melhoria da rede física

1. Construção, ampliação, reforma e manutenção do parque escolar (creche, educação especial, ensino fundamental e médio).
2. Criação de bibliotecas escolares, garantindo acervo atualizado.
3. Aquisição e manutenção de mobiliário, equipamentos e material permanente para todos os níveis de ensino.
4. Expansão das centrais de tecnologia nas escolas.

E - Democratização da gestão

1. Criação/implementação e reformulação de conselhos escolares e conselhos municipais de educação.
2. Apoio à implementação do Conselho da Criança e do Adolescente.
3. Apoio à implantação e reformulação de grêmios estudantis.
4. Descentralização dos recursos para manutenção da escola.
5. Participação da comunidade na proposta pedagógica da escola.
6. Apoio à implantação de núcleos escolares indígenas.
7. Eleição direta para diretores de escolas.

F - Sistema de financiamento

1. Cumprimento da Constituição quanto à aplicação dos 18% e 25% dos orçamentos federal e estadual na manutenção do ensino.
2. Acompanhamento e controle dos recursos destinados à educação pela sociedade civil.
3. Estabelecimento de cota municipal do salário-educação.
4. Liberação imediata dos recursos.

METAS

A - Educação infantil

Universalizar a oferta de educação infantil na faixa etária de 0 a 6 anos.

B - Educação fundamental

1. Garantir a universalização da educação fundamental com qualidade.
2. Reformular o currículo, permitindo a intermediação cultural da escola com a realidade do aluno.
3. Garantir condições necessárias à escola para aumentar o nível de aproveitamento e permanência do aluno.
4. Ampliar a jornada escolar.
5. Definir e garantir uma política de capacitação.
6. Garantir merenda escolar, material de apoio didático e transporte para alunos e professores.
7. Construir, ampliar, reformar e equipar escolas.
8. Garantir o abastecimento de água e energia elétrica nas escolas.

9. Implantar bibliotecas escolares em toda a rede pública de ensino.
10. Criar/reformular conselhos municipais de educação.
11. Viabilizar a gestão democrática da escola.
12. Adequar o curso noturno às especificidades do aluno.
13. Reduzir os efetivos de alunos por série.
14. Implantar programas voltados para a educação ambiental.
15. Adotar programas alternativos de atendimento às crianças de rua.
16. Implantar programas que possibilitem ao aluno conhecimentos de informática.
17. Reorganizar as classes multisseriadas.
18. Definir uma base comum nacional na formação do educador.
19. Definir uma política salarial para os trabalhadores em educação.

C - Educação de jovens e adultos

1. Implantação e/ou ampliação da oferta de ensino aos jovens e adultos, priorizando a alfabetização, com garantia de continuidade de estudo aos que não tiveram acesso à escola na idade própria.
2. Incluir a disciplina educação de jovens e adultos nos cursos de formação do magistério.

D - Educação escolar dos povos indígenas

Elaborar e implantar, com participação das comunidades, órgãos governamentais e não-governamentais, de apoio específico, uma política educacional para os povos indígenas, através de um programa bilíngüe e pluricultural, considerando sua cultura (costumes, tradições, diferentes formas de transmissão do saber) e os conhecimentos necessários à vida em sociedade indígena e não-indígena.

MEDIDAS OPERACIONAIS

Os documentos ora compatibilizados trouxeram, de forma implícita ou explícita, modos operacionais diversos, reunidos neste item, de acordo com os eixos que nortearam a sua elaboração e que estão destacados neste Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco:

- reformulação da concepção e critérios para a avaliação educacional, possibilitando o acompanhamento integral do aluno, com perfil de entrada e saída, considerando os padrões básicos do ensino-aprendizagem;
- criação de programas alternativos de apoio pedagógico ao educando com necessidades básicas de aprendizagem não satisfeitas, com a finalidade de evitar/reduzir os índices de evasão e repetência;

- articulação com o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (SAEB) para implementar a avaliação das redes de ensino e a incrementação de pesquisas sobre avaliação em nível do 1º grau;
- criação de uma comissão estadual de professores para o acompanhamento e avaliação da prática pedagógica na escola;
- extinção do turno intermediário nas escolas;
- implantação de classes de alfabetização, inclusive em horário diurno, para atendimento a jovens e adultos;
- ampliação dos núcleos de língua, centrais de tecnologias e bibliotecas escolares;
- garantia de um padrão de qualidade de alfabetização de jovens e adultos;
- ampliação, dinamização e agilização do processo de atendimento aos portadores de deficiência física;
- ampliação no Curso de Formação de Magistério à formação de professores de classes de jovens e adultos;
- redução do quantitativo de alunos em salas de aula, de acordo com a portaria de organização escolar da SECE-PE;
- criação de mecanismos no sentido de que os livros sejam de qualidade e cheguem às escolas no início do ano letivo em número suficiente para os alunos;
- informatização da escola pública, proporcionando ao aluno condições de inserir-se na modalidade do trabalho;
- redução da carga horária do curso noturno, acrescentando mais anos de escolaridade;
- atualização dos livros didáticos;
- ampliação da carga horária de permanência do aluno na escola, atendendo a um programa de ensino-aprendizagem, lazer, esporte, educação artística, profissionalização e sondagem de aptidões;
- integração dos portadores de deficiência à sociedade, através da melhoria e da oferta de ensino;
- assessoramento pedagógico sistemático ao professor, em nível de escola;
- revisão do sistema de avaliação da escola e do processo ensino-aprendizagem;
- definição e/ou redefinição de uma proposta pedagógica que norteie a prática do professor, voltada para o interesse e o cotidiano do aluno;
- reorganização do atendimento à demanda, fora da faixa etária, dentro do ensino regular;
- ampliação do número de bibliotecas escolares;
- elaboração de programas alternativos de profissionalização para jovens e adultos, facilitando a sua participação no processo de desenvolvimento da região;
- tratamento diferenciado, através de métodos e estratégias, para classes multisseriadas da zona rural;

- recursos para a pesquisa educacional;
- calendário escolar adequado às necessidades regionais;
- agilização de ações, por parte do MEC, quanto à aprovação do Projeto da LDB, em tramitação no Congresso Nacional;
- redefinição de objetivos, conteúdos e métodos que direcionam a prática pedagógica dos professores;
- realização de encontros, reuniões e capacitações sistemáticas para a melhoria da qualificação dos professores e demais trabalhadores educacionais;
- realização de cursos para professores, com vistas à uma política de capacitação de recursos humanos que atenda a 100% dos envolvidos com educação de crianças, jovens e adultos, objetivando a valorização profissional, melhoria dos serviços oferecidos e uma política salarial condizente com a formação;
- reestruturação dos cursos de magistério, com vistas à formação de professores para atuar na educação infantil e da 1ª à 4ª série;
- implantação do Plano de Cargos, Carreira e do Salário para o Magistério;
- elaboração e/ou implementação do Estatuto do Magistério;
- habilitação e capacitação do professor leigo;
- exigência de concurso público para ingresso de todos os trabalhadores em educação;
- criação de mecanismos de incentivo à autonomia do professor, viabilizando sua participação, desde o planejamento da escola à execução da atividade docente;
- garantia do sucesso escolar, através de reforço ao aluno, em período extra-escolar, bem como banca de estudo, durante o recesso;
- criação de um sistema de estágio para os alunos, em terminalidade, dos cursos profissionalizantes;
- atendimento especial ao aluno-trabalhador;
- implementação de programas suplementares de: material didático e pedagógico, saúde escolar, merenda, transporte para alunos e professores e recursos tecnológicos;
- regularização e regionalização de merenda escolar, de forma que o aluno possa ser atendido nos três turnos;
- garantia de condições no sentido de que os livros didáticos sejam de qualidade e cheguem às escolas no início do ano letivo, em número suficiente aos alunos;
- apoio à criação do batalhão escolar em todo o interior do Estado de Pernambuco;
- ampliação do atendimento da LBA às escolas da zona rural;
- convênios com editoras para assinaturas de jornais e revistas para alunos;
- criação de áreas de lazer para os alunos, em parceria com os municípios;
- ofertar, ao aluno-trabalhador, oportunidade de estudo no próprio local de trabalho;
- ampliação do número de sanitários em todas as escolas;

- construção de quadras esportivas;
- aquisição de material específico para a prática de educação física, para todas as escolas;
- implantação de bebedouros em todas as escolas, de modo a assegurar a saúde escolar;
- implantação de refeitórios em todas as escolas;
- ampliação de unidades psicopedagógicas;
- aquisição de microcomputadores para todas as escolas públicas;
- ampliação do número de laboratórios na rede escolar;
- ampliação dos centros de educação especial em todos os departamentos regionais de educação;
- construção, ampliação e recuperação da rede física escolar para atendimento à demanda existente no estado;
- aquisição de mobiliário e equipamento adequados à clientela de creche, pré-escola e demais níveis e modalidades de ensino;
- expansão do projeto de parceria "Adote uma Escola", garantindo maior integração escola-comunidade;
- mobilização da comunidade para participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- intensificação das reuniões de pais e mestres, revendo sua sistemática operacional;
- escolha do dirigente escolar através do voto democrático, avaliação do plano de trabalho e currículo escolar;
- reformulação dos conselhos ou comissões municipais de educação para adequá-los aos princípios da gestão democrática;
- garantia de um quadro mínimo de funcionários administrativos nas escolas, para fortalecimento da gestão;
- criação de espaços democráticos nas escolas, através de conselhos escolares, grêmios estudantis ou outras formas que favoreçam a articulação entre a escola/comunidade, descentralizando as ações de participação nas decisões;
- realização do censo escolar, em todo o estado;
- definição, pelos organismos públicos, entidades de classe e as organizações não-governamentais que compõem a comissão institucional para a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco, de suas competências quanto à execução do plano, o qual será subscrito por todos os representantes e divulgado amplamente, através da imprensa, para que toda a sociedade tome conhecimento do processo em curso e tenha condições de acompanhá-lo;
- garantia da continuidade de projetos comprovadamente eficazes, mesmo com mudanças governamentais, através de um trabalho de acompanhamento efetivo pela sociedade civil organizada;

- criação de fóruns de estudo, com participação de todos os segmentos da sociedade, para o resgate de propostas de políticas educacionais positivas e superação das limitações atuais;

- implantação, através dos conselhos escolares, de administração colegiada, que possibilite a autonomia da escola:

- envolvimento da comunidade, democratizando a proposta de educação do município, como forma de possibilitar o acompanhamento, controle e avaliação dos recursos constitucionalmente definidos (25% - estado e município e 18% - União) para a educação; e

- agilização de ações, por parte do Ministério da Educação e do Desporto, quanto à aprovação do projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, que modifica a legislação sobre a arrecadação e distribuição do salário-educação, definindo a criação da quota municipal, que vai permitir aplicação mais ágil dos recursos e, conseqüentemente, a melhoria do atendimento nas escolas municipais.

RECOMENDAÇÕES

1. Realização do censo escolar em todo o estado.

2. Definição pelos organismos públicos, entidades de classe e organizações não-governamentais que compõem a Comissão Interinstitucional para a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, em Pernambuco, de suas competências quanto à execução do plano, o qual será subscrito por todos os representantes. Esse documento será divulgado amplamente na imprensa, para que toda a sociedade tome conhecimento do processo em curso e tenha condições de acompanhá-lo.

AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO

1. Criação da Comissão Interinstitucional do Plano Decenal de Educação para Todos, formada por instituições governamentais e não-governamentais.

2. Criação da Subcomissão de Valorização para o Magistério, constituída por representantes das seguintes instituições: SECE, UDIMEPE, SINTEPE, ANFOPE, UNICEF, Universidades, DEMEC, SIMPERE, Movimento Pró-Educação, CEE, Representação das Escolas de Magistério, Centro Luís Freire, FUNDAJ, RAAB.

3. Criação da Subcomissão do Ensino Médio e Tecnológico, constituída pelas seguintes instituições: SECE, SENAI, SENAC, DEMEC, FUNAI, UFRPE, Escola Técnica Federal, UFPE, CEE, PAPP, escolas agrotécnicas de Petrolina, Vitória e Belo Jardim, SINTEPE, SEENAR, SEBRAE, EMATER, SUDENE, Embrapa, IPA, Secretaria de Trabalho e Ação Social, ASSOCENE.

4. Criação da Subcomissão de Educação Ambiental, constituída pelas seguintes instituições:

   Câmara Técnica de Educação Ambiental - CTEA

   Secretaria de Educação, Cultura e Esportes - SECE

   Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Núcleo de Educação Ambiental - IBAMA

Universidade Federal de Pernambuco/Cecine - UFPE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Abiente/PE

ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Participaram do relatório-síntese do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Pernambuco os seguintes segmentos: escolas, comunidade, ONG, secretarias municipais de educação e departamentos regionais de educação, ficando a cargo da Comissão Interinstitucional a compatibilização final do documento.

Comissão Interinstitucional do Plano Decenal de Educação para Todos de Pernambuco

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes de Pernambuco - SECE-PE

União de Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco - UDIMEPE

Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto em Pernambuco - DEMEC-PE

Conselho Estadual de Educação de Pernambuco - CEE-PE

Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco - SINTEPE

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Universidade de Pernambuco - UPE

Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Movimento Pró-Educação

Centro Luís Freire

Centro Indigenista Missionário - CIMI

Sindicato dos Professores Particulares - SINPRO

Associação dos Docentes da Universidade de Pernambuco - ADUFESPE

Sindicato dos Professores Municipais do Recife - SINPERE

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas em Pernambuco - UBES/PE

Plano Decenal da Educação para Todos
Relatório-Síntese*

PIAUÍ

APRESENTAÇÃO

Este relatório contém resultados das discussões que retratam a realidade educacional do Estado do Piauí, propostas de soluções, objetivando modificar os atuais indicadores do sistema vigente, no período de 10 anos.

A sistemática de trabalho obedeceu a um cronograma previamente estabelecido pela Comissão Tripartite, composta por representantes da DEMEC-PI, Secretaria de Estado da Educação e UNDIME.

As percepções aqui consubstanciadas são fruto de uma ampla discussão envolvendo professores, supervisores, diretores de escolas, diretores regionais de educação, profissionais da educação, pais, alunos e comunidade em geral, por ocasião do Dia Estadual do Debate do Plano Decenal de Educação para Todos, realizado no dia 10/6/1994.

Vale salientar que, dos 148 municípios piauienses, a participação no debate foi de 57%, incluindo as redes estadual e municipal de educação, sob a coordenação das 15 diretorias regionais de educação.

Ressalta-se ainda que, além das sínteses apresentadas, constam informações sobre os encontros intermunicipais promovidos e realizados em parceria com UNICEF/Secretaria Estadual de Educação/UNDIME/DEMEC-PI, objetivando sensibilizar e orientar secretários municipais de educação para a elaboração do Plano Decenal, bem como discutir experiências educacionais bem sucedidas, em 15 municípios brasileiros, divulgadas pelo UNICEF.

RESULTADO DOS RELATÓRIOS-SÍNTESE

1. Acesso e permanência escolar

Com referência ao tema acesso escolar, discutido nos municípios piauienses por ocasião do Dia Estadual do Debate nas escolas, envolvendo 15 diretorias regionais de educação, e analisados os relatórios-síntese, percebeu-se que a realidade identificada passa, principalmente, pela falta de espaços físicos referentes à ampliação e/ou aproveitamento dos já existentes, bem como, em alguns casos, à construção de escolas.

Outra demanda colocada foi a manutenção da rede, nos aspectos físicos, material e humano, bem como a regularização da entrega da merenda escolar.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.243-257, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Essas e outras colocações serão enumeradas segundo a ordem de freqüência em que foram apresentadas pelos municípios participantes:

1. Ampliação e reforma de salas de aula.
2. Falta de material permanente, de consumo e didático-pedagógico.
3. Merenda escolar com entrega irregular e centralizada.
4. Construção de unidades escolares.
5. Falta de mapeamento escolar.
6. Falta de transporte escolar.
7. Construção e/ou adaptação de bibliotecas, laboratórios, oficinas pedagógicas, quadras de esporte e áreas de lazer.
8. Reforma de instalações elétricas e hidráulicas.
9. Insuficiência de professores.
10. Falta de manutenção da escola para o bom funcionamento da mesma.
11. Expansão do atendimento à criança e ao adolescente com dificuldades especiais.
12. Falta de curso de suplência para jovens e adultos.
13. Falta de calendário escolar adaptado à realidade de cada município ou comunidade.
14. Falta de creches e pré-escolas.
15. Falta de critérios, como teste diagnóstico, para a formação de turmas.
16. Desorganização dos cursos profissionalizantes.
17. Superlotação de alunos em salas de aula.
18. Falta de projetos educacionais que promovam a universalização da educação, inclusive a alfabetização de adultos.

Propostas de solução

Na tentativa de reverter o quadro existente, no que se refere à realidade de acesso e à permanência do aluno na escola, foram apresentadas propostas que viabilizam alterações dessa realidade a curto e médio prazos, como:

- Ampliação da rede física, através da construção e do aproveitamento de espaços ociosos, visando atender à demanda da educação infantil, do ensino fundamental, da suplência e da educação especial.
- Identificação e valorização de meios físicos, materiais e humanos existentes e ociosos, para a implantação e/ou implementação de cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local.
- Adoção de uma política de descentralização de recursos financeiros para a manutenção das escolas, bem como para aquisição de materiais (consumo, permanente e didático-pedagógico).

- Descentralização da merenda escolar, com atendimento sistemático e regular.
- Construção de unidades escolares, inclusive criação de centros educacionais em locais com maior concentração de população na zona rural, para atender à clientela não contemplada dentro de uma determinada faixa etária.
- Realização de mapeamento e censo escolar, com mobilização da comunidade para a elaboração de um planejamento educacional que atenda toda a demanda.
- Aquisição de transporte escolar para suprir a necessidade de deslocamento em locais de difícil acesso, favorecendo a igualdade de oportunidades a todas as crianças e adolescentes.
- Construção e/ou adaptação de locais para bibliotecas, laboratórios, oficinas pedagógicas, com equipamentos tecnológicos adequados.
- Construção e/ou adequação de espaços para quadras de esporte e áreas de lazer.
- Realização de concurso público para preenchimento de vagas onde há carência de professores e a criação de critérios para a lotação dos já existentes.
- Apoio a experiências do calendário escolar adaptado à realidade.

2. Sucesso escolar

Essa discussão mostrou que as questões principais referentes ao sucesso escolar deu-se em torno de pontos como: merenda escolar, falta de material didático-pedagógico, currículo inadequado, turmas superlotadas e falta de acompanhamento sistemático de avaliação dos profissionais da educação, entre outros.

Os itens abaixo relacionados estão dispostos por ordem de prioridade das diretorias regionais dos municípios presentes ao debate:

1. Insuficiência na quantidade e má qualidade da merenda escolar.
2. Falta de material didático-pedagógico e esportivo.
3. Currículo inadequado.
4. Turmas superlotadas.
5. Falta de acompanhamento sistemático de avaliação dos profissionais da educação.
6. Falta de bibliotecas e salas de jogos.
7. Falta de um projeto educacional em que todos sejam bem sucedidos na escola.
8. Professores desqualificados para o exercício da função.
9. Baixa atuação pedagógica.
10. Elevado índice de evasão e repetência.
11. Falta de acompanhamento dos alunos por parte dos pais.
12. Uso inadequado de material didático-pedagógico existente na escola.
13. Entrega atrasada de material didático-pedagógico.

14. Inexistência de horário para a realização de atividades extra-classe.

15. Falta de cursos profissionalizantes que atendam às expectativas da região.

Propostas de solução

As propostas de solução apresentadas pelos grupos de discussão para a viabilização de uma política educacional adequada versaram sobre:

- Suprimento, nas escolas, de material permanente, de consumo e didático-pedagógico.
- Qualificação e capacitação de profissionais da educação, oportunizando-os ao conhecimento de novas técnicas que promovam mudanças na prática pedagógica e o sucesso escolar.
- Suprimento da escola com merenda escolar de qualidade e adequada às realidades locais.
- Ingresso de crianças na 1ª série somente após um ano de alfabetização, contribuindo, assim, para a redução da evasão e da repetência.
- Redução do número de alunos por turma.
- Participação dos pais no processo de acompanhamento e de avaliação escolar das crianças e adolescentes.
- Aquisição e implementação de bibliotecas, salas de jogos, de vídeo, de leitura e laboratórios.
- Revisão do currículo para adequá-lo à realidade local.
- Instituição de um sistema de avaliação escolar que contemple a melhoria da qualidade do ensino.
- Inclusão, no currículo, de conteúdos como educação sexual, ecologia e cooperativismo.
- Implantação de uma política salarial condigna para os profissionais de educação.
- Participação dos professores no processo de seleção dos livros didáticos.
- Implantação e/ou implementação de cursos profissionalizantes, de acordo com a vocação da região.
- Criação de condições para a permanência do aluno na escola, para aulas de reforço e desenvolvimento de atividades artístico-pedagógicas.

3. Aprendizagem

As questões abordadas com relação à aprendizagem incidiram basicamente sobre o despreparo dos profissionais da educação, tanto no domínio dos conteúdos, técnicas e metodologias quanto na adoção de um currículo adequado à realidade, entre outras:

1. Qualificação e capacitação de profissionais de educação.
2. Inadequação curricular.

3. Falta de material didático-pedagógico e a diversificação do mesmo.
4. Metodologia e avaliação inadequadas.
5. Falta de eficiência e eficácia no processo ensino-aprendizagem.
6. Falta de acompanhamento das crianças pelos pais.
7. Falta de bibliotecas e vídeos nas escolas.
8. Elevados índices de analfabetismo de adultos.
9. Carência de especialistas da educação na escola (supervisor, orientador educacional e psicólogo).
10. Falta de acompanhamento do aluno através do boletim escolar.
11. Superlotação nas salas de aula.

Propostas de solução

- Realização de cursos de qualificação e capacitação dos profissionais da educação.
- Aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.
- Utilização de técnicas eficientes e eficazes de ensino e avaliação do educando.
- Admissão, na escola, de profissionais qualificados em orientação e psicologia educacional.
- Aquisição e diversificação no uso de material didático-pedagógico.
- Adequação do currículo e calendário escolar de acordo com a realidade local.
- Utilização dos meios de comunicação de massa visando à socialização das informações.
- Aquisição de recursos tecnológicos, como computadores e vídeos nas escolas, que ofereçam melhores condições de funcionamento.
- Sistematização do fluxo de informações aos pais, visando buscar relações entre a escola e a família sobre a permanência do aluno na escola e o acompanhamento das tarefas escolares.
- Avaliação periódica da prática educativa.

4. Professores e profissionais de ensino

No tocante ao tema abordado, a discussão se deu com maior ênfase quanto à falta de qualificação e capacitação de recursos humanos, baixos salários, inexistência de planos de cargos e salários e estatutos do magistério para os municípios que ainda não os têm.

Além dos pontos acima citados, foram colocados ainda:

1. Descompromisso dos profissionais da educação.
2. Falta de avaliação sistemática dos profissionais da educação.

3. Falta de remuneração pela produtividade.
4. Falta de remuneração multiprofissional na escola.
5. Inadequação na formação de professores quanto à real situação da escola.
6. Falta de conhecimento de seus direitos e deveres.
7. Não cumprimento do estatuto do magistério.
8. Falta de vales-transporte e alimentação.
9. Admissão de professores sem concurso público.
10. Interferência político-partidária.
11. Falta de oportunidade de capacitação no próprio município.
12. Ingresso de profissionais não habilitados na educação.
13. Falta de assessoria técnico-pedagógica sistemática.

Propostas de solução

- Criação de uma política salarial para profissionais da educação.
- Elaboração do Estatuto do Magistério.
- Cumprimento da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases em relação à aplicação dos recursos.
- Criação de sistema de avaliação dos profissionais da educação.
- Reformulação do currículo dos cursos de formação dos profissionais da educação.
- Capacitação e qualificação dos profissionais da educação.
- Maior conscientização e compromisso dos profissionais da educação, visando à mudança dos indicadores atuais.
- Dotação das escolas com profissionais competentes para o exercício da função.
- Suprir a escola de uma equipe multiprofissional.
- Cumprimento dos direitos sociais dos profissionais da educação garantidos pela Constituição Federal.
- Melhor aproveitamento da carga horária destinada a atividades extraclasse.
- Oferecimento, aos supervisores, de condições favoráveis ao trabalho.
- Instituição de um sistema de avaliação dos profissionais da educação quanto a: pontualidade, relacionamento, criatividade, habilidade, desempenho nas aulas e material didático utilizado.

5. Gestão

Apesar do desenvolvimento de uma política governamental voltada para a melhoria do gerenciamento escolar, observou-se, ainda, que urge continuar investindo nessa questão, ten-

do em vista que as necessidades apontadas pelos municípios têm incidência maior na busca de gestão democrática, descentralização de recursos financeiros, capacitação sistemática dos diretores, descompromisso político-pedagógico e falta de autonomia da escola, entre outros:

1. Falta de democratização da gestão.
2. Centralização dos recursos financeiros.
3. Falta de capacitação sistemática dos diretores.
4. Descompromisso político-pedagógico dos gestores.
5. Falta de autonomia da escola no tocante à prática pedagógica e organizativa.
6. Falta de conselhos escolares, grêmios e associações.
7. Falta de qualificação adequada para os diretores.
8. Falta de dinamismo dos gestores no processo educacional.
9. Interferência político-partidária na escolha e permanência dos gestores.
10. Ausência de eleição direta para preenchimento de cargos em todos os níveis na escola.
11. Descomprometimento com a produtividade escolar.
12. Ausência de regimento escolar.
13. Falta de concurso público para o ingresso ao cargo de direção e outros da esfera administrativa.
14. Insuficiência de professores e pessoal administrativo.
15. Existência de turmas intermediárias.
16. Descontinuidade das ações administrativas na área da educação.
17. Descompromisso com o sucesso escolar, principalmente das séries iniciais.
18. Falta de um plano de ação administrativo-pedagógico.
19. Falta de capacitação para supervisores escolares.
20. Falta de maior intercâmbio entre a SEED e as DRE.

Propostas de Solução

- Maior participação dos gestores na promoção do envolvimento de todos os profissionais no processo educacional.
- Descentralização dos recursos financeiros, possibilitando maior autonomia às unidades escolares com acompanhamento dos conselhos e das secretarias de educação.
- Instituição da gestão democrática através de critérios definidos.
- Qualificação e capacitação de gestores escolares.

- Acompanhamento sistemático do rendimento escolar dos alunos.
- Elaboração, execução e avaliação de um plano de ação (semestral), envolvendo profissionais da educação e comunidade.
- Elaboração, juntamente com os conselhos escolares, do currículo e do regimento escolar.
- Eqüidade de oportunidades de participação dos dirigentes em concursos, seminários e congressos.
- Maior comprometimento político-pedagógico dos gestores educacionais, no intuito de alterar os atuais indicadores socioeducacionais.
- Autonomia da escola no tocante à adoção de práticas organizativas e técnicas pedagógicas, resultando em inovações e sua adequação ao contexto social.
- Apoio à criação de conselhos escolares, grêmios e associações comunitárias.
- Apoio à municipalização da merenda escolar.
- Eleições diretas para todos os níveis administrativos da escola.

6. Relacionamento com a comunidade

Embora os projetos educacionais do setor governamental tenham mostrado preocupação com a integração escola e comunidade a partir dos anos 70, hoje, o que se percebeu por ocasião da análise e consolidação das sínteses das diretorias regionais de educação é que ainda há um enorme distanciamento nessa integração, senão vejamos:

1. Falta de atividades que despertem o interesse da comunidade pela escola.
2. Falta de participação da comunidade nas decisões administrativas e pedagógicas.
3. Falta de conscientização dos pais sobre a importância da escola na vida da criança e do adolescente e sua participação no processo educacional.
4. Inexistência de participação da comunidade, conselhos e associações nas decisões da escola.
5. Falta de projetos educativos envolvendo a comunidade para maior participação dos jovens e adultos.
6. Desorganização dos trabalhos comunitários.
7. Alto índice de analfabetismo na comunidade.
8. Desconhecimento/informação dos pais quanto às finalidades da escola.
9. Falta de integração entre técnicos, escolas e comunidade.
10. Falta de divulgação dos objetivos e metas da escola para a comunidade.

Propostas de solução

- Promoção de reuniões sistemáticas com pais e conselhos escolares para avaliar as atividades realizadas pela escola.

- Promoção de atividades que integram escola e comunidade.
- Participação dos pais nas decisões administrativo-pedagógicas da escola.
- Criação de conselhos escolares onde ainda não existem, bem como viabilizar a atuação efetiva dos já implantados.
- Informação aos pais sobre seus direitos e deveres na escola, bem como a importância da educação para a cidadania.
- Intercâmbio de informações através de palestras, pelos professores, nas associações comunitárias.
- Criação do boletim escolar, visando ao melhor acompanhamento dos pais e/ou responsáveis.
- Realização de concursos (literários e artísticos) para estimular a comunidade quanto à prática da leitura, produção de textos e artes em geral.
- Integração entre os técnicos dos órgãos públicos, como secretarias de estado, Ministério da Educação e do Desporto, a escola e a comunidade.
- Divulgação dos objetivos e metas da escola para a comunidade, utilizando os meios de comunicação de massa.
- Participação dos conselhos escolares e associações nas decisões e atividades da escola, bem como no acompanhamento da aprendizagem, na conservação e na valorização dos bens públicos.
- Apoiar tecnicamente projetos de interesse da comunidade e da escola, objetivando a participação e organização comunitárias, como projetos na área educacional, produtiva e cultural.

7. Cidadania na escola

O processo de participação e organização da sociedade está atrelado ao nível de educação. No Piauí, ainda temos um índice de 45% de analfabetismo, sem contar com os analfabetos funcionais. Essa realidade tem contribuído para que haja um distanciamento maior entre escola e comunidade e vice-versa, ao mesmo tempo em que a escola não busca desenvolver um trabalho integrado à comunidade.

O resultado das discussões comprovam essa realidade, senão vejamos:

1. Ausência de integração escola/comunidade.
2. Tratamento discriminatório na escola.
3. Ausência de atividades cívicas e religiosas na escola.
4. Ausência de envolvimento das associações, conselhos e pastorais nas ações da escola.
5. Falta de seriedade na aplicação dos gastos com educação por parte das autoridades competentes.
6. Ausência de trabalho escolar tomando por base o homem como ser integral.

7. Não observância dos Estatutos do Magistério e da Criança e do Adolescente.
8. Não cumprimento de leis constitucionais e orgânicas municipais.
9. Sistema voltado para o individualismo.
10. Falta de informações à sociedade sobre os aspectos educacionais.
11. Insegurança quanto aos aspectos físicos e humanos na escola.
12. Falta de democracia na escola.
13. Interferência político-partidária na escola.
14. Falta de prioridade e valorização da escola pública pelos governantes.

Propostas de solução

- Observância do artigo 227 da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Inclusão, no currículo, de disciplinas que possibilitem a formação geral do educando.
- Sistema educacional voltado para ações coletivas.
- Informação à sociedade sobre aspectos educacionais pelos meios de comunicação de massa.
- Segurança quanto aos aspectos físicos e humanos na escola.
- Observância do Estatuto do Magistério.
- Inclusão, no calendário escolar, de palestras educativas, envolvendo pais, associações, conselhos e pastorais.
- Cumprimento das leis constitucionais e orgânicas municipais.
- Democratização escolar.
- Desburocratização na avaliação e no acesso do aluno portador de deficiência na rede escolar.
- Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas e nas comunidades.
- Promoção de atividades, entre a escola e a comunidade, que proporcionem o exercício da cidadania.
- Eliminação da interferência político-partidária na escola.
- Apoio às associações e conselhos nas ações da escola.
- Promoção, pela escola, de trabalho escolar tomando por base o homem como ser integral e sujeito a mudanças.

8. Financiamento e gastos com a educação

Um dos grandes problemas evidenciados pelos profissionais da educação, nas diretorias regionais, por ordem de prioridade, foram:

1. Evitar o desvio das verbas da educação.
2. Falta de comissões fiscalizadoras, nos três níveis, das verbas destinadas à educação.
3. Falta de prestação de contas das verbas da educação à comunidade.
4. Insuficiência das verbas para a educação.
5. Má aplicação dos recursos destinados à educação.
6. Centralização das verbas da educação.
7. Falta de fiscalização dos recursos quando repassados para a escola.
8. Desinformação da comunidade sobre a quantidade de verbas para a educação.
9. Falta de uma política eficiente e eficaz na execução dos projetos.
10. Falta de divulgação da aplicação das verbas destinadas à educação.
11. Falta de planejamento quanto ao orçamento e despesas escolares.
12. Atraso no envio dos recursos financeiros, prejudicando o calendário escolar.
13. Falta de prioridade no orçamento para as séries iniciais.
14. Falta de transporte para o deslocamento do material escolar.
15. Falta de investimento quanto à qualificação e capacitação de recursos humanos.

Propostas de solução

- Fiscalização dos recursos repassados à escola.
- Elaboração do plano de orçamento das despesas a serem realizadas na escola.
- Repasse de recursos com antecedência, para não prejudicar o ano letivo, de acordo com a necessidade das escolas.
- Prioridade no orçamento para as séries iniciais.
- Uso das verbas da educação na educação.
- Cumprimento da Constituição quanto à aplicação das verbas na educação.
- Divulgação, em cada escola, das verbas destinadas à educação, especificando a quantia e o destino.

RESULTADOS DOS ENCONTROS COM SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

As discussões nos municípios sobre as experiências educacionais bem sucedidas e o Plano Decenal foram iniciadas no dia 28 de março, obedecendo a critérios estabelecidos pela consultoria do UNICEF, DEMEC, UNDIME e Secretaria Estadual de Educação nos pólos regionais.

Os referidos encontros intermunicipais com os secretários municipais de educação aconteceram em parceria com as instituições supracitadas, de acordo com o quadro abaixo:

Nº DE ORDEM	PÓLOS REGIONAIS	Nº MUNICÍPIOS CONVIDADOS	Nº MUNICÍPIOS PRESENTES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
01	Campo Maior	19	12	28,29/03/94
02	Parnaíba	18	12	30,31/03/94
03	Picos	39	28	03,04/05/94
04	Floriano	38	24	05,06/05/94
05	Corrente	31	5	31/05 a 01/06/94
06	Teresina	101	55	06,07/07/94

O último encontro aconteceu em Teresina, com os secretários municipais que faltaram aos pólos no período previamente estabelecido.

Os encontros intermunicipais tiveram como objetivos:

- Discutir com os secretários municipais as políticas e experiências educacionais bem sucedidas na área da educação dos municípios.
- Proporcionar uma reflexão com os secretários municipais de educação sobre os desafios e possibilidades na educação, a partir da socialização das experiências apresentadas.
- Orientar e apoiar tecnicamente os secretários municipais, na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos.

As dificuldades apresentadas pelos dirigentes municipais de educação versaram basicamente sobre:

- Falta de poder de decisão administrativo-financeira.
- Evasão e repetência em grande escala.
- Insuficiência e sucateamento da estrutura física da escola.
- Falta de dados estatísticos oficiais do município.
- Inexistência, no município, de pessoal com competência técnica para o desenvolvimento do trabalho.
- Insuficiência de merenda escolar e material didático-pedagógico, básicos para alunos e professores manterem a permanência do aluno na escola.
- Construção de unidades escolares, atendendo a interesses políticos, em locais onde não há concentração populacional.
- Falta de transporte escolar.
- Interferência da política partidária na educação.

Os secretários municipais apresentaram como pontos positivos:

- Participação ativa dos secretários, prefeitos, diretores regionais, professores e representantes de ONG.
- O compromisso de prefeitos e secretários municipais em realizar, na comunidade, ações que venham minimizar o atual quadro da educação municipal, embora tenham consciência das dificuldades a serem enfrentadas.
- Interesse dos dirigentes pelas experiências educacionais bem sucedidas apresentadas, embora reconheçam que a evasão, a repetência e a qualidade da educação dependem da vontade política e do engajamento da sociedade como um todo.
- A elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos de cada município contemplando políticas educacionais que superem, a curto e médio prazos, as dificuldades colocadas pelos secretários municipais de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a fidelidade educacional do Estado do Piauí, e, especificamente, no tocante ao ensino municipal e estadual, a Comissão Tripartite considera que:

- O planejamento educacional para o País, envolvendo a sociedade civil organizada e Governo, de forma democrática e participativa, contribuirá, decisivamente, para que, em 10 anos, obtenha-se uma reversão dos atuais indicadores na área da educação básica.
- A reorganização do sistema educativo deslocará o seu foco central para a escola, conferindo-lhe autonomia, importância e qualidade de gestão e ensino, visto ser o espaço legítimo das funções educativas.
- A destinação, com prioridade, de recursos financeiros para a área da educação básica, a fiscalização da sua aplicação e o acompanhamento transparente dos recursos, pela sociedade civil, constituem os pilares para consecução dos objetivos da educação e consolidação dos princípios constitucionais.

Governador do Estado do Piauí

Guilherme Cavalcante de Melo

Secretário de Educação

Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco

Subsecretário de Educação

José Ribamar Torres Rodrigues

Assessor de Planejamento e Orçamento

Ruy Leite Berger Filho

Departamento de Ensino 1º Grau

Francisco das Chagas Moura

Comissão Tripartite

Dr. Aquiles Nogueira Lima - DEMEC/PI

Dr. Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco - Sec. Educação

Maria de Fátima Oliveira Rodrigues - UNDIME

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

SERGIPE

APRESENTAÇÃO

Em resposta ao chamamento feito pelo senhor Ministro da Educação e do Desporto e considerando as necessárias transformações que urge sejam feitas na realidade educacional, há muito reclamadas pelos educadores, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto conclamou escolas e comunidades para um amplo debate, com base no Plano Decenal de Educação para Todos. O documento que ora apresentamos é o resultado do esforço conjunto da comunidade educacional sergipana, em prol da universalização do ensino público com qualidade e do resgate da dignidade profissional dos professores.

Dilson Menezes Barreto

Secretário de Estado da Educação e do Desporto

INTRODUÇÃO

A fim de cumprir as determinações emanadas do Ministério da Educação e do Desporto, no que se refere à realização de uma ampla discussão nas escolas públicas de Sergipe, visando à elaboração de propostas oriundas da própria escola, com base nos seus problemas, e no que dispõe o Plano Decenal de Educação para Todos do Estado, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto-SEED, foram constituídos dois grupos de trabalho distintos:

O Colegiado Estadual formado por representantes de organizações governamentais e não-governamentais, com o objetivo de assumir um posicionamento político envolvendo os diversos segmentos da sociedade no Plano Decenal, direcioná-lo e prestar assessoramento à Comissão Operacional, constituída de técnicos dos departamentos que compõem a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. A referida comissão teve como competência planejar e executar as atividades alusivas ao debate nas escolas, através das diretorias regionais e órgãos municipais de educação, criando mecanismos de assessoramento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos mesmos junto às unidades de ensino.

Após o debate, ocorrido nos dias 13,14 e 15 do mês de junho do ano em curso, a Comissão Operacional elaborou o relatório estadual que condensa as propostas das unidades escolares, com vistas a solucionar nestes dez anos os graves problemas que afetam a educação e o ensino, negando-lhe a universalização com qualidade e a dignidade profissional do magistério, eixos que se constituem as principais metas do Plano Decenal de Educação para Todos.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.353-368, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Este relatório apresenta, portanto, o resultado de um esforço conjunto entre o Colegiado Estadual, a Comissão Operacional, as diretorias regionais de educação, as secretarias municipais de educação e as unidades escolares, em busca de alternativas de solução para os problemas educacionais, a partir das sugestões oferecidas por aqueles que se encontram mais diretamente ligados ao aluno, alvo maior desta mobilização nacional: a escola e a comunidade.

Fundamentada nos relatórios das diretorias regionais de educação e das secretarias municipais de educação, que compatibilizaram os relatórios-síntese apresentados pelas 561 escolas que participaram do debate sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, a Comissão Operacional procurou traduzir, fielmente, as propostas oferecidas pelas unidades escolares, a partir dos inúmeros e diferenciados obstáculos vivenciados cotidianamente pelas mesmas, tolhendo suas iniciativas em prol da universalização de um ensino com qualidade.

Seguindo roteiro-sugestão proposto pelo MEC, os problemas apresentados foram elencados entre sete categorias, quais sejam: acesso escolar, ensino de qualidade, valorização do magistério, gestão escolar, relacionamento com a comunidade, cidadania na escola e financiamento da educação. Esse trabalho priorizou os problemas e as propostas oferecidas para dirimí-los de acordo com a freqüência e a amplitude em que foram apresentados. Cumpre ressaltar que os dados estatísticos dos quadros anexos referem-se, tão-somente, aos das escolas participantes do debate, sendo, por conseguinte, uma amostragem bem significativa do sistema de ensino do nosso estado.

Este relatório será apresentado e discutido no Seminário sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, em Sergipe. Posteriormente, será levado à Conferência Nacional de Educação para Todos, em Brasília.

O Estado de Sergipe espera que o Plano Decenal de Educação para Todos não seja mais um projeto dentre outros que foram relegados ao esquecimento. Que essa luta gigantesca empreendida possa tirar a educação brasileira da lamentável situação em que se encontra e conferir ao nosso País, no cenário internacional, a posição que o seu povo merece em termos de educação.

CATEGORIAS DISCUTIDAS

01 - Acesso escolar

Problemas levantados

A universalização do ensino tem se constituído um entrave ao nosso sistema, persistindo o descompasso quantitativo entre oferta e a demanda de matrícula em todos os níveis. No Estado de Sergipe, no ano de 1993, o déficit no atendimento no pré-escolar foi de 63,23%, no 1º grau, 38,27% e no 2º grau, 87,50%. Isto porque os espaços físicos existentes são, em sua maioria, insuficientes, inadequados e, algumas vezes, mal localizados para o atendimento da pré-escola, ensino fundamental, 2º grau, educação especial e de jovens e adultos. Além deste, que se constitui como prioritário, outros obstáculos foram apontados, tais como:

- Baixo nível socioeconômico e cultural das famílias, levando-as ao descompromisso com a educação, forçando o ingresso precoce de seus filhos no mercado de trabalho.

- Carência de professores, notadamente no interior do Estado, sobretudo para as disciplinas especializadas do 2º grau, educação especial e supletiva, que impossibilita a expansão do ensino em todos os seus graus e modalidades.
- Dificuldade de deslocamento dos alunos, de suas comunidades de origem para outras onde existem escolas que oferecem o ensino de 1º grau completo e/ou 2º grau, a fim de iniciarem ou continuarem seus estudos.
- Desestímulo do jovem em freqüentar a escola, por falta de perspectiva de emprego, devido à insuficiência de opções de cursos profissionalizantes ou à má qualidade dos que são oferecidos.
- Alto índice de evasão e repetência, sobretudo no 1º grau menor, impedindo o acesso de novos alunos.

Propostas de solução

Considerando os problemas levantados, foram sugeridas as seguintes propostas que, se executadas, poderão reduzir o déficit de escolaridade no Estado:

- Construção de novas escolas e ampliação das já existentes, provendo-as dos recursos indispensáveis para o funcionamento satisfatório; ampliação do número de salas específicas para atendimento ao pré-escolar e à educação especial, com os devidos equipamentos; formação de turmas de jovens e adultos nas escolas existentes ou em espaços disponíveis na comunidade, funcionando, preferencialmente, no turno noturno, com currículo específico.
- Implantação de Núcleos Comunitários e Associações de Pais e Mestres, promovendo a sensibilização dos pais para a necessidade de educação dos filhos, com companhas através dos meios de comunicação, debates, reuniões contínuas e atos públicos; desenvolvimento de uma política de valorização e melhoria das condições socioeconômicas e culturais da população, gerando emprego através da criação de indústrias nas comunidades e de linhas de crédito para o pequeno produtor.
- Implantação de cursos de licenciatura no interior do Estado, através do sistema de parceria entre os poderes públicos estadual e municipal e Universidade Federal; oferta de cursos de capacitação de professores nas áreas de educação especial, pré-escolar e de jovens e adultos; realização de concursos públicos para o magistério; retorno do pessoal do magistério, requisitado por outros órgãos; melhor distribuição de professores para as zonas periféricas.
- Criação de um sistema de transporte para atender às comunidades carentes de unidades escolares.
- Implantação de cursos profissionalizantes de qualidade e condizentes com as realidades regionais.

02 - Ensino de qualidade (sucesso escolar e aprendizagem)

Problemas levantados

Considerando que muitos problemas apresentados no sucesso escolar e aprendizagem se confundem pela semelhança com que foram abordados, as duas categorias em questão foram agrupadas com a denominação de Ensino de Qualidade.

A grande maioria dos obstáculos vivenciados pelas escolas concentram-se nessa categoria, onde se percebe a gravidade da situação, que se traduz numa estatística estarrecedora em termos de insucesso do aluno, em virtude da deficiência do ensino e da aprendizagem, em sucessivas gerações escolares. Em 1992, 35,68% dos alunos matriculados no 1º grau foram reprovados e 20,79% evadiram-se da escola, com incidência maior nas séries iniciais.

Os motivos que os educadores apontaram como causas dessa realidade são, prioritariamente, os seguintes:

- Professores não habilitados ou mal qualificados, ou, ainda, descomprometidos com o exercício da função; prática docente fundamentada em métodos e técnicas obsoletos e inadequados, incluindo os de avaliação do desempenho escolar.
- Má distribuição das turmas, com salas superlotadas, classes multisseriadas e grande disparidade na faixa etária do educando; grande rotatividade na localização de professores, comprometendo a seqüência do currículo.
- Insuficiência e inadequação de recursos didáticos, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades docentes; livros didáticos inadequados, mal utilizados e que não chegam ao aluno em tempo hábil.
- Currículo incompatível com a realidade regional; falta de objetividade e integração do planejamento de ensino.
- Inexistência ou inoperância das equipes técnicas nas escolas, resultando na falta de acompanhamento e avaliação do desempenho do corpo docente.
- Carência de recursos humanos, físicos e materiais para o desenvolvimento das atividades recreativas, desportivas e culturais na escola.
- Desinteresse dos pais pela educação dos filhos, dificultando o trabalho da escola junto aos mesmos; afastamento dos alunos da sala de aula na zona rural, em função dos períodos do plantio e da colheita.
- Ineficiência na execução dos programas de assistência ao estudante, tais como: Merenda Escolar, Esporte e Lazer, Transporte e Saúde.
- Dificuldades no relacionamento entre professor/aluno, interferindo negativamente no rendimento escolar.
- Necessidade de implantação e/ou implementação de projetos especiais e intensificação de atividades extra-classe, para subsidiarem a prática pedagógica na escola.

Propostas de solução

Para reverter, nesses dez anos, o quadro de má qualidade do ensino público, reduzindo os altos índices de evasão e repetência e proporcionando um melhor padrão de aprendizagem que leve ao sucesso escolar, os participantes do debate sugeriram as seguintes alternativas:

- Criação de núcleos de extensão da Universidade Federal de Sergipe no interior do Estado, proporcionando oportunidades de oferta de cursos de Licenciatura nas diversas áreas de ensino; revisão crítica dos cursos de formação para o magistério, visando a sua reformulação; conscientização para o desenvolvimento da auto-avaliação e autovalorização do professor e do seu trabalho, através de encontros pedagógicos

regulares; atualização e melhoria da prática docente, mediante a capacitação continuada, visando a aplicação de novas técnicas e métodos de ensino; análise e reformulação dos critérios de avaliação e promoção, priorizando-se os aspectos qualitativos do processo ensino-aprendizagem, possibilitando a observação do progresso real do aluno.

- Atendimento aos dispositivos legais no que concerne à quantidade mínima de alunos por turma, ampliando o espaço físico, se necessário; composição de turmas observando-se a faixa etária do educando no ato da matrícula; abolição gradativa das turmas multisseriadas, através de: ampliação do espaço físico nas escolas e admissão de professores, ou integração das redes municipal e estadual; estabelecimento de critérios para remoção de professores e comprometimento dos dispositivos legais sobre cessão de pessoal.

- Aquisição e distribuição de material didático-pedagógico de boa qualidade e em quantidade suficiente, sobretudo com referência ao livro didático, assegurnado a sua chegada à escola em tempo hábil; treinamento para utilização do livro didático, respeitando a escolha do mesmo, feita pelos professores; associação do conteúdo do livro à realidade regional.

- Reformulação dos currículos e programas escolares, redefinindo conteúdos de acordo com as peculiaridades locais; elaboração de um planejamento de ensino integrado, voltado para a realidade da escola.

- Criação de equipes técnicas das unidades que não as possuem; assessoramento técnico-pedagógico e acompanhamento sistemático às equipes escolares pelas Diretorias Regionais, Órgãos Municipais de Educação e direção da escola; avaliação contínua do desempenho do professor pelas equipes técnico-pedagógicas e diretiva, através de reuniões periódicas ou outros mecanismos específicos.

- Ampliação das unidades escolares, criando espaços destinados à sala de leitura, biblioteca com acervo atualizado, quadras de esportes, áreas de recreação e lazer, suprindo-as de equipamentos e materiais específicos e de recursos humanos qualificados.

- Realização de encontros e de reuniões mensais entre pais e mestres, objetivando a sensibilização das famílias e seu interesse pela tarefa educativa da escola; regionalização do calendário escolar de acordo com as necessidades locais.

- Regularização na distribuição da merenda, observando o calendário escolar, a qualidade e a quantidade suficiente para todos; implantação de programas de hortas comunitárias e construção de refeitórios nas unidades escolares; descentralização do Programa da Merenda Escolar para as administrações estaduais e municipais; criação e/ou implementação de programas de assistência à saúde do educando, na própria escola ou através de convênio com postos de saúde.

- Realização de cursos de relações humanas para os docentes, a fim de minimizar os problemas de relacionamento com os alunos.

- Criação de uma infra-estrutura que possibilite um melhor desenvolvimento dos projetos especiais, integrando as redes oficiais de ensino; admissão de pessoal capacitado, a fim de facilitar o trabalho; criação de um sistema de transporte, onde grupos de escolas na mesma comunidade disponham de um ônibus para a realização de atividades extraclasse.

03 - Valorização do magistério

Problemas levantados

Com a expansão da rede de ensino público, verifica-se que, embora o número de professores habilitados venha aumentando gradativamente, observa-se, ainda, um comprometimento da qualidade de seu desempenho em virtude da inexistência de uma política de valorização do magistério. No Estado de Sergipe, 32% dos professores ainda não são legalmente habilitados, concentrando-se este porcentual no interior, sobretudo na zona rural. Os obstáculos que tolhem a qualidade de desempenho dos docentes são percebidos desde a sua formação inicial, acentuando-se com os salários irrisórios que vêm percebendo. Os educadores sergipanos priorizam nesta categoria os seguintes problemas:

- Deficiência dos cursos de formação para o magistério em nível médio e superior; despreparo e desatualização de professores; existência de leigos exercendo a função de professor.
- Falta de incentivo do profissional do magistério, em virtude de baixos salários, sobrecarga de trabalho, inexistência de calendário de pagamento, falta de uma política de interiorização do magistério, diversificação de disciplinas para o mesmo professor, inclusive diferenciadas das de sua área de formação, e falta de um plano de carreira.
- Desatualização do Estatuto do Magistério Público Estadual e ausência do mesmo em vários municípios, prejudicando a categoria no decorrer de sua carreira profissional.
- Necessidade de maior união e organização da classe, na luta pela sua valorização e pela qualidade do ensino.
- Inexistência de campos de estudo e pesquisa para o professor nas diferentes áreas de ensino.

Propostas de solução

Diante do que foi exposto, urge uma política de engajamento entre os diversos segmentos da sociedade e compromisso político para reverter a situação dramática em que se encontram os profissionais do magistério, partindo-se, inclusive, de sua autovalorização. Este tema foi exaustivamente discutido durante o debate, chegando-se às seguintes propostas:

- Estudo crítico dos cursos oferecidos pelas agências formadoras de profissionais do magistério, visando à melhoria de sua qualidade; promoção de cursos de capacitação de recursos humanos, através de treinamentos, atualização, perfeiçoamento, especialização e habilitação para os professores leigos; intercâmbio entre o Estado e o Município para facilitar a participação dos professores em cursos de capacitação, oferecendo-lhes transporte e alimentação ou ajuda de custos.
- Maior interesse do poder político em resolver os problemas da classe, a fim de resgatar a sua dignidade profissional; estabelecimento de um plano de cargos, salários e carreira, condigno com a função social do magistério, definindo um piso salarial para a categoria; implantação de um plano de interiorização, proporcionando incentivos salariais aos professores que se deslocam da capital para o interior, sobretudo para a zona rural; estímulo ao aperfeiçoamento constante, através da concessão de gratificação por títulos adquiridos; estabelecimento de critérios para concessão de dedicação exclusiva; implantação de vale-transporte no interior do Estado e do vale-refeição; distribuição da carga horária do professor, obedecendo aos seus direitos de

horas/aulas, horas de coordenação, horas de estudo na escola e redução; atuação do professor de acordo com sua área de formação; formulação e cumprimento do calendário de pagamento do salário dos professores de toda a rede pública.

- Aprovação imediata do novo Estatuto do Magistério Público Estadual e elaboração do mesmo nos municípios que ainda não o possuem.
- Organização da representação sindical em nível de município; filiação e participação dos professores nos sindicatos já existentes.
- Fomento à realização de estudos, experiências e pesquisas, através de bibliotecas públicas, núcleos de estudo e laboratórios, em parceria estado/município.

04 - Gestão escolar

Problemas levantados

Os entraves que interferem na educação são também decorrentes da ineficiência da gestão educacional, que enfraquece a escola como instituição básica do processo ensino-aprendizagem, uma vez que o poder decisório concentra-se em instâncias bem distantes da prática escolar, tolhendo a sua autonomia administrativa e pedagógica. Estes entraves foram especificados pelas escolas e se constituem, fundamentalmente, de:

- Interferência da política partidária na política educacional, contribuindo para uma administração escolar deficiente, resultando em diretores escolares desqualificados para o cargo e descomprometidos com a produtividade do ensino; período prolongado da gestão escolar; excesso de diretores na escola; assistencialismo e clientelismo no ato da matrícula, bem como nas remoções de servidores.
- Falta de autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola.
- Autoritarismo da equipe diretiva; falta de integração com os funcionários da escola, gerando relações conflituosas em seu ambiente; inexistência de Conselho Escolar.
- Excesso de burocracia, que impede a reforma de prédios escolares nos períodos de recesso e de férias e a chegada de equipamentos e recursos materiais, inclusive do instrumental de registro de vida escolar, em tempo hábil.
- Ausência de uma linha norteadora que envolva todos os segmentos da escola, direcionando-a para uma melhor produtividade.
- Falta de integração entre os órgãos da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e destes com os do município.
- Necessidade de envolvimento dos alunos e da comunidade escolar nas ações educativas.

Propostas de solução

Um reordenamento da gestão educacional, com redefinições das funções, competências e responsabilidades nas diferentes instâncias do sistema, será o caminho mais curto para se chegar a uma gestão eficiente e eficaz, desde que haja uma garantia de sustentação de mecanismos próprios para lhe dar continuidade e consistência. As alternativas para solucionar os problemas relativos à gestão foram as seguintes:

- Estabelecimento de critérios na escolha dos diretores das unidades de ensino, tais como: nível de formação, compromisso com a educação e experiência profissional; concursos públicos; eleição direta, com a participação da comunidade escolar; delimitação de um período máximo para a administração de cada escola; redução do número de pessoas nas equipes diretivas, considerando a matrícula da escola; reformulação e cumprimento dos critérios para remoção de professores e matrícula de alunos; acompanhamento e avaliação sistemática do desempenho dos diretores, pelas Diretorias Regionais e Órgãos Municipais de Educação.

- Descentralização das ações dos órgãos centrais da educação, garantindo a autonomia das unidades escolares.

- Criação de Conselhos Escolares devidamente regulamentados, para democratizar a administração da unidade; reciclagem para os dirigentes, especialmente na área de relações humanas; promoção de eventos na escola, que contribuam para a socialização.

- Aplicação total e efetiva dos recursos orçamentários destinados à educação, para aquisição e manutenção dos equipamentos e materiais necessários e indispensáveis para o bom funcionamento da escola; garantia de uma autonomia financeira e administrativa da escola para reduzir a burocracia e agilizar a aquisição de materiais de primeira necessidade; executar a reforma de prédios escolares no período de férias e de recesso, a fim de não comprometer o ano letivo.

- Elaboração de um projeto pedagógico coletivo da escola.

- Maior entrosamento entre todos os Departamentos da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, repassando as suas decisões às Divisões, Diretorias e escolas; trabalho em parceria entre as redes estadual e municipal, com promoção de encontros pedagógicos para detectar problemas, sugerir possíveis soluções e trocas de experiências;

- Criação de grêmios estudantis e associações de pais.

05 - Relacionamento com a comunidade

Problemas levantados

As comunidades escolares vêm, nestes últimos decênios, demonstrando real desinteresse pela escola pública, esquivando-se em assumir com a mesma os seus problemas na tentativa de, juntas, buscarem alternativas de solução em prol da produtividade do ensino. A escola se isola da comunidade e esta não se considera um seu segmento. Com isso, aumenta o descrédito das famílias com o trabalho escolar, conduzindo até mesmo a situações conflituosas entre ambas. Dentre os motivos que provocam esse afastamento e essa desarmonia, pode-se evidenciar;

- Distanciamento entre o trabalho da escola e os interesses da comunidade.

- Falta de esclarecimento da comunidade em decorrência do analfabetismo.

- Insegurança na escola e suas imediações; depredação do seu patrimônio provocada por elementos da própria comunidade.

- Não atendimento à demanda, levando os alunos a se matricularem em outras comunidades, à procura, sobretudo, de cursos do 2º grau.

Propostas de solução

O aprimoramento do ensino-aprendizagem é obtido, também, pelo bom relacionamento da comunidade escolar, que estimula, crítica e participa da tarefa educativa. Cabe à escola desencadear o processo de integração com as famílias da comunidade, para fortalecer a luta por um ensino de qualidade, através de:

- Criação de Associação de Pais, atuante e devidamente regulamentada; instituição de programas, tais como campanhas de conscientização e eventos desportivos, para sensibilizar e despertar o interesse da comunidade pela escola, contando, para isso, com o apoio dos meios de comunicação; promoção de palestras sobre temas de interesse geral.

- Promoção de cursos de alfabetização para adultos, com metodologia específica e atrativa.

- Conscientização da comunidade sobre a importância da conservação do patrimônio público e criação de mecanismos de proteção e segurança, tais como policiamento e sinalização de trânsito nas proximidades da escola.

- Ampliação da rede física, após realização de estudo sobre a população escolarizável da comunidade e levantamento do seu mercado de trabalho, para oferta de cursos profissionalizantes em nível de 2º grau.

06 - Cidadania na escola

Problemas levantados

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, baseada na Constituição do País, prevê o direito de todos à educação, independente de raça, convicções religiosas, filosóficas ou políticas. Embora não haja, oficialmente, o preconceito no Brasil, as discriminações existem em toda a sociedade, refletindo-se na escola, que se ressente de um ambiente onde todos se sintam como irmãos, que têm os mesmos deveres e gozam dos mesmos direitos.

Foram os seguintes os obstáculos apontados neste sentido:

- Discriminação de alunos e profissionais da educação por questões de raça, credo, opção política, classe social e deficiências físicas.

- Indiferença da escola em formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

- Falta de consciência crítica do professor, desestimulando os alunos a refletirem sobre a importância do seu papel na sociedade.

Propostas de solução

Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a educação tem por finalidade o respeito à dignidade e aos direitos do ser humano.

Condena a desigualdade social e os preconceitos e preconiza o preparo do indivíduo com o desenvolvimento integral de sua personalidade como ser participativo na obra do bem comum. Para que a escola cumpra a lei e concretize a sua finalidade, faz-se mister:

- Conscientização da comunidade escolar sobre o direito de todos à educação, através de promoção de eventos, na unidade escolar, que ressaltem a importância de cada ser humano, independente de cor, situação social, convicções políticas e religiosas, entre outras; denúncia de discriminação no ambiente escolar, pelos professores, alunos e pais, aos órgãos competentes.

- Divulgação, entre os integrantes da escola, de documentos como Regimento Escolar e Estatuto da Criança e do Adolescente, incentivando-os a cumprirem seus deveres e cobrarem seus direitos; utilização de textos que levem os alunos a assumir uma postura crítica diante de sua realidade; promoção de debates sobre temas sociais de interesse estudantil que estimulem o exercício da cidadania.

- Auto-avaliação do docente para resgatar seu papel de educador e de transformador da sociedade.

07 - Financiamento da educação

Problemas levantados

O Sistema Educacional Brasileiro vem demonstrando incapacidade de conduzir o processo de financiamento do ensino, em decorrência da dispersão e ineficiência na alocação e gestão dos recursos destinados a investimentos para operar e manter as unidades escolares. Por esta razão, os problemas se acumulam, e os educadores sergipanos apontam, dentre outros:

- Má aplicação e/ou desvio dos 25% do orçamento da União destinados à Educação.

- Defasagem no recebimento dos recursos oriundos do MEC.

- Centralização dos recursos destinados à Educação.

Proposta de solução

Assegurar que os porcentuais mínimos da Dotação Orçamentária da Receita Tributária da União, dos Estados e dos Municípios sejam, obrigatoriamente, utilizados na educação, com controle de sua aplicação, certamente irá provocar mudanças benéficas na produtividade do ensino, especialmente se esses recursos forem gerenciados, também, pelas instituições educacionais. Para reduzir os obstáculos referentes à questão, foi proposto o que se segue:

- Cumprimento do cronograma financeiro da Secretaria de Educação e do Desporto, visando assegurar em tempo hábil a aplicação de recursos destinados à educação.

- Aplicação criteriosa das verbas destinadas à educação, com controle rigoroso e sistemático dos órgãos financiadores.

- Garantia de autonomia administrativa e financeira das unidades de ensino, mediante rigorosa prestação de contas e supervisão dos órgãos competentes.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este relatório não poderia ser concluído sem deixar de registrar alguns fatos relevantes ocorridos antes e durante o debate, que merecem ser destacados para ressaltar os meca-

nismos que foram utilizados para a sensibilização de uma comunidade descrente, em virtude do insucesso de planos anteriores, tornando-se necessária uma campanha de motivação para envolvê-la no trabalho. Para isso, houve uma ampla divulgação através de fitas de sensibilização, mensagens em contas telefônicas, chamadas, entrevistas e reportagens nos meios de comunicação, envolvendo a imprensa falada, escrita e televisada.

Foram realizadas reuniões com diretores e técnicos das diretorias regionais e órgãos municipais de educação e diretores de escolas para a apresentação do instrumental a ser utilizado e da metodologia a ser desenvolvida no decorrer das discussões, tendo como base o roteiro-sugestão proposto pelo MEC. Um texto da Comissão Operacional (anexo) serviu de mensagem introdutória para a abertura dos trabalhos, não só nas reuniões ocorridas, como, também, nas discussões das escolas.

Nas diretorias de educação, outras reuniões foram realizadas com a mesma finalidade, sendo confeccionados cartazes ilustrativos e faixas, numa demonstração visível de interesse em conferir seriedade ao trabalho. Na DRE 02 foi transmitida, com reprise, durante todo o dia 14, na sede da diretoria, para todos os servidores, a chamada do Ministério da Educação para o debate sobre o Plano Decenal. Essa diretoria proferiu uma série de palestras em alguns municípios, objetivando mobilizá-los, previamente, para o trabalho.

Participaram representantes dos diversos segmentos da sociedade. Em Tobias Barreto, formou-se um colegiado para acompanhamento das atividades do dia do debate, integrado por representantes do Conselho Titular do Menor, Fundação Banco do Brasil, emissoras locais, Pastoral da Igreja, SINTESE, Secretaria Municipal de Educação, além de representantes de escolas particulares, instituições filantrópicas, Associação Comerciária e da área de saúde. O referido município concentrou aproximadamente 500 pessoas no pátio da Escola de 1º Grau Abelardo Barreto do Rosário, quando da abertura do evento, sendo posteriormente distribuídas em pavilhões previamente reservados.

A Comissão Operacional se fez presente às escolas no dia do debate, acompanhando as discussões e observando a forma como o trabalho estava sendo desenvolvido, colhendo depoimentos estarrecedores, onde se evidenciou todo o descrédito dos educadores e de pais de alunos pela escola pública, pela Secretaria de Educação e, sobretudo, pela classe política.

O movimento sindical, liderado pelo SINTESE, mobilizou a categoria dos profissionais do magistério, a fim de que, em sinal de protesto contra as arbitrariedades cometidas com os professores, esses não sugerissem propostas de solução para os problemas apresentados. Como resultado, sobretudo em Aracaju, esse movimento provocou polêmicas, demonstrando com isso o grau de revolta de toda uma classe.

O dia do debate sobre o Plano Decenal foi um acontecimento marcante na história da educação sergipana, pela forma como envolveu a escola e a comunidade em todos os recantos do estado, dentro das possibilidades e realidades de cada Região.

Que esse esforço conjunto não tenha sido em vão!

Estado de Sergipe

Secretaria de Estado da Educação e do Desporto

MENSAGEM

Certamente você já participou de outros eventos semelhantes a esses, e hoje, um tanto descrente, se questiona: para que mais um dia de debates sobre educação?

Essa é mais uma tentativa de mudar. De encontrar um caminho para uma educação mais eficiente e eficaz. Ela é resultante de um compromisso assumido pelo Brasil diante do mundo, para esses próximos dez anos: erradicar o analfabetismo, dar escola de qualidade a todas as suas crianças e resgatar a dignidade profissional dos professores, problemas que desafiam os brasileiros década após década.

Será válido tentar mais uma vez? Acreditamos que, dentro de cada um de nós educadores, ainda há um lampejo de esperança que nos levará a participar ativamente desse debate, através da crítica honesta, do levantamento das dificuldades existentes e das propostas alternativas apresentadas, que, por certo, evidenciarão o seu grau de comprometimento na busca de soluções para os graves problemas que dificultam o processo ensino/aprendizagem em nossas escolas.

É essa chama de esperança que nos impulsionará sempre no sentido de dar às nossas crianças uma educação mais efetiva, um ensino de melhor qualidade.

Por isso **reflita**, **participe** e **colabore** com esse esforço conjunto que mobiliza hoje a nação brasileira.

Com base na leitura do Plano Decenal de Educação para Todos e do roteiro para o trabalho da escola fornecido pelo MEC, procure identificar a situação de sua escola, levantando os problemas que interferem na sua melhor produtividade e propondo alternativas de solução, dentro das orientações metodológicas apresentadas.

No final dos trabalhos, a escola deverá elaborar o seu relatório-síntese, onde constarão as suas metas, definidas em consonância com o Plano Decenal de Educação para Todos do Estado de Sergipe.

CONCLUSÃO

"A mobilização de educadores, pais, alunos e líderes comunitários para um debate nas escolas representou o início de uma nova maneira de se fazer política educacional, permitindo a todas as pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao sistema educacional, a possibilidade de participar de um diagnóstico da educação." (DRE 04).

"O debate oportunizou uma tomada de consciência para a necessidade premente de expansão da ação educativa além dos muros escolares, ampliando-a para a vida, mediante uma ação efetivamente integradora da escola com a família e com a comunidade na qual está inserida." (DRE 02).

Os obstáculos foram evidenciados. Cumpre ressaltar que, por ocasião do debate, 45 escolas da rede estadual, predominantemente de Aracaju, numa atitude de descrédito e em reação aos desmandos administrativos, elencaram os problemas existentes mas se omitiram na apresentação das propostas.

"É lamentável o descaso dos governantes, a falta de envolvimento dos educadores e das famílias, a precariedade das escolas e a desvalorização dos profissionais do magistério." (DRE 08).

Para se reverter esse panorama caótico, impõe-se como prioridade a consolidação de alianças e parcerias para a implantação do Plano Decenal, entre a Secretaria de Estado da

Educação e do Desporto e as secretarias municipais de educação, a Universidade Federal de Sergipe, os sindicatos de trabalhadores da educação e outros órgãos representativos da sociedade civil e religiosa.

"Espera-se que as propostas e sugestões apresentadas sejam levadas a sério e que os educadores e a sociedade tenham a oportunidade de participar do processo como agentes reivindicadores e fiscalizadores das ações norteadoras do Plano Decenal, tanto em seus aspectos quantitativos quanto nos qualitativos.

"As constatações foram feitas.

"A consciência em relação aos problemas da educação ganhou nova dimensão.

"A comunidade foi mobilizada.

"Agora só resta agir." (DRE 04).

"Se isso não acontecer, será mais um plano a ser guardado juntamente com nossas esperanças." (DRE 01).

(trechos extraídos dos relatórios-síntese das diretorias regionais de educação)

Colegiado Estadual

Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SEED

Dr. Dilson Menezes Barreto - Presidente

Assessoria de Planejamento - ASPLAN

Profª Maria Izabel Siqueira Santos

Departamento de Educação - DED

Profª Ana Maria Andrade Galvão

Departamento de Recursos Humanos - DRH

Profª Maria Emilia dos Reis

Departamento de Inspeção Escolar - DIES

Profª Selma Maria Amorim Mota Santos

Departamento de Apoio ao Sistema Educacional - DASE

Profª Alaide de Menezes Tavares

Diretoria de Educação de Aracaju - DEA

Profª Leilah Pinto Coelho

Universidade Federal de Sergipe - UFS

Profª Judite Oliveira Aragão

União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME

Profª Celina de Oliveira Novaes Pinto

Delegacia Regional do MEC

Profª Maria Antônia Tânia Almeida Lopes

Prof. José dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores de Educação - SINTESE

Profª Ana Lúcia Vieira Menezes

Conselho Estadual de Educação - CEE

Profª Cléa Maria Brandão Mendes

Conselho Municipal de Educação de Aracaju - COMEA

Profª Maria de Lourdes Cardoso

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Sergipe - OAB

Dr. José Rosa de Oliveira Neto

Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de Aracaju -SINDIPEMA

Profª Gilnete Cardoso

Comissão Operacional

Assessoria de Planejamento - ASPLAN

Profª Laura Maria Ribeiro Marques - Coordenadora

Profª Marilene Almeida Barreto

Departamento de Educação - DED

Profª Ana Gardênia Felizardo de Souza

Departamento de Recursos Humanos - DRH

Profª Eliane Pinheiro Ribeiro dos Anjos

Profª Maria Leonor Araújo Melo

Departamento de Inspeção Escolar - DIES

Profª Joventina Almeida Nascimento

Profª Maria Neide Santos Mendes

Departamento de Apoio ao Sistema Educacional - DASE

Profª Cenira Bezerra dos Santos

Diretoria de Educação de Aracaju - DEA

Profª Noemi dos Santos

Diretoria Regional de Educação nº 8 - DRE 08

Profª Antonia de Oliveira Soares

Plano Decenal de Educação para Todos
Relatório-Síntese*

REGIÃO NORDESTE

APRESENTAÇÃO

O presente documento é o instrumento democrático produzido pelos nove estados nordestinos, através dos seus planos decenais, reunidos nos dias 11 e 12 de agosto de 1994, em Natal/RN, a ser encaminhado à Conferência Nacional de Educação para Todos. Sintetiza e consolida eixos de política educacional e proposições de mudanças qualitativas no âmbito de educação básica, no decênio 1993 a 2003.

O seu conteúdo expressa prioridades e alternativas estratégicas para enfrentar e superar os graves problemas que se reproduzem há décadas no sistema educacional da Região.

O desafio lançado pelo Ministério da Educação e do Desporto/MEC, por mudanças concretas em todos os níveis da educação brasileira, vem sendo amplamente atendido, através do debate das questões da educação, por vários segmentos organizados da sociedade civil.

Oferecer uma educação gratuita e de boa qualidade a todas as crianças e adolescentes, até o ano 2003, é um grande compromisso do governo brasileiro via implementação do Plano Decenal de Educação para Todos.

O sucesso do plano depende do real comprometimento dos governos federal, estaduais e municipais, como também do envolvimento das famílias e de outras instituições da sociedade.

Cabe a todos garantir a qualidade e a universalização do ensino, resgatando, assim, os direitos constitucionais do cidadão brasileiro, como também a esperança para a retomada do desenvolvimento nacional sob novos valores e perspectivas.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste caracteriza-se por apresentar o menor índice de desenvolvimento relativo no Brasil.

Quando se fala em estatística na área da educação e saúde, os dados do IBGE são alarmantes e indicam, sobretudo, a precariedade das condições de vida da infância no Brasil.

Com um dos piores desempenhos entre os países do Terceiro Mundo, no que diz respeito à pobreza e à distribuição de renda, o Brasil chega a surpreender quando, ainda em 1990, no limiar do século XXI, 53,5% das crianças e adolescentes vivem em famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassa meio salário mínimo. Em número absoluto, esse percentual chega a 32 milhões de pessoas.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.405-419, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Como as diferenças regionais são ainda mais contrastantes, os números revelam que a proporção de crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza no Nordeste é de 77,5%, quase o dobro da Região Sudeste, que é de 38,5% (dados de 1990). O Nordeste apresentava naquela ocasião 16 milhões de pobres, enquanto que o Sudeste, 9 milhões.

Em relação à saúde, o Brasil ocupa o 67º lugar no que se refere à mortalidade infantil; 30% das crianças brasileiras apresentam algum grau de desnutrição e 15%, desnutrição crônica. O índice aceito internacionalmente é de 3%.

O número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza absoluta aumentou de 29,5 para 39,2 milhões, sendo que, destes, 56% estão concentrados na Região Nordeste e nas regiões metropolitanas. Tal situação favoreceu formas clientelistas de condução do sistema político e da administração pública.

Em 1989, 17% do total das crianças de 7 a 14 anos não freqüentavam a escola. Em 1990, 19,4% das crianças de 7 a 14 anos não freqüentavam a escola. No Nordeste essa situação era ainda mais grave, chegando a 26% o índice de crianças não escolarizadas naquela faixa etária.

Em 1990, 7,5 milhões de crianças e adolescentes dos 10 aos 17 anos trabalhavam e representavam 11,8% da população economicamente ativa e, desses, 40% estavam na faixa dos 10 aos 14 anos.

A acentuação das desigualdades refletiu-se também nas condições de acesso à escola e de extensão da escolaridade.

Os índices educacionais do Nordeste, inferiores à média nacional - e reflexo do quadro econômico -, reforçam as diferenças regionais. O nível médio de escolaridade da população é de pouco mais de 3 anos;

A taxa nacional média de analfabetismo é de 19% e a do Nordeste atinge 39%, sendo que 76% da população tem 4 anos ou menos de escolaridade.

A taxa de escolarização no Nordeste é acima de 70%, enquanto que a taxa nacional se aproxima de 87%.

Ainda permanecem sem oportunidades de acesso ao ensino fundamental 3,5 milhões de crianças brasileiras na faixa de 7 a 14 anos.

CONCEPÇÕES DE UMA POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os novos desafios da modernidade e do desenvolvimento emergentes na conjuntura histórica brasileira, neste final de século, refletem as marcas da cultura, da crise do modelo econômico-social e do direcionamento que ele assume em face das tendências da produção, da acumulação e do consumo, ou seja, da qualidade de vida da população.

Análise realizada em relação à Região Nordeste aponta que os mecanismos que estão possibilitando a modernização dos setores básicos de sua economia foram gerados pela concentração de renda. Isto provocou deterioração das condições de vida da população e um excedente de mão-de-obra não absorvido, constituído, em sua maioria, por pessoas de pouca ou nenhuma qualificação, vitimadas por elevado índice de desemprego, de subemprego, de trabalho precário, e em condições de baixa remuneração.

Nesse movimento, as perspectivas futuras de mudanças dependem do novo paradigma tecnológico e das novas formas de organização do trabalho, que, por sua vez, demandam um

reordenamento político de normas, processos de instituições gestoras e relações sociais, dos conflitos e tensões a elas inerentes e que criam as condições viabilizadoras de um novo modelo de desenvolvimento.

As tendências atuais apontam para a possibilidade real de construção da cidadania, de participação dos segmentos organizados da sociedade na decisão dos seus destinos e do aperfeiçoamento do processo democrático. Isso implica disputa por demandas de poder, saber e educação centrados em padrões de qualidade; gera também prioridade básica pela definição e formulação de políticas públicas sociais, nas quais devem estar colocados os esforços, investimentos, assunção de compromissos, a competência e as parcerias das instâncias federal, estadual e municipal.

A educação, enquanto relação que se desenvolve e se reproduz no âmbito das contradições emergentes da estrutura social, econômica e da tradição cultural, carrega as marcas das desigualdades, discriminações e injustiças sociais evidentes no País, num dado momento histórico.

A escola brasileira e, de modo particular, a do Nordeste tem demonstrado com clareza a relação bipolar entre a escola e seus usuários. Para a clientela rica e proveniente das camadas médias da população, ela é privada e, em conseqüência, apoiada por um conjunto de estímulos extra-escolares, mobilizado pela família com vistas ao sucesso. Para a maioria da população notadamente pobre e miserável, a escola é pública e, contraditoriamente, deficiente, improdutiva e sem qualidade, uma vez que as famílias de baixo nível socioeconômico estão impossibilitadas de assumir ações específicas da escola.

O analfabetismo tem marcado a história educacional brasileira como um dos sintomas das relações de desigualdades entre os segmentos que compõem a sociedade.

Destaque-se, também, o aparente grau de impotência da escola em redirecionar o seu trabalho pedagógico para o sucesso escolar das crianças e adolescentes que a freqüentam, considerando a sua condição de vida. À medida que se promove a exclusão contínua do aluno da escola, esquece-se que se está reforçando o preconceito com a pobreza, imputando-lhe a responsabilidade pelo seu próprio destino, dissociando sua condição de vida do quadro econômico-social caótico que se abate sobre o Brasil, com impacto no interior da escola e, sobretudo, no ato pedagógico. É imperativo ultrapassar, até o início do terceiro milênio, a dicotomia entre a modernidade técnica e a modernidade ética, no dizer de Buarque (1993), as barreiras do analfabetismo, da improdutividade e a incompetência da escola, das desigualdades entre pobreza e riqueza.

O Plano Decenal, além de estar voltado para a concretização do preceito constitucional de universalização da educação básica, nos próximos dez anos, é mais uma tentativa do poder público de intervenção nas formas de relações sociais e institucionais criadas.

A necessidade de alfabetizar continua impondo-se, para que os indivíduos possam participar das decisões e contribuir para a construção de uma nova ordem social.

Uma política educacional que priorize a educação básica é a única alternativa para a eliminação futura de programas especiais de alfabetização para jovens e adultos.

A gestão democrática deve concentrar esforços e recursos em aspectos que afetam o cotidiano, a rotina do professor, remuneração, apoio técnico, profissionalização, infra-estrutura organizacional e administrativa da escola. Ao mesmo tempo, desenvolver esforços assegurando a escolarização, até 2003, para todas as crianças, jovens e adultos.

Finalmente, faz-se imprescindível a formulação de políticas conscientes e efetivamente comprometidas com:

- concepção de cidadão, enquanto sujeito de sua história e agente construtor de sua realidade, participando e reivindicando condições dignas de vida;

- concepção de sociedade, como um grupo de pessoas que buscam realizações coletivas e individuais, dentro do contexto histórico, interagindo e exercitando a cidadania na participação, reflexão e decisão, com o objetivo de construir um mundo mais justo;

- educação como base para a formação do cidadão, viabilizando ações que favoreçam a independência, a auto-expressão, o senso crítico é a construção do seu saber, fomentando princípios de solidariedade, justiça, verdade, cooperação e ética;

- escola, espaço de produção e transmissão do saber sistematizado, que tem como função promover, de forma intencional, o desenvolvimento integral do educando, visando recuperar a ação pedagógica.

EIXOS PROGRAMÁTICOS E PROPOSIÇÕES

1 - Expansão e reorganização da rede física (acesso)

Entende-se por acesso à escola as chances ou oportunidades educacionais que a população de crianças, jovens e adultos têm de freqüentar a escola básica, pelo menos no que se refere às oito séries do ensino fundamental.

O atendimento à população não se distribui de forma homogênea. Registra-se a expansão da escolarização das crianças menores de 7 anos, tanto na área urbana quanto na rural, sendo mais concentrada na zona urbana.

No que diz respeito ao ensino fundamental, a Região registrou uma nítida tendência de expansão nos últimos anos, na faixa etária de 7 a 14 anos, o que, em termos porcentuais, variou entre 48% e 88%.

A discussão, em nível de escola, na fase de consolidação do Plano Decenal de Educação para Todos, evidenciou a preocupação que a escola pública e segmentos da sociedade civil possuem quanto à questão do acesso à escola, através da identificação de dificuldades e de propostas de ação para os problemas identificados.

Embora seja expressiva a expansão da rede física estadual e municipal da Região, considera-se que o parque escolar no Nordeste é ainda muito precário, devido, sobretudo, à má distribuição e localização da rede. A insuficiência de infra-estrutura adequada e a falta de racionalização da matrícula contribuem ora para superlotação, ora para sublotação em milhares de escolas.

É comum, ainda, nos novos estados da Região, segundo o mesmo diagnóstico, a escassez de dependências auxiliares para o desenvolvimento da prática escolar, a insuficiência de áreas destinadas à educação física e ao lazer, à armazenagem e preparo da merenda escolar e a inexistência das redes de água e energia elétrica, nas escolas rurais.

Isso posto, conclui-se que será preciso que os governos estaduais e municipais, com o apoio do governo federal e da sociedade civil organizada, intensifiquem os esforços para alcançar, até o ano 2003, a universalização da educação infantil e do ensino fundamental.

Propostas

A comunidade escolar estadual e municipal, apoiada por segmentos da sociedade civil, apresentou propostas que integraram a maioria dos planos dos estados do Nordeste:

- Ampliação do parque escolar, mediante planejamento integrado da rede física, abrangendo creche, pré-escola, ensino fundamental e médio.
- Censo escolar periódico, com publicação imediata dos resultados para utilização gerencial.
- Realização de projetos especiais que atuem diretamente na escola e na comunidade.
- Realização anual da chamada escolar.
- Implantação e/ou implementação do programa de transporte escolar.
- Adequação do calendário escolar à realidade do município.
- Desenvolvimento de programas de atenção integral às crianças e adolescentes.
- Utilização de recursos de tecnologia a distância em áreas com carência de recursos humanos especializados.
- Garantia de espaços e serviços para o atendimento, com qualidade, de crianças de 0 a 6 anos.
- Regularização e regionalização da merenda escolar, de forma que os alunos possam ser atendidos nos 3 turnos.
- Manutenção sistemática do parque escolar da rede pública.

2 - Sucesso escolar/aprendizagem

O sucesso escolar, *a priori,* não se dá apenas pela universalização do ensino público, isto é, numa ação de caráter apenas quantitativo. De pouco adiantaria essa garantia de superação do déficit escolar, permanecendo as questões impeditivas de construção da qualidade. Este é, sem dúvida, o cerne da questão da escola pública nos dias atuais.

A universalização traz, no seu bojo, aspectos estruturais da gestão, do currículo, das relações pedagógicas, das remunerações, da formação da cidadania, componentes indissociáveis da construção da democracia.

Por isso, à escola não cabe apenas ensinar a ler as letras, mas, acima de tudo, desenvolver um processo de alfabetização que deve propiciar a crianças, jovens e adultos o ler e compreender o seu meio e o mundo, numa perspectiva dialética de construção de saber.

A escola registra, no seu processo ensino-aprendizagem, altos índices de repetência e evasão, além de elevado índice de despreparo profissional. Por isso, diante da necessidade de criar coletivamente novas formas de intervir na realidade, considera-se oportuno consignar os esforços que se têm desenvolvido nesta direção na Região Nordeste, relatando alguns dos programas e projetos que apontam para um novo horizonte:

- programa de alimentação escolar, que consiste no fornecimento de refeições diárias da pré-escola e do ensino de 1º grau, como forma de complementar a alimentação dos alunos em 15% das suas necessidades nutricionais diárias;

- reestruturação e organização do parque escolar através da metodologia do planejamento da rede;

- esforço progressivo para extinguir o turno intermediário em todas as escolas da rede pública;

- pesquisa de avaliação do ensino básico, analisando formas de gestão, perfil e a prática do professor, rendimento dos alunos e custo de funcionamento das escolas;

- projetos voltados para a consciência do exercício da cidadania, tais como: atenção integrada à criança e ao adolescente, projetos Menino de Rua, oficinas populares, programas de alfabetização de jovens e adultos, projeto do menor trabalhador, hortas comunitárias e alimentação alternativa, sexualidade nas escolas, artes e línguas estrangeiras nas escolas estaduais.

Experiências positivas vêm sendo desenvolvidas, como a da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, que, em convênio com a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura Municipal de Serra do Mel, implantou uma metodologia de ensino com a utilização de TV e vídeo, eliminando radicalmente a evasão escolar naquele município.

Propostas

Apesar das iniciativas citadas, a realidade das escolas estaduais e municipais nordestinas evidenciou problemas referentes à baixa produtividade do sistema escolar, onde a discussão do Plano Decenal, nas escolas, gerou os seguintes encaminhamentos:

- Reformulação coletiva do currículo escolar, permitindo a intermediação cultural aluno/escola na produção dos conhecimentos.

- Cumprimento progressivo da jornada mínima de 4 horas do trabalho pedagógico e, quando possível, de 6 horas, com conseqüente extinção dos turnos intermediários e classes multisseriadas.

- Acompanhamento e avaliação do desempenho do professor e do aluno, com a construção de um sistema de avaliação onde ambos sejam sujeitos do processo.

- Criação e otimização de espaços educativos que favoreçam o desenvolvimento das atividades escolares, em bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, quadras de esporte, área de lazer, refeitórios, auditórios e outros.

- Redefinição dos critérios do efetivo máximo de alunos por turma, de acordo com o grau, série e modalidades de ensino, de forma que, progressivamente, na educação infantil (pré-escolar), o número de alunos não seja superior a 20; da 1ª à 2ª série, o máximo de 30; da 3ª à 4ª série, 35 alunos; da 5ª à 8ª, 40 alunos; no 2º grau, 45 alunos.

- Promoção da integração entre a educação infantil e as séries iniciais do 1º grau, assegurando um trabalho voltado para o processo de alfabetização da criança e a conseqüente superação do fracasso escolar.

- Elaboração/implementação de uma política educacional para os povos indígenas, considerando sua cultura, as diferentes formas de transmissão do saber e os conhecimentos necessários à vida em sociedade.

- Revitalização dos cursos de formação pedagógica, articulando as SEC e universidades no desenvolvimento de projetos inovadores e cursos de extensão.
- Reativação dos programas de habilitação e qualificação de professores leigos.
- Utilização de recursos didáticos de tecnologia a distância, no processo de capacitação de RH e no reforço de aprendizagem no processo de alfabetização de jovens e adultos.
- Garantia progressiva de merenda escolar, descentralizada, para toda a rede pública de ensino, durante o ano letivo, em quantidade suficiente e de boa qualidade, com base na matrícula atualizada, para todos os níveis e modalidades de ensino.
- Incentivo à criação de conselhos de escolas, para que os mesmos, dentre outras atribuições, possam atuar como avaliadores do corpo dirigente e docente da escola.
- Implementação de programas de apoio ao estudante, como saúde escolar, transporte e recursos tecnológicos, integrando as áreas de governo.
- Descentralização do calendário escolar.
- Inclusão, nos programas de capacitação de professores, de concepções pedagógicas que abordem a construção coletiva do conhecimento.
- Articulação com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para implementar a avaliação das redes de ensino e a incrementação de pesquisas sobre a avaliação em nível do ensino fundamental.
- Implementação de classes de alfabetização, inclusive em horário diurno, para atendimento de jovens e adultos.
- Ampliação dos núcleos de língua, centrais de tecnologias e bibliotecas escolares.
- Ampliação, dinamização e agilização no processo de atendimento aos portadores de necessidades especiais.
- Informatização da escola pública, de forma progressiva, proporcionando ao aluno condições de inserir-se na modernidade do trabalho.
- Redução da carga horária do curso noturno, acrescentando mais anos de escolaridade.
- Reorganização do atendimento à demanda fora da faixa etária do ensino regular.
- Oferta de oportunidade de estudo ao aluno trabalhador, no próprio local de trabalho.
- Análise e reformulação dos critérios de avaliação e promoção escolar, priorizando os aspectos qualitativos do processo ensino-aprendizagem.

3 - Profissionais do ensino

O trabalho do educador vem, ao longo dos anos, passando por um processo de deteriorização que se reflete nos resultados que a escola apresenta, em termos de expulsão e de reprovação. Mesmo os alunos que conseguem permanecer no processo de escolarização terminam seus cursos sem as condições de enfrentar o mercado de trabalho, seja pela incapacidade do mercado de absorver a demanda, seja pela ineficiência do sistema de ensino.

As causas não podem nem devem ser creditadas exclusivamente aos educadores, já que são tão vítimas, tanto quanto os alunos, de uma pesada estrutura técnico-burocrática.

A marginalização do educador explica-se, essencialmente, pelos péssimos salários, por sua não participação no debate das questões educacionais e por sua progressiva desprofissionalização.

É importante ressaltar que os estados nordestinos vêm tomando iniciativas quanto à capacitação e situação funcional dos profissionais da educação, através das seguintes ações:

Um Salto para o Futuro - Curso a distância, via TV Educativa (Fundação Roquete-Pinto).

8 Cidades - Curso inovador, utilizando novas metodologias, equipamentos de TV e vídeo.

Projeto Nordeste - Educação Básica 1994-1998 - Capacitação de professores, dirigentes e especialistas que atuam de 1ª a 4ª série do ensino fundamental da rede oficial, voltada para o processo de modernização administrativa, conteúdos curriculares e utilização de novos materiais de ensino-aprendizagem.

Projeto Pró-Leitura - Análise e aprofundamento das práticas de formação dos professores, visando ao domínio da leitura e da escrita pelos alunos (integrado ao Programa de Cooperação Educativa Brasil/França).

Projeto "Geração 2000" - Em convênio com a UNESCO, utilizando rádio e televisão, tratando de questões ligadas à criança e ao adolescente, com prioridade para a difusão das "Medidas Vitais", editadas pelas Nações Unidas, para combater a mortalidade infantil no terceiro mundo.

Estatuto do Magistério - Reformulação e/ou implantação do Estatuto do Magistério, em articulação com as entidades da área da educação.

Plano de Carreira - Estão sendo elaborados e/ou implantados planos de carreira, cargos e salários para os servidores da educação em todos os estados.

Propostas

Quanto à profissionalização, o debate gerou um conjunto de propostas assim explicitadas:

- Estabelecimento de política salarial (piso nacional) dos profissionais da educação, com a implantação do Estatuto do Magistério, Plano de Carreira e Avaliação de Desempenho.
- Habilitação de todos os professores leigos, objetivando a ascensão profissional e a melhoria da qualidade do ensino.
- Definição de uma política de capacitação permanente dos profissionais de educação, nos diversos graus e modalidade de ensino da rede pública.
- Cumprimento de dispositivo legal de concurso público para ingresso de todos os trabalhadores em educação, nas três esferas de governo.
- Reestruturação dos cursos de magistério, com vistas à formação de professores para atuar na educação infantil e no ensino fundamental de 1ª a 4ª série.
- Estimular a realização de estudos, experiências e pesquisas na área da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, por professores e técnicos do sistema público de ensino.

- Elaboração e implantação de um plano de interiorização, proporcionando, aos professores e técnicos, incentivos salariais, para que estes se disponham a trabalhar no interior do estado, especialmente na zona rural.

- Criação de um plano de remuneração do professor pela sua produtividade.

- Participação dos professores no processo de seleção dos livros didáticos.

- Redefinição do papel do supervisor na escola (como educador de apoio), garantindo condições materiais e financeiras para o exercício da sua atividade profissional.

4 - Gestão educacional

O sucesso da política educativa dependerá do equilíbrio que se estabeleça entre a descentralização e a integração.

A descentralização deve se propor a racionalizar a máquina burocrática dos sistemas educativos, para que cheguem à escola os recursos materiais e o apoio técnico necessário à eficiente organização do ensino.

O grau de autonomia da escola deve permitir sua interação com o meio social, de forma que a proposta pedagógica da escola e o seu plano de desenvolvimento institucional reflitam a diversidade cultural, as demandas e aspirações da população usuária.

Quanto à integração, deve ser considerada a descentralização de recursos para as escolas, para que possam exercer o máximo de autonomia financeira na sua própria manutenção, aquisição de materiais e aplicação em inovações pedagógicas.

A modernização da administração educacional, ampliando a autonomia da escola e fortalecendo a sua gestão, constitui prioridade do Plano Decenal.

Assim, é imprescindível que se garanta à escola as condições necessárias à elaboração do seu projeto pedagógico, à descentralização de funções e recursos, tornando sua aplicação mais ágil e mais coerente com as suas necessidades.

Para o alcance dessa modernidade, outras questões deverão se apresentar no mesmo nível de importância, como:

- o estabelecimento de parcerias entre União, estados e municípios, no desenvolvimento de ações que responderão às necessidades básicas de ensino;

- um planejamento que não exclua a sociedade de sua elaboração e ofereça, aos gestores educacionais, informações contextualizadas;

- estabelecimento de um sistema de avaliação que informe quanto aos impactos causados no sistema educacional a partir das intervenções realizadas.

Dessa forma, é imprescindível a reorientação desse processo, na perspectiva do apoio à construção de uma escola pública de qualidade e no caminho da universalização do ensino.

O processo de gestão, tal como vem se desenvolvendo nos estados, não se atém, apenas, ao âmbito da escola, mas permeia o sistema de ensino, envolvendo outras instâncias decisórias, que são hoje constituídas por colegiados, tais como:

- Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED;

- União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

- Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB;
- Conselhos Estaduais de Educação - CEE;
- Conselhos ou Comissões Municipais de Educação - CME, entre outros.

Outros colegiados estão sendo constituídos pela sociedade civil organizada, que lutam pela preservação dos direitos da criança e do adolescente, inclusive a educação, como é o caso do Conselho de Pais.

Neste sentido, o Plano Decenal de Educação para Todos vem sendo um instrumento de implementação desse processo de discussão e de organização da sociedade.

A constituição de comissões tripartites sugeridas pelo MEC, em alguns estados da Região, foram compostas, envolvendo órgãos governamentais, não-governamentais e representações da sociedade civil organizada.

Os participantes sugeriram um conjunto de ações operacionais para mudar a feição das antigas estruturas, levando a educação a ocupar o espaço que lhe é devido, através de parceria com o MEC, órgãos governamentais, não-governamentais e o apoio da sociedade.

Propostas

- Criação de um fórum permanente, objetivando acompanhar e avaliar criticamente o Plano Decenal, identificando e divulgando as alterações e impactos no sistema educacional.
- Assinatura de acordos e convênios que regulamentem a parceria entre estados e municípios, em função da racionalização do uso dos bens públicos.
- Garantia da continuidade de projetos comprovadamente eficazes, mesmo com mudanças governamentais, através de um acompanhamento da sociedade civil organizada.
- Incentivar e apoiar projetos e/ou propostas advindas dos professores, técnicos e especialistas da área da educação, que contemplem ações de alfabetização, novas técnicas e metodologias que, integradas aos currículos, possam subsidiar as ações educacionais.
- Implantação de rede de informatização, integrada a um banco de dados, que facilite o intercâmbio de experiências entre os municípios.
- Desenvolvimento de amplo trabalho de mobilização dos pais e da comunidade, com participação efetiva na condução da gestão escolar e conscientização sobre o papel da escola na formação do aluno, tais como: formação de associação de pais e da comunidade, grêmios e colegiados.
- Realização de concursos literários e artísticos, para estimular a comunidade quanto à prática da leitura, produção de textos e artes em geral.
- Criação de bibliotecas comunitárias visando ao desenvolvimento de projetos articulados entre escola e comunidade.
- Fortalecimento das secretarias municipais de educação para a implantação do Plano Decenal.
- Criação de conselhos ou comissões municipais de educação.

- Escolha do dirigente escolar mediante adoção de medidas democráticas com a definição de critérios, entre os quais se incluam a avaliação do plano de trabalho e currículum vitae, exigindo, ainda, compromisso para conduzir o processo pedagógico da escola.

- Envolvimento da comunidade, democratizando a proposta de educação do município, como forma de possibilitar o acompanhamento, controle e aplicação dos recursos constitucionalmente definidos (25%, estado e município, 18%, União), para a educação.

- Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas e na comunidade.

- Estabelecimento progressivo da quota municipal do salário educação, à medida que os municípios assumam as responsabilidades com o ensino infantil e o de 1º grau.

- Distribuir e divulgar, nos municípios, informativo sobre fontes e financiamento de projetos educacionais.

- Adotar estratégias para agilização na liberação e distribuição dos recursos para estados, municípios e escolas.

- Estabelecimento de critérios para remoção de professores e cumprimento dos dispositivos legais sobre cessão de pessoal.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

Este ítem ressalta, através de alguns aspectos, a consciência que os educadores e a sociedade civil têm quanto aos limites dos setores educacionais na gerência de certas ações que interferem no processo educativo. Demandam essas ações o estabelecimento de relações de parceria com outros órgãos dos setores governamentais para resolução dos problemas.

Destacam-se entre as recomendações:

- Definição, pelos organismos públicos, entidades de classe e organizações não-governamentais que compõem a Comissão do Plano Decenal de Educação para Todos, em cada estado da Região, de suas competências quanto à execução do plano, o qual será subscrito por todos os representantes e divulgado, amplamente, através da imprensa, para que toda a sociedade tome conhecimento do processo em curso e tenha condições de acompanhá-lo.

- Cobrança, por parte do Ministério da Educação e do Desporto e da sociedade civil organizada, quanto a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação em tramitação no Congresso Nacional, bem como da legislação sobre arrecadação e distribuição do salário-educação, definindo a criação da quota municipal, que vai permitir aplicação mais ágil dos recursos e, conseqüentemente, a melhoria do atendimento nas escolas municipais.

- Realização de acordo para aumentar, de forma progressiva, o porcentual do orçamento estadual destinado à educação, até 30%, comprometendo 60% desse montante com o pagamento de pessoal da educação e formação dos professores.

- Definição de procedimentos que garantam o reinvestimento na educação dos ganhos de produtividade do setor.

- Descentralização da política do livro didático, assegurando qualidade na produção, critérios transparentes na aquisição e regularidade na distribuição, considerando o início do ano letivo.
- Realização de campanhas nas escolas que promovam a organização da comunidade em combate à fome, à miséria e ao analfabetismo.
- Garantia de energia elétrica em 100% das escolas rurais dos municípios, capacitando-as a desenvolver atividades educativas à noite, como a alfabetização de adulto e a utilização de recursos educativos audiovisuais.
- Incentivo à criação de pequenas empresas, com financiamento a longo prazo e sem correção monetária, como alternativa de sobrevivência econômica das comunidades pobres.
- Perfurar poços nas comunidades-pólos, para abastecimento de água nas escolas e a implementação do Programa de Hortas Escolares.
- Garantir que as Escolas Técnicas e Agrotécnicas sejam mantidas na esfera federal de ensino.
- Implantação/implementação, de forma gradativa, do Programa de Municipalização do Ensino Fundamental.
- Concessão de bolsa-transporte para os alunos, concluintes da 4ª série do ensino fundamental, que, por falta de escola na localidade, vão concluir os estudos em outras áreas.

Secretarias Estaduais de Educação

União Nacional de Dirigentes Municipais

Delegacias do Ministério da Educação

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo